

2020

DIVULGAÇÃO DE  
**RESULTADOS**

ENERGISA SUL-SUDESTE  
DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A

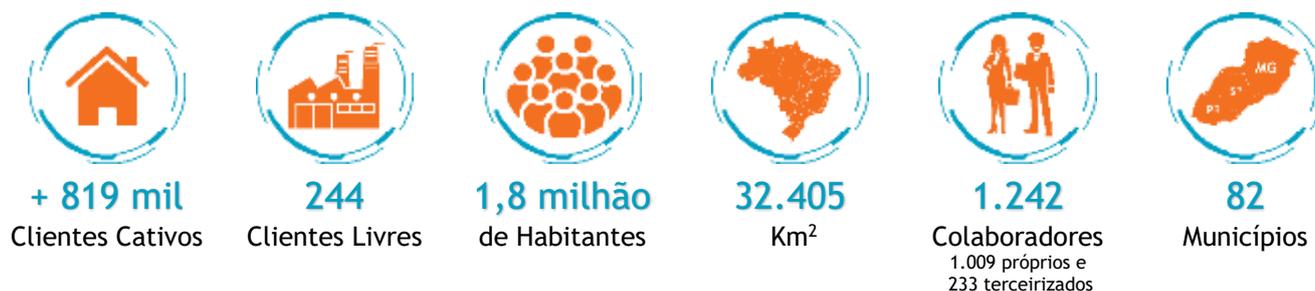


## Relatório da Administração

A Administração da Energisa Sul-Sudeste - Distribuidora de Energia S/A (“Energisa Sul-Sudeste”, “ESS” ou “Companhia”) apresenta os fatos e eventos marcantes do exercício de 2020, acompanhados das Demonstrações Financeiras correspondentes, preparadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (International Financial Reporting Standards - IFRS). Essas demonstrações foram revisadas e aprovadas pelo Conselho de Administração e pela Diretoria em 11 de março de 2021.

### 1. Considerações gerais

A Companhia atende:



Ao longo de 2020, os ativos operacionais da Companhia tiveram a seguinte evolução:

Descrição do ativo	2020	2019	Acréscimo
Subestações - nº	98	95	+ 3
Capacidade instalada nas subestações - MVA	2.641	2.360	+ 281
Linhas de transmissão - km	545	449	+ 96
Redes de distribuição - km	32.369	31.971	+ 398
Transformadores instalados nas redes de distribuição - nº	49.291	48.618	+ 673
Capacidade instalada nas redes de distribuição (próprias) - MVA	1.840	1.797	+ 42,5

Nota: Os dados são passíveis de recontabilizações.

No Prêmio Abradee - Edição Especial 2020, da Associação Brasileira de Distribuidoras, a Energisa Sul-Sudeste apresentou evolução no Índice de Satisfação da Qualidade Percebida (ISQP) em relação a 2019: de 80,7% para 84,9% - desempenho melhor que a média nacional de 74,9%. A pesquisa com consumidores foi realizada entre os meses de junho e outubro de 2020 por telefone por causa do distanciamento social. E no Prêmio Aneel de Ouvidoria, divulgado em julho de 2020, conquistou o terceiro lugar. E no Prêmio Aneel de Ouvidoria, conquistou o segundo lugar na categoria Distribuidoras de Médio Porte, em reconhecimento divulgado em julho de 2020.

## 2. Desempenho econômico-financeiro

### 2.1. Destaques

Resumo-se a seguir o desempenho econômico-financeiro da Companhia:

Descrição	2020	2019	Variação %
<b>Resultados - R\$ milhões</b>			
Receita Operacional Bruta	2.782,0	2.735,2	+ 1,7
Receita Operacional Bruta, sem receita de construção	2.604,0	2.597,4	+ 0,3
Receita Operacional Líquida	1.824,7	1.749,6	+ 4,3
Receita Operacional Líquida, sem receita de construção	1.646,8	1.611,8	+ 2,2
Resultado antes das Receitas e Despesas Financeiras (EBIT)	211,2	182,5	+ 15,7
EBITDA	269,7	236,6	+ 14,0
EBITDA Ajustado	293,0	257,6	+ 13,7
Resultado financeiro	(23,8)	(9,6)	+ 147,7
Lucro Líquido	124,3	116,1	+ 7,1
<b>Indicadores Financeiros - R\$ milhões</b>			
Ativo Total	2.363,4	2.030,4	+ 16,4
Caixa/Equivalentes de Caixa/Aplicações Financeiras	315,9	169,9	+ 85,9
Patrimônio Líquido	601,7	552,7	+ 8,9
Endividamento Líquido	540,8	573,6	- 5,7
<b>Indicadores Operacionais</b>			
Número de Consumidores Cativos (mil)	819,3	799,8	+ 2,4
Vendas de energia a consumidores cativos - (GWh) <sup>(1)</sup>	3.352,6	3.417,2	- 1,9
Vendas de energia a consumidores cativos + livres - (GWh) <sup>(1)</sup>	4.387,6	4.445,5	- 1,3
<b>Indicador Relativo</b>			
EBITDA Ajustado/Receita Líquida (%) <sup>(2)</sup>	16,1	14,7	+ 1,3 p.p.

<sup>(1)</sup> Os dados são passíveis de recontabilizações de energia realizadas pela CCEE. | <sup>(2)</sup> EBITDA Ajustado: EBITDA mais acréscimos moratórios de contas de energia.

## 3. Desempenho operacional

### 3.1. Mercado de energia

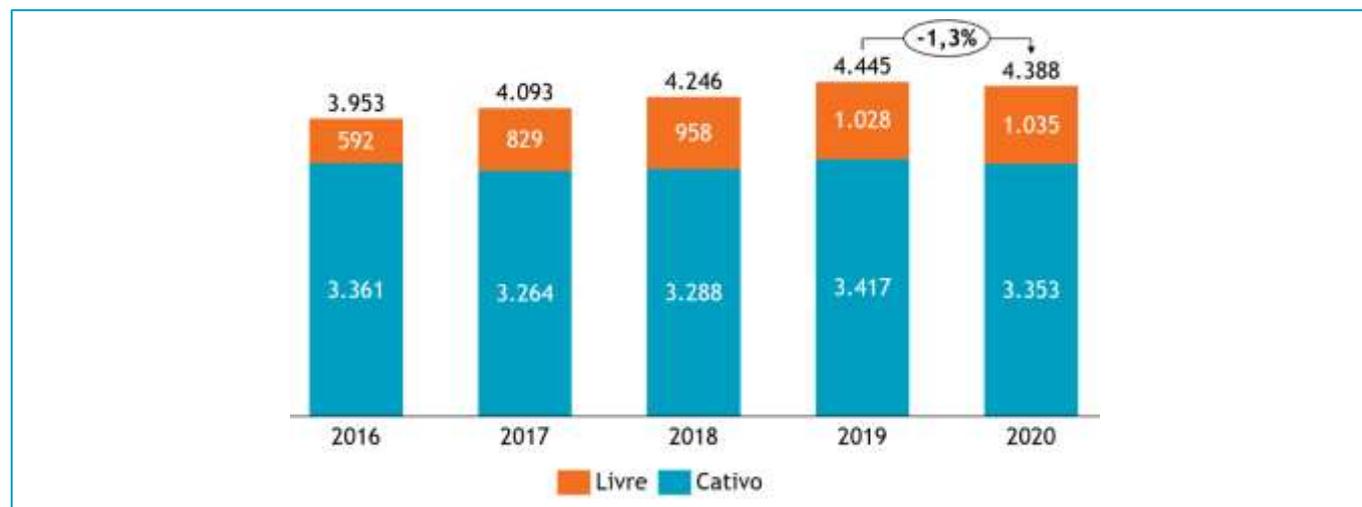
Em 2020, as vendas de energia elétrica a consumidores finais (mercado cativo), localizados na área de concessão da Companhia, somadas à energia associada aos consumidores livres (TUSD), totalizaram 4.387,6 GWh, redução de 1,3% em relação ao ano anterior.

A composição do mercado nos últimos trimestre e exercício foi a seguinte:

Descrição Valores em GWh	Trimestre			Exercício		
	4T20	4T19	Var. %	2020	2019	Var. %
<b>Residencial</b>	<b>437,0</b>	<b>399,9</b>	<b>+ 9,3</b>	<b>1.565,5</b>	<b>1.512,3</b>	<b>+ 3,5</b>
<b>Industrial</b>	<b>327,1</b>	<b>324,5</b>	<b>+ 0,8</b>	<b>1.228,9</b>	<b>1.264,4</b>	<b>- 2,8</b>
Cativo Industrial	74,6	86,0	- 13,3	310,1	339,5	- 8,7
Livre Industrial	252,5	238,4	+ 5,9	918,8	925,0	- 0,7
<b>Comercial</b>	<b>218,4</b>	<b>224,8</b>	<b>- 2,8</b>	<b>771,9</b>	<b>846,4</b>	<b>- 8,8</b>
Cativo Comercial	186,4	198,2	- 5,9	668,6	751,9	- 11,1
Livre Comercial	32,0	26,6	+ 20,4	103,3	94,5	+ 9,3
<b>Rural</b>	<b>97,4</b>	<b>88,2</b>	<b>+ 10,4</b>	<b>356,3</b>	<b>332,9</b>	<b>+ 7,0</b>
Cativo Rural	97,4	88,2	+ 10,4	356,3	332,9	+ 7,0
Livre Rural	0,0	0,0	-	0,0	0,0	-
<b>Outros</b>	<b>117,6</b>	<b>125,9</b>	<b>- 6,6</b>	<b>465,1</b>	<b>489,4</b>	<b>- 5,0</b>
Cativo Outros	112,6	123,7	- 9,0	452,2	480,6	- 5,9
Livre Outros	5,0	2,2	+ 126,4	12,9	8,8	+ 47,1
<b>1 Vendas de energia no mercado cativo</b>	<b>907,9</b>	<b>895,9</b>	<b>+ 1,3</b>	<b>3.352,6</b>	<b>3.417,2</b>	<b>- 1,9</b>
<b>2 Energia associada aos consumidores livres (TUSD)</b>	<b>289,6</b>	<b>267,2</b>	<b>+ 8,4</b>	<b>1.035,0</b>	<b>1.028,3</b>	<b>+ 0,7</b>
<b>3 Mercado cativo + TUSD (1+2)</b>	<b>1.197,5</b>	<b>1.163,1</b>	<b>+ 3,0</b>	<b>4.387,6</b>	<b>4.445,5</b>	<b>- 1,3</b>
<b>4 Fornecimento não faturado</b>	<b>10,9</b>	<b>15,8</b>	<b>- 30,7</b>	<b>3,2</b>	<b>1,7</b>	<b>+ 83,0</b>
<b>5 Mercado cativo + TUSD + fornecimento não faturado (3+4)</b>	<b>1.208,5</b>	<b>1.178,9</b>	<b>+ 2,5</b>	<b>4.390,8</b>	<b>4.447,2</b>	<b>- 1,3</b>

Nota: Os dados são passíveis de recontabilizações de energia realizadas pela CCEE.

O gráfico, a seguir, apresenta a evolução do mercado de energia elétrica, cativo e livre, em GWh da Companhia, nos últimos cinco anos:



A Companhia encerrou o ano com 819.256 unidades consumidoras cativas, número 2,4% superior ao registrado no fim de 2019 e com 244 consumidores livres.

### 3.2. Perdas de energia elétrica (“perdas”)

A Companhia repete os bons resultados e consolida a trajetória abaixo dos seus limites regulatórios.

O comportamento das perdas de energia da Companhia foi o seguinte:

									Últimos 12 meses	
Perdas Técnicas (%)			Perdas Não-Técnicas (%)			Perdas Totais (%)			ANEEL	
dez/19	set/20	dez/20	dez/19	set/20	dez/20	dez/19	set/20	dez/20		
6,24	6,17	6,15	-0,05	0,52	0,32	6,19	6,68	6,47	6,73	

Perdas Técnicas			Perdas Não-Técnicas			Perdas Totais			Var. (%) <sup>(1)</sup>
dez/19	set/20	dez/20	dez/19	set/20	dez/20	dez/19	set/20	dez/20	
304,6	298,3	299,3	-2,6	24,9	15,7	302,1	323,2	315,0	- 2,6

(1) Variação dezembro de 2020/dezembro de 2019.

Nota: Os dados são passíveis de recontabilizações de energia realizadas pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

O gráfico, a seguir, apresenta as perdas totais de energia elétrica, em GWh e em percentual da Companhia nos últimos cinco anos:



### 3.3. Gestão da Inadimplência

#### 3.3.1. Taxa de Inadimplência

A taxa de inadimplência dos consumidores, medida pela relação percentual entre a soma da provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa (“PPECLD”) e o fornecimento faturado da Companhia no período de 12 meses, é apresentada a seguir:

Indicador de PPECLD (% últimos 12 meses)

PPECLD (% do Fornecimento faturado)	Em 12 meses (%)				
	dez/20	dez/19	Variação em p.p.	Dez /20 (sem PPECLD Covid)	Variação em p.p.
ESS	0,34	0,09	0,24	0,2	0,1

#### 3.3.2. Taxa de Arrecadação

A taxa de arrecadação da Companhia, representada pela arrecadação dos últimos 12 meses sobre ao faturamento bruto do mesmo período, é apresentada a seguir:

Taxa de Arrecadação (%)	Em 12 meses (%)		
	dez/20	dez/19	Variação em p. p.
ESS	98,97	99,09	- 0,12

### 3.4. Indicadores de qualidade dos serviços - DEC e FEC

Com prioridade aos investimentos em melhoria da qualidade, a Companhia busca manter os indicadores de fornecimento de energia, expressos por frequência e duração das interrupções de energia (FEC e DEC), melhores do que limites regulatórios.

Nos últimos seis anos, esses indicadores apresentaram a seguinte evolução:



## 4. Desempenho Financeiro

### 4.1. Receita Operacional

Em 2020, a Companhia apresentou receita operacional bruta, sem a receita de construção que é atribuída margem zero, de R\$ 2.604,0 milhões contra R\$ 2.597,4 milhões registrados em 2019, crescimento de 0,3% (R\$ 6,7 milhões). A receita operacional líquida, também deduzida da receita de construção, também apresentou aumento de 2,2% (R\$ 35,0 milhões) no período, para R\$ 1.646,8 milhões.

A seguir, as receitas operacionais por classe de consumo:

Descrição	Trimestre			Exercício		
	4T20	4T19	Var. %	2020	2019	Var. %
(+) Receita de energia elétrica (mercado cativo)	584,2	568,6	+ 2,7	2.054,7	2.109,4	- 2,6
✓ Residencial	301,5	275,1	+ 9,6	1.030,2	1.011,9	+ 1,8
✓ Industrial	50,2	54,8	- 8,4	195,0	214,0	- 8,9
✓ Comercial	128,1	134,7	- 4,9	446,2	501,0	- 10,9
✓ Rural	46,8	40,4	+ 15,9	161,9	145,3	+ 11,4
✓ Outras classes	57,6	63,7	- 9,5	221,5	237,1	- 6,6
(+) Suprimento de energia elétrica	17,5	2,3	+ 660,7	30,2	82,7	- 63,5
(+) Fornecimento não faturado líquido	17,7	9,3	+ 91,3	24,2	18,6	+ 29,9
(+) Disponibilidade do sistema elétrico	74,0	65,2	+ 13,5	267,9	234,2	+ 14,4
(+) Receitas de construção	51,5	37,7	+ 36,5	177,9	137,8	+ 29,1
(+) Constituição e amortização - CVA	22,1	(25,0)	-	70,5	(12,9)	-
(+) Subvenções vinculadas aos serviços concedidos	33,9	36,2	- 6,3	120,4	131,7	- 8,6
(+) Ativo financeiro indenizável da concessão	2,1	0,9	+ 129,8	2,8	2,1	+ 35,7
(+) Outras receitas	9,3	8,1	+ 14,5	33,4	31,7	+ 5,5
<b>(=) Receita bruta</b>	<b>812,4</b>	<b>703,3</b>	<b>+ 15,5</b>	<b>2.782,0</b>	<b>2.735,2</b>	<b>+ 1,7</b>
(-) Impostos sobre vendas	208,4	193,0	+ 8,0	720,4	723,4	- 0,4
(-) Deduções Bandeiras Tarifárias	(1,9)	(3,0)	- 34,9	(7,2)	(5,2)	+ 38,0
(-) Encargos setoriais	61,8	53,4	+ 15,8	244,1	267,4	- 8,7
<b>(=) Receita líquida</b>	<b>544,1</b>	<b>459,9</b>	<b>+ 18,3</b>	<b>1.824,7</b>	<b>1.749,6</b>	<b>+ 4,3</b>
(-) Receitas de construção	51,5	37,7	+ 36,5	177,9	137,8	+ 29,1
<b>(=) Receita líquida, sem receitas de construção</b>	<b>492,5</b>	<b>422,1</b>	<b>+ 16,7</b>	<b>1.646,8</b>	<b>1.611,8</b>	<b>+ 2,2</b>

Foram determinantes para esse desempenho:

- Aumento de 2,7% (R\$ 15,6 milhões) nas receitas no mercado cativo no 4T20 em relação ao 4T19 (redução de 2,6% ou R\$ 54,7 milhões em 2020 sobre 2019);
- Crescimento de 660,7% (R\$ 15,2 milhões) no suprimento de energia elétrica a outras concessionárias em relação ao 4T19 (redução de 63,5% ou R\$ 52,5 milhões em 2020 sobre 2019);
- Acréscimo de 13,5% (R\$ 8,8 milhões) na receita bruta de disponibilidade do sistema elétrico (TUSD) em relação ao 4T19 (aumento de 14,4% ou R\$ 33,7 milhões em 2020 sobre 2019); e
- Crescimento de 129,8% (R\$ 1,2 milhão) na remuneração do ativo financeiro indenizável da concessão no 4T20 em relação ao 4T19 (aumento de 35,7% ou R\$ 0,7 milhão em 2020 sobre 2019).

## 4.2. Despesas operacionais

As despesas operacionais, excluindo os custos de construção, totalizaram R\$ 1.435,6 milhões em 2020 e R\$ 427,5 milhões no 4T20, aumentos de 0,4% (R\$ 6,3 milhões) e 12,5% (R\$ 47,7 milhões) respectivamente, quando comparado com os mesmos períodos de 2019. As despesas com PMSO (Pessoal, Material, Serviços e Outros) registraram redução de 3,1% (R\$ 3,1 milhões), totalizando R\$ 94,4 milhões no 4T20. No acumulado em 2020, essas despesas totalizaram R\$ 284,5 milhões, decréscimo de 6,9% (R\$ 21,1 milhões) ante os R\$ 305,6 milhões registrados no 2019.

A seguir, a composição das despesas operacionais da Companhia:

Composição das despesas operacionais Valores em R\$ milhões	Trimestre			Exercício		
	4T20	4T19	Var. %	2020	2019	Var. %
<b>1 Custos e Despesas não controláveis</b>	<b>359,2</b>	<b>293,6</b>	<b>+ 22,3</b>	<b>1.170,1</b>	<b>1.141,8</b>	<b>+ 2,5</b>
1.1 Energia comprada	283,7	232,0	+ 22,3	901,1	914,4	- 1,5
1.2 Transporte de potência elétrica	75,6	61,7	+ 22,5	269,0	227,3	+ 18,3
<b>2 Custos e Despesas controláveis</b>	<b>51,4</b>	<b>72,4</b>	<b>- 29,1</b>	<b>205,1</b>	<b>233,8</b>	<b>- 12,3</b>
<b>2.1 PMSO</b>	<b>52,5</b>	<b>71,9</b>	<b>- 27,0</b>	<b>194,8</b>	<b>227,4</b>	<b>- 14,4</b>
2.1.1 Pessoal	33,0	32,5	+ 1,5	89,3	93,5	- 4,5
2.1.2 Fundo de pensão	(12,4)	0,3	-	(9,0)	3,5	-
2.1.3 Material	3,7	4,8	- 23,0	14,7	15,0	- 2,1
2.1.4 Serviços de terceiros	24,6	28,9	- 15,1	88,1	102,3	- 13,9
2.1.5 Outras	3,6	5,4	- 33,0	11,7	13,1	- 10,8
✓ Multas e compensações	0,1	0,0	+ 59,2	0,2	0,2	- 25,0
✓ Contingências (liquidação de ações cíveis)	1,9	0,8	+ 132,6	3,0	3,2	- 7,3
✓ Outros	1,7	4,6	- 63,3	8,5	9,7	- 11,6
<b>2.2 Provisões/Reversões</b>	<b>(1,1)</b>	<b>0,5</b>	<b>-</b>	<b>10,3</b>	<b>6,4</b>	<b>+ 62,1</b>
2.2.1 Contingências	(0,7)	0,3	-	2,5	4,1	- 39,6
2.2.2 Devedores duvidosos	(0,4)	0,2	-	7,8	2,2	+ 251,0
<b>3 Demais receitas/despesas</b>	<b>16,9</b>	<b>13,8</b>	<b>+ 22,8</b>	<b>60,5</b>	<b>53,7</b>	<b>+ 12,6</b>
3.1 Depreciação e amortização	15,4	13,8	+ 11,3	58,5	54,1	+ 8,1
3.2 Outras receitas/despesas	1,6	(0,0)	-	2,0	(0,4)	-
<b>Total Custos e Despesas Operacionais (1+2+3, s/ construção)</b>	<b>427,5</b>	<b>379,9</b>	<b>+ 12,5</b>	<b>1.435,6</b>	<b>1.429,3</b>	<b>+ 0,4</b>
Custo de construção (*)	51,5	37,7	+ 36,5	177,9	137,8	+ 29,1
<b>Total Custos e Despesas Operacionais (1+2+3, c/ construção)</b>	<b>479,1</b>	<b>417,6</b>	<b>+ 14,7</b>	<b>1.613,6</b>	<b>1.567,1</b>	<b>+ 3,0</b>

(\*) Os custos de construção estão representados pelo mesmo montante em receita de construção. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 - Contratos de Concessão e correspondem aos custos de construção de obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica, sendo o custo de construção igual à receita de construção.

## 4.3. Lucro líquido e geração de caixa

A evolução do lucro líquido e da geração de caixa da Companhia é a seguinte:

Composição da Geração de Caixa Valores em R\$ milhões	Trimestre				Exercício			
	4T20	4T19	Var. %	Var. R\$	2020	2019	Var. %	Var. R\$
<b>(=) Lucro Líquido</b>	<b>41,0</b>	<b>33,9</b>	<b>+ 21,0</b>	<b>7,1</b>	<b>124,3</b>	<b>116,1</b>	<b>+ 7,1</b>	<b>8,2</b>
(-) Contribuição social e imposto de renda	(21,5)	(17,1)	+ 25,7	(4,4)	(63,1)	(56,8)	+ 11,1	(6,3)
(-) Resultado financeiro	(2,4)	8,8	-	(11,2)	(23,8)	(9,6)	+ 147,7	(14,2)
(-) Depreciação e amortização	(15,4)	(13,8)	+ 11,3	(1,6)	(58,5)	(54,1)	+ 8,1	(4,4)
<b>(=) Geração de caixa (EBITDA)</b>	<b>80,4</b>	<b>56,1</b>	<b>+ 43,3</b>	<b>24,3</b>	<b>269,7</b>	<b>236,6</b>	<b>+ 14,0</b>	<b>33,1</b>
(+) Receita de acréscimos moratórios	6,5	5,0	+ 29,4	1,5	23,3	21,0	+ 10,8	2,3
<b>(=) Geração ajustada de caixa (EBITDA Ajustado)</b>	<b>86,9</b>	<b>61,1</b>	<b>+ 42,2</b>	<b>25,8</b>	<b>293,0</b>	<b>257,6</b>	<b>+ 13,7</b>	<b>35,4</b>
Margem do EBITDA Ajustado (%)	16,0	13,3	+ 2,7 p.p.		16,1	14,7	+ 1,3 p.p.	

### 4.3.1. Dividendos

Com base nos resultados alcançados pela Companhia em 2020, o Conselho de Administração irá propor à Assembleia Geral a distribuição de dividendos no montante de R\$ 118,1 milhões (R\$ 1.216,269391012 por ação ordinária), já tendo sido pagos R\$ 22,4 milhões (R\$ 230,926647891 por ação ordinária), em 26 de março de 2020.

Foi aprovado pelo Conselho da Administração, na reunião realizada em 11 de março de 2021, o pagamento de dividendo complementar, no montante de R\$ 95,7 milhões, equivalente a R\$ 985,342743121 por ação ordinária, que serão pagos a partir do dia 12 de março de 2021.

## 5. Estrutura de capital

### 5.1. Caixa e Endividamento

A posição consolidada de caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras e créditos setoriais totalizou R\$ 366,3 milhões em dezembro, frente aos R\$ 299,7 milhões registrados em setembro de 2020. Ressalte-se que os referidos saldos incluem os créditos referentes à Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) e Conta de Compensação dos Valores da Parcela A (CVA), que apresentaram juntas saldos de R\$ 50,4 milhões em dezembro, contra R\$ 24,7 milhões em setembro de 2020.

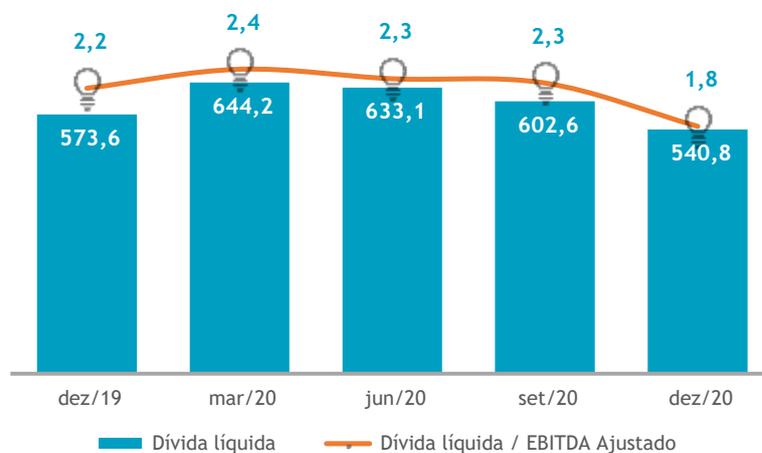
Em 31 de dezembro de 2020, a dívida líquida, deduzida dos créditos setoriais, foi de R\$ 540,8 milhões, contra R\$ 602,6 milhões em setembro de 2020. Consequentemente, a relação dívida líquida por EBITDA Ajustado passou de 2,3 vezes em setembro para 1,8 vezes em dezembro de 2020.

A seguir, as dívidas de curto e longo prazo da Companhia nos últimos três períodos:

Descrição Valores em R\$ milhões	31/12/2020	30/09/2020	31/12/2019
<b>Circulante</b>	<b>203,4</b>	<b>206,2</b>	<b>172,7</b>
Empréstimos e financiamentos	178,2	190,0	119,6
Debêntures	39,3	40,2	39,0
Encargos de dívidas	1,3	1,2	2,0
Parcelamento de impostos e Benefícios pós emprego	22,6	24,4	24,4
Instrumentos financeiros derivativos líquidos	(38,0)	(49,5)	(12,3)
<b>Não Circulante</b>	<b>703,7</b>	<b>696,1</b>	<b>673,1</b>
Empréstimos e financiamentos	429,2	448,2	362,8
Debêntures	359,3	327,2	264,5
Parcelamento de impostos e Benefícios pós emprego	85,0	100,7	105,2
Instrumentos financeiros derivativos líquidos	(169,8)	(180,1)	(59,4)
<b>Total das dívidas</b>	<b>907,2</b>	<b>902,3</b>	<b>845,7</b>
(-) Disponibilidades financeiras	315,9	275,0	169,9
<b>Total das dívidas líquidas</b>	<b>591,3</b>	<b>627,4</b>	<b>675,8</b>
(-) Créditos CDE	24,5	21,0	34,3
(-) Créditos CVA	25,9	3,7	68,0
<b>Total das dívidas líquidas deduzidas de créditos setoriais</b>	<b>540,8</b>	<b>602,6</b>	<b>573,6</b>
<b>Indicador Relativo</b>			
Dívida líquida/EBITDA Ajustado 12 meses <sup>(1)</sup>	1,8	2,3	2,2

<sup>(1)</sup> EBITDA Ajustado = EBITDA + Receitas de acréscimos moratórios.

**Evolução da alavancagem**  
- Dívida líquida (R\$ milhões) e dívida líquida/EBITDA Ajustado 12 meses (vezes) -



## 5.2. Cronograma de amortização das dívidas

O cronograma de amortização dos empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures consolidados, em 31 de dezembro de 2020, vis-à-vis o caixa, está representado pelo gráfico abaixo:

**Cronograma de amortização da dívida bancária e de emissão**  
(R\$ milhões)



## 6. Investimentos

Com a prioridade de investir em obras que melhorem a qualidade dos serviços prestados, assim como promover a regularização, construção de redes e ligação de novos clientes, a Companhia investiu R\$ 201,3 milhões em 2020, ante R\$ 159,1 milhões do ano anterior. No quarto trimestre do ano, o valor chegou a R\$ 55,7 milhões. Esse crescimento ocorreu mesmo com a revisão estratégica do plano de investimentos do Grupo Energisa para adaptação aos efeitos da pandemia da Covid-19. Nesse sentido, foram preservados investimentos essenciais para a continuidade das operações, e postergados, de forma prudente, projetos menos prioritários, visando à proteção ao caixa e à gestão de liquidez da Companhia.

A composição dos investimentos foi a seguinte:

Descrição Valores em R\$ milhões	Trimestre			Exercício		
	4T20	4T19	Var. %	2020	2019	Var. %
Ativo Elétrico	48,4	29,0	+ 66,9	176,0	125,6	+ 40,1
Obrigações Especiais	3,8	5,8	- 34,5	13,2	16,5	- 20,0
Ativo não Elétrico	3,5	7,5	- 53,3	12,1	17,0	- 28,8
<b>Total dos Investimentos</b>	<b>55,7</b>	<b>42,3</b>	<b>+ 31,7</b>	<b>201,3</b>	<b>159,1</b>	<b>+ 26,5</b>

(\*) As "Obrigações Especiais" são recursos aportados pela União, Estados, Municípios e Consumidores para a concessão e não compõe a Base de Remuneração Regulatória da distribuidora.

Entre as realizações no ano, destacaram-se investimentos em subestações, visando à melhoria na qualidade do fornecimento de energia e flexibilidade operacional:

- ✓ Construção das novas subestações:
  - SE Presidente Prudente 2 138/11,4 kV 30 MVA;
  - SE Guarapuava 2 138/13,8 kV 30 MVA;
  - SE Extrema 2 138/13,8 kV 30 MVA;
  - SE Nova Urupês 138/34,5/13,8 kV 30MVA (setor de média tensão).
- ✓ Medição e adequação de malhas de aterramento em subestações;
- ✓ Instalação do sistema de teleproteção na linha de transmissão Flórida-Tupã;
- ✓ Aquisição de transformador móvel 138x69/34,5x13,8 kV - 30MVA para atendimentos nas regionais Norte e Leste (2º Parte);
- ✓ Adequações nas subestações: P1, JQM e Assis I;
- ✓ Construção de Quadrado de Manobra de 88 kV e Setor 138/88 kV 60 MVA na SE P5, interligando os sistemas de 138 kV e 88 kV na região de Presidente Prudente;
- ✓ Substituição de transformadores da SE Maracá, SE Martinópolis, SE Paraguaçu Paulista, SE Monte Verde e SE Santo Anastácio;
- ✓ Instalação de Bancos de Capacitores na SE Cambuí 2, garantindo o atendimento ao aumento de carga previsto para os próximos cinco anos pelo ponto de suprimento CEMIG;
- ✓ Instalação de Reguladores de Tensão para atendimento de 3 subestações: Parapuã, Inúbia Paulista e Sales;
- ✓ Construção de 17,18 km de rede média tensão para interligação entre alimentadores e deslocamento de redes em locais de difícil acesso.

## 7. Gestão de pessoas

A gestão do capital humano é uma das alavancas para a perenidade dos negócios. A Energisa Sul Sudeste busca atrair, reter e capacitar profissionais que compartilhem de seus valores e contribuam para o alcance de seus objetivos e da qualidade dos serviços. A Empresa encerrou 2020 com 1.009 colaboradores próprios e 233 contratados de terceiros, não considerando os empregados das empresas prestadoras de serviços ligadas à construção.

A atuação é pautada por um modelo de Gestão por Competências, desdobrado em ações de desenvolvimento de colaboradores em todos os níveis, das equipes de campo aos líderes e futuros líderes. No ano, foram investidos R\$ 239,9 mil em treinamento e educação, com a média de 58,9 horas por empregado de cargos operacionais, 40,62 em cargos gerenciais e 28,5 horas em áreas administrativas.

No ano, com o cenário de pandemia, foi fundamental a Educativa Online, plataforma que compreende o modelo de capacitação por meio de trilhas para incentivar a mentalidade de autodesenvolvimento por meio de educação e treinamento direcionados a todos os negócios do Grupo Energisa. Em 2020, no Programa de Autodesenvolvimento, foram liberados mais de 50 novos cursos, a exemplo de desenvolvimento de sistemas, data analytics e customer experience.

Outro destaque de 2020 foi a criação de um grupo de trabalho para gerenciar a efetivação do programa de diversidade da Companhia. O trabalho constou de benchmarking com empresas de referência e construção do cenário de diversidade, como apoio ao posicionamento em relação ao tema.

## 8. Saúde e segurança

Segurança é um valor inegociável para a Energisa Sul Sudeste, que endereça iniciativas para a prevenção de acidentes, melhoria de indicadores e de uma cultura baseada no comportamento seguro.

No ano, efeito de um óbito com empregado próprio, a taxa de gravidade da força de trabalho (próprios e terceiros) passou de 72,97 em 2019 para 1.874,13 em 2020. A taxa de frequência (próprios e terceiros) foi de 6,90, ante 1,99 no ano anterior.

A principal iniciativa para gestão de saúde e segurança envolve o projeto Operar Seguro, que tem foco em reconhecer riscos e identificar barreiras comportamentais, bem como oportunidades de melhorias operacionais que garantam maior segurança. Também são realizados workshops com lideranças e palestras com colaboradores e um Comitê Executivo de Saúde e Segurança garante que diretores e líderes abordem questões estratégicas de saúde e segurança. Todos os colaboradores e contratados de terceiros devem seguir as Regras de Ouro, um conjunto de procedimentos a observar em qualquer tarefa.

Em 2020, foi realizado um curso com informações sobre segurança ao conduzir os veículos e a nova telemetria do Grupo, quais as responsabilidades do condutor, detalhes sobre os equipamentos instalados e na frota. Realizados na plataforma de em sino a distância, os cursos contemplaram dados sobre o aplicativo disponível para monitoramento e melhorias no comportamento ao volante, entre outros temas. Está em desenvolvimento um projeto de realidade virtual, cujo objetivo é que eletricitistas adquiram conhecimento inicial de forma a mitigar o risco atrelado ao trabalho.

E para saúde e qualidade de vida e bem-estar dos colaboradores, há o Programa Viva Energia, com os pilares de Saúde Ocupacional, Saúde Assistencial e Qualidade de Vida. O primeiro inclui ginástica laboral, campanhas para a promoção da saúde e prevenção de doenças, assim como monitoramento de exames periódicos. Em Saúde Assistencial são concedidos benefícios a portadores de doenças crônicas e de câncer. E o pilar Qualidade de Vida promove atividades que contribuem para saúde e bem-estar, como musculação e natação, por meio de parceria com academias em todo o território nacional. Em 2020, com o cenário de pandemia, foi dada atenção especial ao aspecto de saúde mental dos colaboradores.

## 9. Responsabilidade socioambiental

A sustentabilidade está incorporada à estratégia da Energisa Sul Sudeste, pela consciência de seu potencial de impacto sobre a sociedade e o meio ambiente, com o apoio de um modelo de negócio que visa a geração de valor para todos os seus públicos de relacionamento. Esse direcionamento permite à Companhia captar as oportunidades do setor e contribuir com o desenvolvimento sustentável.

Como reforço à sua estratégia, em 2020 o Grupo Energisa passou a integrar a Rede Brasil do Pacto Global, iniciativa da Nações Unidas (ONU) que fornece diretrizes para iniciativas que contribuam para impulsionar a sustentabilidade

e a cidadania. Como empresa signatária, tem como compromisso contribuir para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que integram a Agenda 2030.

Também em 2020, o Grupo passou a fazer da Plataforma de Ação pelo Clima, da Rede Brasil do Pacto Global, norteado pelo ODS 7 (energia limpa e acessível) e pelo ODS 13 ação contra a mudança global do clima), por meio do atividades e projetos direcionados para a mitigação e adaptação a esse desafio.

### 9.1. Eficiência energética

A Companhia investiu R\$ 3,6 milhões em 2020 em projetos de eficiência energética, que beneficiaram 5.010 unidades consumidoras e permitiram economizar 1.681,4 MWh/ano, energia suficiente para abastecer durante um ano aproximadamente 700 residências com consumo médio mensal de 200 kWh.

O Programa de Eficiência Energética (PEE) é apoiado pelo projeto Nossa Energia, um conjunto de iniciativas para o combate ao desperdício de energia em comunidades de baixa renda, órgãos públicos e hospitais. Incluem substituição de lâmpadas incandescentes por fluorescentes compactas ou LED e doação de equipamentos eficientes (como refrigeradores e aparelhos de ar-condicionado), adequação das instalações elétricas internas, e palestras sobre o uso racional da energia elétrica.

Como parte do Energia em Foco, que reúne os projetos de eficiência energética que beneficiam órgãos públicos, incluindo iluminação urbana, e instituições de saúde, foram trocadas de 897 lâmpadas por unidades com tecnologia LED em parceria com as prefeituras de Borá, Osvaldo Cruz, Tarumã, Pedrinhas Paulista, Cambuí e Santo Grande, o que deve proporcionar uma economia de 896,73 MWh/ano. Outra iniciativa foi a substituição da iluminação do campus Cedeteg na Universidade Unicentro, que contemplou a troca de 5.463 lâmpadas, que devem proporcionar economia de 324,64 MWh/ano.

### 9.2. Projetos socioculturais

Diante dos impactos da pandemia e atenta às demandas da sociedade, o Grupo Energisa criou o Energia do Bem, uma iniciativa de mobilização nacional contou com doação de alimentos e material de limpeza e higiene pessoal para instituições beneficentes. Houve doação de máscaras do tipo N95 a hospitais, assim como de recursos para viabilizar a aquisição de ventiladores pulmonares.

Os projetos socioculturais são executados com o apoio da Fundação Ormeo Junqueira Botelho, que atua na análise técnica e cultural dos projetos patrocinados e é responsável pela gestão de espaços culturais. Em 2020, em razão do distanciamento social devido à Covid-19, esses locais foram fechados para o público a partir de do mês de março.

A programação do ano foi toda virtual, com três projetos realizados online: A Escrita da Luz, um concurso de fotografias para estimular pré-adolescentes a enviar fotos captadas por celulares; Galeria Virtual da Usina Cultural Nova Friburgo, com duas mostras coletiva de artistas; e vídeos documentais Pessoas criativas, ideias inspiradoras, que registrou projetos de leopoldinenses sobre folclore, literatura, cinema, música, quadrinhos, teatro e preservação patrimonial.

### 9.3. Iniciativas ambientais

A atuação da Energisa Sul Sudeste é orientada por uma Política de Meio Ambiente, Saúde e Segurança, que compreende diretrizes de responsabilidade no convívio com o meio ambiente e uso eficiente de recursos naturais. Os impactos são mitigados por meio de programas e práticas que compõem o Sistema de Gestão de Meio Ambiente, Aspectos Sociais, Saúde e Segurança (SGMASS), uma ferramenta compatível com as normas ISO 14001 e ISO 45001 e que fornece os subsídios para o adequado monitoramento dos aspectos socioambientais e de saúde e segurança.

A Companhia conta com uma área de Meio Ambiente responsável pelos processos de gestão e de licenciamento dos empreendimentos. Em 2020, foi contratada uma plataforma digital para monitorar e atualizar mensalmente a legislação ambiental (federal, estadual e municipal), além da execução de serviços de assessoria para gerenciamento de requisitos legais.

A Companhia iniciou em 2020 um projeto-piloto para compostagem de resíduos de poda urbana em Adamantina (SP). Com recursos do Programa de Eficiência Energética, é desenvolvido em parceria com a Prefeitura e o Centro Universitário de Adamantina para a compostagem de resíduos da poda urbana com resíduos orgânicos de merenda escolar das escolas do município, bem como a distribuição de adubo, resultado da compostagem, para agricultores familiares da região. Além disso, são mantidos convênios com escolas técnicas, para as quais doa resíduos de podas que são triturados e utilizados em projetos para recuperação de pastagens, plantio de café, estudos científicos, compostagem em hortas, etc.

A Companhia faz inventário de emissões de gases de efeito estufa (GEE) com o uso de ferramenta de cálculo para contabilizar as emissões de CO2 equivalente à planilha do Programa Brasileiro GHG Protocol. São declaradas emissões diretas (combustão estacionária e móvel - escopo 1), de aquisição de energia (escopo 2) e emissões indiretas (viagens a negócios e deslocamento casa-trabalho - escopo 3). As emissões referentes a 2020 serão publicadas no segundo trimestre de 2021. Os carros da frota são prioritariamente abastecidos com etanol, por ser fonte renovável e menos poluente do que combustíveis fósseis.

Para proteger a biodiversidade, são utilizados cabos isolados nas redes em que a arborização pode ser mais afetada pelo contato com a baixa-tensão energizada. De forma a evitar podas indesejáveis e preservar o equilíbrio ecológico, cabos protegidos são instalados em redes de média-tensão que têm proximidades com arborização. Nos casos em que há necessidade de corte de vegetação, há ações de reposição florestal para recompor a vegetação, em linha com a legislação ambiental vigente, como forma de compensar a supressão executada durante as obras.

## 10. Serviços prestados pelo auditor independente

---

A remuneração total dos auditores independentes Ernst & Young Auditores Independentes pelos serviços prestados de revisão contábil das demonstrações financeiras para a Companhia em 2020 foi de R\$ 1.035 mil.

A política de contratação adotada pela Companhia atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com as normas vigentes, que determinam, principalmente, que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais para seu cliente ou promover os seus interesses.

A Administração.

## Informações financeiras trimestrais

### 1. Balanço Patrimonial Ativo

#### BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Em milhares de reais)

	Nota	2020	2019
<b>Ativo</b>			
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalente de caixa	5.1	69.229	41.789
Aplicação no mercado aberto e recursos vinculados	5.2	246.670	128.144
Consumidores e concessionárias	6	356.906	298.818
Títulos de créditos a receber	7	2.349	2.469
Estoques		8.745	7.556
Tributos a recuperar	8	66.457	106.766
Ativos financeiros setoriais	10	44.227	129.543
Instrumentos financeiros derivativos	34	42.852	20.816
Outros créditos	11	61.449	79.332
<b>Total do circulante</b>		<b>898.884</b>	<b>815.233</b>
<b>Não circulante</b>			
<b>Realizável a longo prazo</b>			
Consumidores e concessionárias	6	42.850	35.153
Títulos de créditos a receber	7	-	562
Tributos a recuperar	8	79.519	42.838
Créditos tributários	13	64.259	119.935
Cauções e depósitos vinculados	24	67.144	52.410
Ativo financeiro indenizável da concessão	14	101.425	62.080
Ativos financeiros setoriais	10	38.680	29.300
Instrumentos financeiros derivativos	34	169.756	59.372
Outros créditos	11	23.317	25.660
		<b>586.950</b>	<b>427.310</b>
Ativo contratual - Infraestrutura em construção	15	17.116	54.620
Investimentos		492	491
Imobilizado	16	15.347	7.455
Intangível	17	844.636	725.304
<b>Total do não circulante</b>		<b>1.464.541</b>	<b>1.215.180</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>2.363.425</b>	<b>2.030.413</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## 2. Balanço Patrimonial Passivo

BALANÇO PATRIMONIAL  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019  
(Em milhares de reais)

	Nota	2020	2019
<b>Passivo</b>			
<b>Circulante</b>			
Fornecedores	18	256.282	206.620
Encargos de dívidas	19	1.285	2.020
Empréstimos e financiamentos	19	178.233	119.594
Debêntures	20	39.270	38.993
Impostos e contribuições sociais	22	77.115	76.690
Obrigações estimadas		7.533	7.107
Dividendos		7.253	136
Encargos do consumidor a recolher		13.227	13.363
Contribuição de iluminação pública		7.257	7.885
Encargos setoriais	25	23.621	34.418
Passivos financeiros setoriais	10	48.787	75.324
Instrumentos financeiros derivativos	34	4.874	8.503
Benefícios pós emprego	35	5.304	7.045
Arrendamentos operacionais	21	1.229	1.372
Outros Passivos	26	46.006	21.798
<b>Total do circulante</b>		<b>717.276</b>	<b>620.868</b>
<b>Não circulante</b>			
Fornecedores	18	5.973	6.106
Empréstimos e financiamentos	19	429.189	362.802
Debêntures	20	359.339	264.488
Impostos e contribuições sociais	22	83.613	78.584
Passivos financeiros setoriais	10	8.251	15.542
Encargos setoriais	25	33.169	32.063
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórios	24	25.387	21.254
Benefícios pós emprego	35	64.986	71.962
Arrendamentos operacionais	21	2.002	1.198
Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do Pis e Cofins	23	29.265	-
Outros Passivos	26	3.312	2.831
<b>Total do não circulante</b>		<b>1.044.486</b>	<b>856.830</b>
<b>Patrimônio líquido</b>			
Capital social realizado	27.1	534.717	534.717
Reservas de capital	27.2	662	220
Reservas de lucros	27.3	20.748	14.533
Dividendos adicionais propostos	27.4	88.586	47.465
Outros resultados abrangentes	27.5	(43.050)	(44.220)
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>601.663</b>	<b>552.715</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>2.363.425</b>	<b>2.030.413</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## 3. Demonstrações de Resultados

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO**  
**PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019**  
 (Em milhares de reais, exceto o lucro por ação)

	Nota	2020	2019
Receita operacional líquida	28	1.824.737	1.749.610
Custo do serviço de energia elétrica	29	(1.170.055)	(1.141.782)
Custo de operação e dos serviços prestados a terceiros	29	(359.834)	(321.777)
<b>Lucro bruto</b>		<b>294.848</b>	<b>286.051</b>
Despesas gerais e administrativas	29	(81.691)	(103.980)
Outras receitas	30	4.769	8.301
Outras despesas	30	(6.755)	(7.907)
<b>Resultado antes das receitas (despesas) financeiras e impostos</b>		<b>211.171</b>	<b>182.465</b>
Receita financeira	31	55.742	54.151
Despesas financeiras	31	(79.525)	(63.753)
<b>Despesas financeiras líquidas</b>		<b>(23.783)</b>	<b>(9.602)</b>
<b>Resultados antes dos tributos sobre o lucro</b>		<b>187.388</b>	<b>172.863</b>
Imposto de renda e contribuição social corrente	13	(8.007)	(42.736)
Imposto de renda e contribuição social diferido	13	(55.073)	(14.040)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>124.308</b>	<b>116.087</b>
<b>Lucro líquido básico e diluído ação ordinária - R\$</b>	32	<b>1.281,53</b>	<b>1.196,77</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## 4. Demonstração do Resultado Abrangente

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE**  
**PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019**  
 (Em milhares de reais)

	Nota	2020	2019
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>124.308</b>	<b>116.087</b>
Itens que não serão reclassificados para a demonstração do resultado			
Outros resultados abrangentes	27.5	1.170	(27.956)
<b>Total de outros resultados abrangentes do exercício, líquido de impostos</b>		<b>125.478</b>	<b>88.131</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## 5. Demonstrações dos Fluxos de Caixa

### DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Em milhares de reais)

	Nota	2020	2019
<b>Atividades operacionais</b>			
Lucro líquido do exercício	32	124.308	116.087
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	13	63.080	56.776
(Receitas) despesas com juros, variações monetárias e cambiais - líquidas		187.124	45.236
Ativo financeiro indenizável da concessão	14	(2.807)	(2.069)
Amortização e depreciação	29	58.527	54.134
Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa	29	7.813	2.226
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórios	24	8.571	9.766
Marcação a mercado de dívidas	31	1.938	10.821
Marcação a mercado de derivativos	31	(1.952)	(10.867)
Instrumentos financeiros derivativos	31	(168.962)	(8.557)
Perda na alienação de bens do intangível	30	2.616	974
Programa de remuneração variável (ILP)		442	129
<b>Variações nas contas do ativo circulante e não circulante</b>			
(Aumento) de consumidores e concessionárias		(73.111)	(18.938)
Diminuição de títulos de créditos a receber		682	4.505
(Aumento) de estoques		(1.189)	(3.147)
Diminuição (Aumento) de tributos a recuperar		40.544	(28.339)
(Aumento) de cauções e depósitos vinculados		(11.732)	(10.689)
(Aumento) Diminuição de ativos financeiros setoriais	10	(14.445)	93.810
Recebimentos Despacho nº 2.177 - CONTA COVID		97.396	-
(Aumento) de outros créditos a receber		(2.877)	(38.639)
<b>Variações nas contas do passivo circulante e não circulante</b>			
Aumento de fornecedores		47.446	48.660
Aumento de impostos e contribuições sociais		23.206	18.056
Imposto de renda e contribuição social pagos		(9.240)	(64.904)
Aumento de obrigações Estimadas		426	232
(Diminuição) passivos financeiros setoriais	10	(39.593)	(73.701)
(Diminuição) Processos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios pagos		(6.075)	(5.631)
Aumento (Diminuição) de outras contas a pagar		31.341	(16.006)
<b>Caixa líquido gerado nas atividades operacionais</b>		<b>363.477</b>	<b>179.925</b>
<b>Atividades de investimentos</b>			
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados		(113.991)	(13.274)
Aplicações no intangível e imobilizado	16 e 17	(185.360)	(150.948)
Alienação de bens do imobilizado e intangível	16 e 17	1.545	4.077
<b>Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos</b>		<b>(297.806)</b>	<b>(160.145)</b>
<b>Atividades de financiamento</b>			
Novos empréstimos e financiamentos	19 e 20	280.836	160.000
Pagamentos de empréstimos - principal	19 e 20	(235.398)	(10.417)
Pagamentos de empréstimos - juros	19 e 20	(27.006)	(32.172)
Pagamentos de parcelamento de impostos	22	(13.239)	(5.701)
Liquidação de instrumentos financeiros derivativos		27.678	(11.114)
Pagamento de dividendos		(69.855)	(87.288)
Pagamento por Arrendamento Operacional	21	(1.247)	(1.340)
<b>Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades de financiamento</b>		<b>(38.231)</b>	<b>11.968</b>
<b>Varição líquida do caixa</b>		<b>27.440</b>	<b>31.748</b>
Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	5	41.789	10.041
Saldo Final de Caixa e Equivalentes	5	69.229	41.789
<b>Varição líquida do caixa</b>		<b>27.440</b>	<b>31.748</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## 6. Demonstração do Valor Adicionado - DVA

**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA**  
**PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019**  
 (Em milhares de reais)

	Nota	2020	2019
<b>Geração do valor adicionado:</b>			
<b>Receitas</b>		<b>2.786.740</b>	<b>2.746.887</b>
Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	28	2.611.252	2.602.579
Outras receitas	30	4.769	8.301
Receitas relativas a construção de ativos próprios	28 e 31	178.532	138.233
Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	29	(7.813)	(2.226)
<b>(-) Insumos adquiridos de terceiros</b>			
Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos		1.286.408	1.254.661
Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros		106.186	124.102
Outros		193.378	154.499
		<b>1.585.972</b>	<b>1.533.262</b>
<b>Valor adicionado bruto</b>		<b>1.200.768</b>	<b>1.213.625</b>
Depreciação, Amortização e Exaustão	29	58.527	54.134
<b>Valor adicionado líquido</b>		<b>1.142.241</b>	<b>1.159.491</b>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>			
Receitas financeiras	31	58.460	56.792
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>		<b>1.200.701</b>	<b>1.216.283</b>
<b>Distribuição do valor adicionado:</b>			
<b>Pessoal</b>		<b>67.126</b>	<b>83.476</b>
Remuneração direta		41.135	56.535
Benefícios		21.588	22.143
FGTS		4.403	4.798
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>		<b>928.974</b>	<b>951.823</b>
Federais		202.439	198.821
Estaduais		482.199	485.317
Municipais		250	300
Obrigações Intra-setoriais		244.086	267.385
<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>		<b>80.293</b>	<b>64.897</b>
Juros	31	80.118	64.154
Aluguéis		175	743
<b>Remuneração de capitais próprios</b>		<b>124.308</b>	<b>116.087</b>
Reserva legal	27.3	6.215	5.804
Dividendos	27.4	29.528	63.965
Dividendos adicionais propostos	27.4	88.586	47.465
Dividendos prescritos	27.4	(21)	(1.147)
		<b>1.200.701</b>	<b>1.216.283</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## 7. Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019  
(Em milhares de reais)

Nota	Capital social	Reservas de Capital	Reserva de lucros	Dividendos adicionais propostos	Lucros (Prejuízos) acumulados	Outros resultados abrangentes	Total
			Legal				
	<b>534.717</b>	91	<b>8.729</b>	<b>23.343</b>	-	<b>(16.264)</b>	<b>550.616</b>
Saldos em 01 janeiro de 2019	27.4	-	-	-	1.147	-	1.147
Dividendos prescritos	27.4	-	-	(23.343)	-	-	(23.343)
Pagamentos de dividendos	27.2	129	-	-	-	-	129
Programa de remuneração variável (ILP)	-	-	-	-	116.087	-	116.087
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-
Proposta de destinação do lucro líquido do exercício:	27.3	-	5.804	-	(5.804)	-	-
Reserva legal	27.4	-	-	-	(63.965)	-	(63.965)
Dividendos	27.4	-	-	47.465	(47.465)	-	-
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	-	-
Outros resultados abrangentes, líquidos de tributos	27.5	-	-	-	-	(42.358)	(42.358)
Ganho e perda atuarial - benefícios pós emprego	27.5	-	-	-	-	14.402	14.402
Tributos sobre ganho e perda atuarial - benefícios pós emprego	-	-	-	-	-	-	-
<b>Saldos em 31 dezembro de 2019</b>	<b>534.717</b>	<b>220</b>	<b>14.533</b>	<b>47.465</b>	-	<b>(44.220)</b>	<b>552.715</b>
Dividendos prescritos	27.4	-	-	-	21	-	21
Dividendos prescritos	27.4	-	-	(47.465)	-	-	(47.465)
Pagamento dividendos reserva	27.2	442	-	-	-	-	442
Programa de remuneração variável (ILP)	-	-	-	-	124.308	-	124.308
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-
Proposta de destinação do lucro líquido do exercício:	27.3	-	6.215	-	(6.215)	-	-
Reserva legal	27.4	-	-	-	(29.528)	-	(29.528)
Dividendos	27.4	-	-	88.586	(88.586)	-	-
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	-	-
Outros resultados abrangentes, líquidos de tributos	27.5	-	-	-	-	1.774	1.774
Ganho e perda atuarial - benefícios pós emprego	27.5	-	-	-	-	(604)	(604)
Tributos sobre ganho e perda atuarial - benefícios pós emprego	-	-	-	-	-	-	-
<b>Saldos em 31 dezembro de 2020</b>	<b>534.717</b>	<b>662</b>	<b>20.748</b>	<b>88.586</b>	-	<b>(43.050)</b>	<b>601.663</b>
<b>Saldos em 31 dezembro de 2020</b>	<b>534.717</b>	<b>662</b>	<b>20.748</b>	<b>88.586</b>	-	<b>(43.050)</b>	<b>601.663</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## 8. Balanço Social

BALANÇO SOCIAL ANUAL - 2020 (Em milhares de reais)						
1 - Base de Cálculo	2020			2019		
Receita líquida (RL)			1.824.737			1.749.610
Resultado operacional (RO)			187.388			172.863
Folha de pagamento bruta (FPB)			81.679			80.588
<b>2 - Indicadores Sociais Internos</b>	<b>Valor</b>	<b>% sobre FPB</b>	<b>% sobre RL</b>	<b>Valor</b>	<b>% sobre FPB</b>	<b>% sobre RL</b>
Alimentação	12.601	15,43%	0,69%	12.840	15,93%	0,73%
Encargos sociais compulsórios	17.571	21,51%	0,96%	18.293	22,70%	1,05%
Previdência privada	(8.993)	-11,01%	-0,49%	3.502	4,35%	0,20%
Saúde	8.297	10,16%	0,45%	8.369	10,38%	0,48%
Segurança e saúde no trabalho	2.232	2,73%	0,12%	2.517	3,12%	0,14%
Educação	156	0,19%	0,01%	187	0,23%	0,01%
Cultura	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	420	0,51%	0,02%	694	0,86%	0,04%
Creches ou auxílio-creche	88	0,11%	0,00%	72	0,09%	0,00%
Participação nos lucros ou resultados	10.475	12,82%	0,57%	9.114	11,31%	0,52%
Outros	978	1,20%	0,05%	869	1,08%	0,05%
<b>Total - Indicadores sociais internos</b>	<b>43.825</b>	<b>53,65%</b>	<b>2,38%</b>	<b>56.457</b>	<b>70,05%</b>	<b>3,22%</b>
<b>3 - Indicadores Sociais Externos</b>	<b>Valor</b>	<b>% sobre RO</b>	<b>% sobre RL</b>	<b>Valor</b>	<b>% sobre RO</b>	<b>% sobre RL</b>
Educação	199	0,11%	0,01%	330	0,19%	0,02%
Cultura	759	0,41%	0,04%	836	0,48%	0,05%
Saúde e saneamento	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Esporte	28	0,01%	0,00%	102	0,06%	0,01%
Combate à fome e segurança alimentar	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Outros	1.829	0,98%	0,10%	244	0,14%	0,01%
<b>Total das contribuições para a sociedade</b>	<b>2.815</b>	<b>1,51%</b>	<b>0,15%</b>	<b>1.512</b>	<b>0,87%</b>	<b>0,09%</b>
Tributos (excluídos encargos sociais)	667.317	356,12%	36,57%	666.145	385,36%	38,07%
<b>Total - Indicadores sociais externos</b>	<b>670.132</b>	<b>357,63%</b>	<b>36,72%</b>	<b>667.657</b>	<b>386,23%</b>	<b>38,16%</b>
<b>4 - Indicadores Ambientais</b>	<b>Valor</b>	<b>% sobre RO</b>	<b>% sobre RL</b>	<b>Valor</b>	<b>% sobre RO</b>	<b>% sobre RL</b>
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	8.684	4,63%	0,48%	11.156	6,45%	0,64%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	3.923	2,09%	0,21%	12.641	7,31%	0,72%
<b>Total dos investimentos em meio ambiente</b>	<b>12.607</b>	<b>6,72%</b>	<b>0,69%</b>	<b>23.797</b>	<b>13,76%</b>	<b>1,36%</b>
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa	( ) não possui metas ( ) cumpre de 51 a 75% ( ) cumpre de 0 a 50% (x) cumpre de 76 a 100%		(x) não possui metas ( ) cumpre de 51 a 75% ( ) cumpre de 0 a 50% ( ) cumpre de 76 a 100%			
<b>5 - Indicadores do Corpo Funcional</b>	<b>2020</b>			<b>2019</b>		
Nº de empregados(as) ao final do período	1.009			1.028		
Nº de admissões durante o período	91			131		
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	233			222		
Nº de estagiários(as)	16			21		
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	150			143		
Nº de mulheres que trabalham na empresa	138			140		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	6,45%			3,33%		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	203			192		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	9,68%			16,67%		
Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais	39			35		
<b>6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial</b>	<b>2020</b>			<b>Metas 2021</b>		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	85,53			85,53		
Número total de acidentes de trabalho	5			4		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	( ) direção	(x) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)	( ) direção	(x) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)
s padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	( ) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)	(x) todos(as) + Cipa	( ) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)	(x) todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	( ) não se envolve	(x) segue as normas da OIT	( ) incentiva e segue a OIT	( ) não se envolve	(x) segue as normas da OIT	( ) incentiva e segue a OIT
A previdência privada contempla:	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	( ) não são considerados	( ) são sugeridos	(x) são exigidos	( ) não são considerados	( ) são sugeridos	(x) são exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	( ) não se envolve	(x) apóia	( ) organiza e incentiva	( ) não se envolve	(x) apóia	( ) organiza e incentiva
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa 171.444	no Procon 288	na Justiça 574	na empresa 162.872	no Procon 240	na Justiça 398
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa 99,31%	no Procon 100%	na Justiça 9%	na empresa 100%	no Procon 100%	na Justiça 10%
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	<b>Em 2020: 1.200.701</b>			<b>Em 2019: 1.216.283</b>		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	77% governo 6% colaboradores(as) 10% acionistas 6% terceiros 1% retido			78% governo 7% colaboradores(as) 9% acionistas 6% terceiros 0% retido		
<b>7 - Outras Informações</b>	<b>2020</b>			<b>2019</b>		
7) Investimentos sociais						
7.1 - Programa Luz para Todos						
7.1.1 - Investimento da União						
7.1.2 - Investimento do Estado						
7.1.3 - Investimento do Município						
7.1.4 - Investimento da Concessionária						
Total - Programa Luz para Todos (7.1.1 a 7.1.4)						
7.2 - Programa de eficiência Energética	3.849			15.076		
7.3 - Programa de Pesquisa e Desenvolvimento	5.973			10.642		
<b>Total dos investimentos sociais (7.1 a 7.3)</b>	<b>9.822</b>			<b>25.718</b>		

## Notas Explicativas

### Energisa Sul Sudeste - Distribuidora de Energia S/A Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário)

#### 1. Contexto operacional

A Energisa Sul Sudeste - Distribuidora de Energia S/A (“Companhia” ou “ESS”) é uma sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade de Presidente Prudente - SP, controlada pela Rede Energia Participações S/A (“REDE”). A Companhia é uma concessionária distribuidora de energia elétrica, que atua em 82 municípios, sendo 71 municípios no Estado de São Paulo, 10 municípios no Estado de Minas Gerais e 1 município no Estado do Paraná atendendo a 819.483 consumidores em uma área de concessão de 32.405 km<sup>2</sup>. Em 05 de novembro de 2019, a Companhia obteve o registro de emissor de valores mobiliários na categoria “B”.

##### 1.1 Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica

A Companhia teve seu contrato de concessão vencido em 07 de julho de 2015 para o qual foi assinado em 17 de dezembro de 2015 o quinto termo aditivo ao contrato de concessão com vencimento em 07 de julho de 2045. O aditivo foi formalizado de acordo com o Despacho do Ministro de Estado de Minas e Energia de 09 de dezembro de 2015, na Lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013, no Decreto nº 7.805 de 14 e setembro de 2012 e no Decreto nº 8.461 de 02 de junho de 2015.

O novo aditivo exigiu da Companhia atendimento aos seguintes critérios:

- I - Eficiência com relação à qualidade do serviço prestado;
- II - Eficiência com relação à gestão econômico-financeira;
- III - Racionalidade operacional e econômica; e
- IV - Modicidade tarifária.

O contrato de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica contém cláusulas específicas que garantem o direito à indenização do valor residual dos bens vinculados ao serviço no final da concessão. Para efeito da reversão, consideram-se bens vinculados aqueles efetivamente utilizados na prestação do serviço.

As obrigações da concessionária, previstas no contrato de concessão do serviço público de energia elétrica são:

I - Operar e manter as instalações de modo a assegurar a continuidade e a eficiência do Serviço Regulado, a segurança das pessoas e a conservação dos bens e instalações e fornecer energia elétrica a consumidores localizados em sua área de concessão, nos níveis de qualidade e continuidade estabelecidos em legislação específica;

II - Realizar as obras necessárias à prestação dos serviços concedidos, reposição de bens, e operar a infraestrutura de forma a assegurar a regularidade, continuidade, eficiência, segurança e modicidade das tarifas, em conformidade com as normas técnicas e legais específicas;

III - Organizar e manter controle patrimonial dos bens e instalações vinculados à concessão e zelar por sua integridade providenciando que aqueles que, por razões de ordem técnica, sejam essenciais à garantia e confiabilidade do sistema elétrico, estejam sempre adequadamente garantidos por seguros sendo vedado à concessionária alienar ou conceder em garantia tais bens sem a prévia e expressa autorização do agente regulador;

IV - Atender todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária e regulatória, inclusive prestando contas aos consumidores;

V - Implementar medidas que objetivem o combate ao desperdício de energia, por meio de programas de redução de consumo de energia e inovações;

VI - Submeter à prévia aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) alterações nas posições acionárias que impliquem em mudanças de controle. Na hipótese de transferência de ações representativas do controle acionário, o novo controlador deverá assinar termo de anuência e submissão às cláusulas do contrato de concessão e às normas legais e regulamentares da concessão; e

VII - Manter o acervo documental auditável, em conformidade com as normas vigentes;

A concessão poderá ser extinta pelo término do contrato, encampação do serviço, caducidade, rescisão, irregularidades ou falência da concessionária, podendo ser prorrogada, mediante requerimento da concessionária e a critério exclusivo do Poder Concedente - Ministério de Minas e Energia - MME.

As informações referentes aos reajustes tarifários, revisões tarifárias e outros assuntos regulatórios, ativos e passivos financeiros setoriais, ativo financeiro indenizável da concessão, ativos vinculados a concessão e receita de construção da infraestrutura, estão apresentadas nas notas explicativas nº 9, 10, 14, 15, 17.1 e 28 respectivamente.

## 1.2 Efeitos da COVID-19

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou o surto de COVID-19 como uma pandemia, dado os vários casos de contágio ao redor do mundo. A grande capacidade de disseminação do vírus fez com que as autoridades de diversos países adotassem o distanciamento físico como medida de contenção do vírus, medida essa também adotada no Brasil. Houve impacto significativo na economia global, tendo em vista a interrupção ou desaceleração da cadeia de suprimentos e o aumento significativo da incerteza econômica, considerando o aumento na volatilidade dos preços dos ativos, das taxas de câmbio e a queda das taxas de juros de longo prazo. As principais economias do mundo e os principais blocos econômicos vêm adotando pacotes de estímulos econômicos expressivos para superar os efeitos econômicos produzidos pela pandemia.

No Brasil, os Poderes Executivo e Legislativo da União publicaram diversos atos normativos para prevenir e conter a pandemia, assim como mitigar os respectivos impactos na economia, com destaque para o Decreto Legislativo nº 6, publicado em 20 de março de 2020, que declara o estado de calamidade pública. Os governos estaduais e municipais também publicaram diversos atos normativos buscando restringir a livre circulação de pessoas e as atividades comerciais e de serviços, além de viabilizar investimentos emergenciais na área da saúde.

Em 25 de março de 2020, a ANEEL publicou a Resolução Normativa nº 878/2020 em resposta às medidas de isolamento social e restrição à mobilidade, e autorizou a flexibilização de algumas obrigações do contrato de concessão que foram prorrogadas até 31 de dezembro de 2020, tendo restringido a suspensão do fornecimento de energia para clientes residenciais baixa renda e de unidades consumidoras que utilizam equipamentos especiais. As medidas de isolamento, combinado com as restrições a suspensão de fornecimento em razão de inadimplência a determinados grupos de consumidores, inicialmente provocaram queda no consumo e na arrecadação da Companhia, entretanto tem sido observado recuperação das atividades econômicas que tem contribuído na melhoria dos dois fatores.

### a) Impactos observados no exercício findo em 31 de dezembro de 2020

A pandemia da COVID-19 no Brasil produziu impactos sentidos pelos diversos agentes sociais e econômicos. Na Companhia os maiores impactos foram aqueles relacionados ao fornecimento de energia devido a retração do mercado consumidor e ao incremento da inadimplência, agravada pelo impedimento do corte no fornecimento de energia elétrica. Esses efeitos impactaram diretamente o fluxo de arrecadação, com reflexo na provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa (PPECLD).

Por outro lado, a CONTA COVID tem neutralizado, em parte, os efeitos dos eventos no fluxo de caixa da Companhia e contribuído para atenuar as tarifas dos consumidores, enquanto durar a pandemia.

A Companhia realizou os cálculos de perdas esperadas com a inadimplência, baseado em suas melhores estimativas, tendo apurado o montante de R\$3.181, reconhecidos a partir de março de 2020 na demonstração do resultado do exercício.

A implementação das ações para aumentar a eficiência na cobrança das contas de energia em atraso, destacando-se o aumento do volume de envio de SMS, telecobrança, negativações, e-mails e realizando campanhas de conscientização relacionadas à importância da manutenção dos pagamentos e, divulgação de planos de parcelamentos dos débitos aos clientes e facilitando o acesso às negociações por meio digital, tem produzidos efeitos positivos no incremento da arrecadação, que contribuíram na redução das provisões de perdas esperadas.

A Companhia segue acompanhando os efeitos da retração econômica, bem como das ações governamentais de proteção ao consumidor para refletir de forma tempestiva a realização de seu contas a receber, o qual foi ajustado para considerar as perdas esperadas em 31 de dezembro de 2020.

#### **b) Sobrecontratação de energia elétrica**

O Cenário da pandemia tem levado a sobrecontratação do setor de distribuição no Brasil a níveis acima do regulatório devido, sobretudo, a retração da economia brasileira. A Companhia segue atenta e monitorando os níveis de sobrecontratação no intuito de efetuar ações rápidas e tempestivas a fim de minimizar os riscos inerentes a esta exposição.

Neste sentido, destaca-se que dentre as medidas elaboradas pelo Poder Executivo para contenção dos efeitos da pandemia, foi publicado o Decreto 10.350/2020 que, dentre outros, alterou a redação do Decreto 5.163/2004 de modo a reconhecer a redução de carga decorrente dos efeitos da pandemia da COVID-19 apurada conforme regulação da Aneel como exposição contratual involuntária de modo a mitigar os efeitos da sobrecontratação. Esta medida ainda será detalhada por meio de normatização a ser publicada pela ANEEL.

#### **c) Equilíbrio econômico-financeiro da concessão**

A ANEEL, por meio da Medida Provisória nº 950/2020 regulamentada pelo Decreto nº 10.350/2020 e com base nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica, reconheceu que os impactos causados pela pandemia COVID são factíveis de avaliação do equilíbrio contratual. Com a publicação da Resolução Normativa nº 885, divulgada no diário oficial em 23 de junho de 2020 foi estabelecido o processo de discussão pública acerca do equilíbrio dos contratos, instaurado a partir de agosto de 2020.

A Companhia não reconheceu ativo financeiro setorial de RTE, referente ao equilíbrio contratual, em suas demonstrações financeiras.

#### **d) Medidas operacionais e financeiras adotadas para enfrentamento e acompanhamento da pandemia**

Atenta aos efeitos causados pela pandemia na economia global e, notadamente na economia do Brasil, a Companhia adotou medidas preventivas necessárias para minimizar tais efeitos em seus negócios, dentre as quais destacam-se:

##### **Pessoas**

- Criação de um Comitê de Crise para avaliar de forma contínua os possíveis impactos e a eficácia das medidas adotadas pela Companhia além de monitorar todas as determinações das autoridades competentes;
- Disponibilização de um canal de atendimento de saúde telefônico (Telemedicina) 24 horas por dia a todos os colaboradores e distribuição de máscaras para os colaboradores que atuam diretamente em contato com o público;

- Criação de um canal de comunicação "Saúde em Foco" com dicas e orientações sobre os cuidados contra a COVID19 para colaboradores e familiares;
- Afastamento domiciliar monitorado em casos de colaboradores que apresentem os sintomas da COVID-19, testagem ampla para todos os casos suspeitos por sintomas ou contato com pessoas testados positivo;;
- Regime de teletrabalho para colaboradores cuja função possibilite esta modalidade de trabalho e capacitação da liderança e dos colaboradores para desenvolver habilidades para o trabalho remoto. Ações de engajamento e saúde mental para líderes e colaboradores durante a pandemia;
- Para os profissionais onde a modalidade do teletrabalho não foi possível, foram adotados sistema de revezamento de colaboradores com turnos alternados para evitar desta forma exposição a aglomerações;
- Suspensão das viagens internacionais e nacionais, exceção em casos de extrema necessidade;
- Reforço na higienização dos ambientes de trabalho, sinalização dos espaços para garantir o respeito ao distanciamento social. Estabelecimento de monitoramento de temperatura nas entradas das sedes e bases operacionais. Implantação de site responsivo para monitorar casos suspeitos, através de questionário de sintomas;
- Redução da jornada de trabalho em 25% e suspensão temporária do contrato de trabalho para parte dos colaboradores como medida de prevenção ao emprego seguindo as orientações da Medida Provisória 936/2020, aplicada durante o período de abril a agosto de 2020. Em 06 de julho, a MP 936 foi transformada na Lei nº 14.020, publicada no DOU em 07 de julho de 2020, que autoriza a redução de jornada e de salários e a suspensão dos contratos enquanto durar o estado de calamidade pública decretado até 31 de dezembro de 2020. O Decreto nº 10.470 de 24 de agosto de 2020, prorrogou mais uma vez os prazos para celebrar acordos de redução proporcional de jornada de trabalho e de salário, bem como de suspensão temporária de contrato de trabalho e para efetuar o pagamento dos benefícios emergenciais da Lei 14.020/2020.

## Sociedade

O Grupo Energisa criou o movimento Energia do Bem, iniciativa de mobilização nacional que inclui diferentes ações nos 03 Estados onde a Companhia atua (SP, MG e PR). As principais ações são:

- Doação de ventiladores pulmonar;
- Doação de máscaras para hospitais e protetores faciais;
- Doação de itens de higiene pessoal ao Fundo Social de Presidente Prudente para atender a população em situação de rua.
- Apoio para a capacitação profissional com abertura de 100 mil vagas em cursos de educação a distância, em parceria com o CNI e Senai, voltados a competências da indústria 4.0;
- Disponibilidade de carros de som e ações em rádios locais como forma de comunicação mais efetiva quanto a ações de prevenção a pandemia em 223 cidades com baixo IDH;
- Doação de R\$150 para a Fiocruz na campanha "Unidos contra a COVID-19" no intuito de auxiliar a instituição na produção de testes rápidos para o diagnóstico da doença;
- Doação de R\$90 para a Unesco com o objetivo de viabilizar o combate a fome distribuindo cestas básicas para famílias em situação de vulnerabilidade social; e
- Doação de R\$1.555 para o programa "Estímulo Minas 2020" para viabilizar crédito rápido e barato para micro e pequenos empreendedores no sul do Estado de Minas Gerais;

## Financeiras

- Revisão do Plano de Investimentos para o ano de 2020 onde, de forma prudente, diante dos cenários de incertezas, a Companhia optou por postergar investimentos, com a redução na ordem de R\$27.900, ressaltando que foram preservados os investimentos essenciais para a continuidade das operações. As obras em andamento não sofreram impactos relevantes;
- Redução das despesas gerenciáveis entre 7% a 12% do volume registrado em 2019;
- Contratação de novos empréstimos com liquidação de outros que possuíam vencimentos ao longo do exercício de 2020;
- Revisado o planejamento estratégico, a Companhia sensibilizou suas premissas quanto ao valor recuperável dos ativos em função dos novos cenários da pandemia, todavia, não foram identificados impactos relevantes nas demonstrações financeiras;
- Medidas de Assistência Governamental: (i) postergação do recolhimento do PIS e COFINS e da contribuição previdenciária patronal das competências março, abril e maio para os meses de agosto, outubro e novembro de 2020 nos montantes de R\$28.136, recolhidos; (ii) postergação do recolhimento do FGTS das competências de março, abril e maio para pagamento em 6 parcelas iniciando em julho de 2020 no montante de R\$847, recolhidos; (iii) postergação da compensação ao consumidor pela violação dos limites de DEC e FEC dos meses de março a junho de 2020, no montante de R\$341, compensados entre os meses de agosto a outubro de 2020; e (iv) determinação do desconto de 100% do consumo de energia elétrica até 220 kWh/mês no período de 01 de abril a 30 de junho de 2020 e prorrogada até 31 de julho de 2020 em que a Companhia será ressarcida integralmente pelos recursos originários da conta CDE; e
- Adesão a CONTA COVID: a Companhia aderiu CONTA COVID implementada através da Resolução Aneel n° 885, de 23 de junho de 2020 que dispôs critérios e procedimentos para a gestão dos recursos, estabelecendo limites de captação por distribuidora, fundamentados na perda de arrecadação e mercado de cada agente de distribuição. O principal objetivo da instituição da CONTA COVID, decorrente da pandemia, foi postergar para até 5 anos os aumentos nas contas de energia que seriam cobrados em até 1 ano, e também, garantir a liquidez das concessionárias de distribuição que estão impactadas principalmente pela queda de demanda e inadimplência, blindando os demais agentes do setor elétrico, como já mencionamos anteriormente. Até 31 de dezembro de 2020 foi recebido o montante de R\$97.396 de recursos da conta COVID.

A Companhia segue comprometido com a segurança de seus colaboradores, clientes, parceiros, acionistas e das comunidades das regiões onde atua, bem como é orientada pela transparência e pelas boas práticas de governança corporativa.

## 2. Apresentação das demonstrações financeiras

### 2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”), que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e, quando aplicáveis, as regulamentações do órgão regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Adicionalmente, a Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na elaboração das suas demonstrações financeiras de forma que todas as informações

relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

A Companhia avaliou suas operações à luz do cenário de pandemia da COVID-19 ocorrido no exercício de 2020, conforme detalhado na nota explicativa 1.2, e concluiu que não há impactos significativos em suas atividades, portanto, a Administração continua a adotar a base contábil de continuidade operacional na elaboração de suas demonstrações financeiras.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 11 de março de 2021.

## 2.2 Moeda funcional e base de mensuração

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

As transações em moeda estrangeira foram convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data em que as transações foram realizadas. Os saldos de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reavaliados para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio na data base dos balanços. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas e despesas financeiras no resultado.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requeridos nas normas, conforme detalhado na nota explicativa nº 34.

## 2.3 Julgamentos, estimativas e premissas

A elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), requer que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos e passivos, receitas e despesas. Os resultados de determinadas transações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As revisões com relação as estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que são revisadas e nos exercícios futuros afetados.

As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- I. Nota explicativa nº 6 - Consumidores e concessionárias (fornecimento de energia elétrica não faturada) e Provisão perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa;
- II. Nota explicativa nº 10 - Ativos e passivos financeiros setoriais;
- III. Nota explicativa nº 13 - Créditos tributários;
- IV. Nota explicativa nº 14 - Ativo financeiro indenizável da concessão;
- V. Nota explicativa nº 16 - Imobilizado;
- VI. Nota explicativa nº 17 - Intangível;
- VII. Nota explicativa nº 24 - Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais;
- VIII. Nota explicativa nº 29 - Custo de energia elétrica comprada para revenda;
- IX. Nota explicativa nº 34 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos; e
- X. Nota explicativa nº 35 - Benefícios-pós emprego.

### 3. Adoção dos padrões internacionais de contabilidade

---

As principais políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

#### 3.1 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis detalhadas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. **Caixa e equivalentes de caixa** - os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação;

#### b. Instrumentos financeiros

##### *Ativos financeiros:*

**Reconhecimento inicial e mensuração** - são classificados no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios para a gestão destes ativos financeiros.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada a nível de cada instrumento.

As aquisições ou alienação de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se comprometeu a comprar ou vender o ativo.

Um ativo financeiro não é mais reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

**Mensuração subsequente** - para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida); ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Quanto aos instrumentos de dívida a Companhia avalia ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e se os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em determinadas datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes.

No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

Segue abaixo resumo da classificação e mensuração - CPC 48/IFRS 9:

Classificação e Mensuração - CPC 48/IFRS 9	
Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivo. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é registrado no resultado.
Ativos financeiros mensurados a VJR	Esses ativos são mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, poderá optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Esta escolha é feita para cada investimento. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

#### Avaliação do modelo de negócio:

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem (i) as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas que inclui a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; (ii) como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Sociedade; (iii) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; (iv) como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e (v) a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos exercícios anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

#### **Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros.**

Para fins de avaliação dos fluxos de caixa contratuais, o principal é definido como o valor do custo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, é considerado os eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; os termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (baseados na performance de um ativo).

#### **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:**

Divulgações adicionais referentes à redução ao valor recuperável de ativos financeiros são também fornecidas nas seguintes notas explicativas:

- Divulgações para premissas significativas - Nota 2.3;
- Clientes, consumidores e concessionárias - Nota 6; e
- Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco - Nota 34.

A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais.

As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência.

Para contas a receber de clientes e ativos de contrato, a Companhia aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, a Companhia não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base. A Companhia estabeleceu uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico.

#### **Passivos financeiros:**

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Em 2020, compreendem empréstimos, financiamentos e debêntures, arrendamentos operacionais, saldos a pagar a fornecedores e outras contas a pagar.

**Reconhecimento inicial e mensuração** - os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de “*hedge*” em um “*hedge*” efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

**Mensuração subsequente** - a mensuração de passivos financeiros é como segue:

**Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado** - passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pelo Grupo que não são designados como instrumentos de “*hedge*” nas relações de “*hedge*” definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como instrumentos de “*hedge*” eficazes. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

**Passivo financeiros ao custo amortizado** - após o reconhecimento inicial, debêntures emitidas, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros.

#### **Desreconhecimento:**

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

#### **Compensação de instrumentos financeiros:**

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

#### **Instrumentos financeiros derivativos:**

As operações com instrumentos financeiros derivativos, contratadas pela Companhia, resumem-se em “Swap”, que visa exclusivamente à proteção contra riscos cambiais associados a posições no balanço patrimonial, aquisição de bens para o ativo intangível e ativo imobilizado.

São mensurados ao seu valor justo, com as variações registradas contra o resultado do exercício, exceto quando designados em uma contabilidade de “*hedge*” de fluxo de caixa, cujas variações no valor justo são reconhecidas em “outros resultados abrangente” no patrimônio líquido.

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é calculado por empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos.

### **Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de “hedge”**

A Companhia designa certos instrumentos de “hedge” relacionados a risco com variação cambial e taxa de juros dos empréstimos como “hedge” de valor justo. No início da relação de “hedge”, a Companhia documenta a relação entre o instrumento de “hedge” e o item objeto de “hedge” de acordo com os objetivos da gestão de riscos e estratégia financeira. Adicionalmente, no início do “hedge” e de maneira continuada, a Companhia e documenta se o instrumento de “hedge” usado é altamente efetivo na compensação das mudanças de valor justo ou fluxo de caixa do item objeto de “hedge”, atribuível ao risco sujeito a “hedge”. A nota explicativa nº 34, traz mais detalhes sobre o valor justo dos instrumentos derivativos utilizados para fins de “hedge”.

A documentação inclui a identificação do instrumento de “hedge”, do item protegido, da natureza do risco que está sendo protegido e de como a entidade avalia se a relação de proteção atende os requisitos de efetividade de “hedge” (incluindo sua análise das fontes de inefetividade de “hedge” e como determinar o índice de “hedge”). Um relacionamento de “hedge” se qualifica para contabilidade de “hedge” se atender todos os seguintes requisitos de efetividade:

- Existe relação econômica entre o item protegido e o instrumento de “hedge”.
- O efeito de risco de crédito não influencia as alterações no valor que resultam desta relação econômica.
- O índice de “hedge” da relação de proteção é o mesmo que aquele resultante da quantidade do item protegido que a entidade efetivamente protege e a quantidade do instrumento de “hedge” que a entidade efetivamente utiliza para proteger esta quantidade de item protegido.

Os “hedges” que atendem a todos os critérios de qualificação para contabilidade de “hedge” são registrados conforme descrito abaixo:

*“Hedges” de valor justo:* a mudança no valor justo de um instrumento de “hedge” é reconhecida na demonstração do resultado como outras despesas. A mudança no valor justo do item objeto de “hedge” atribuível ao risco coberto é registrada como parte do valor contábil do item protegido e é também reconhecida na demonstração do resultado como outras despesas.

Para “hedges” de valor justo relacionados a itens mensurados ao custo amortizado, qualquer ajuste ao valor contábil é amortizado por meio do resultado durante o prazo remanescente do “hedge”, utilizando o método da taxa de juros efetiva. A amortização da taxa de juros efetiva pode ser iniciada assim que exista um ajuste e, no mais tardar, quando o item protegido deixar de ser ajustado por alterações no seu valor justo atribuíveis ao risco coberto.

Se o item objeto de “hedge” for desreconhecido, o valor justo não amortizado é reconhecido imediatamente no resultado.

Quando um compromisso firme não reconhecido é designado como um item protegido, a mudança acumulada subsequente no valor justo do compromisso firme atribuível ao risco protegido é reconhecida como um ativo ou passivo com reconhecimento do ganho ou perda correspondente no resultado;

- c. **Consumidores e concessionárias** - inclui o fornecimento de energia elétrica faturada e não faturada, esta última apurada por estimativa e reconhecida pelo regime de competência, até o encerramento das demonstrações financeiras.

A provisão para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na perda esperada, utilizando uma abordagem simplificada de reconhecimento, em taxas de perdas históricas, probabilidade futura de inadimplência e na melhor expectativa da administração;

- d. **Estoques** - estão valorizados ao custo médio da aquisição e não excedem os seus custos de aquisição ou seus valores de realização;
- e. **Ativos e passivos financeiros setoriais** - referem-se aos ativos e passivos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados da Parcela A e outros componentes financeiros, que são incluídos nas tarifas no início do período tarifário e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber da Companhia sempre que os custos homologados e incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos homologados são superiores aos custos incorridos. Esses valores são efetivamente liquidados por ocasião dos próximos períodos tarifários ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção por qualquer motivo da concessão;
- f. **Ativo financeiro indenizável da concessão** - corresponde aos contratos de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica firmado entre o Poder concedente e a Companhia, no qual estabelecem e determinam para o segmento de distribuição de energia elétrica que a parcela estimada do capital investido na infraestrutura do serviço público que não será totalmente amortizada até o final da concessão, será um direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura.

Os contratos de concessão das distribuidoras de energia elétrica indicam que ao final da concessão os ativos vinculados a infraestrutura serão revertidos ao Poder Concedente mediante o pagamento de indenização, que o preço praticado é regulado através de mecanismo de tarifas de acordo com as fórmulas paramétricas de parcela A e B e das revisões tarifárias periódicas para cobrir os custos, amortizar investimentos e a remuneração do capital investido. Dispondo a parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente.

As características do contrato de concessão fornecem a Administração base para entendimento de que as condições para aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12) - Contratos de Concessão para as Distribuidoras, está atendido de forma a refletir o negócio de distribuição de energia elétrica.

Os ativos financeiros relacionados ao contrato da concessão de distribuição são classificados e mensurados a valor justo por meio de resultado, onde, para o segmento de distribuição, foram valorizados com base na BRR - Base de Remuneração Regulatória, conceito de valor de reposição, que é o critério utilizado pela ANEEL para determinar a tarifa de energia das distribuidoras, bem como, é reconhecido a remuneração da parcela dos ativos que compõe a base de remuneração, inclusive da parcela ainda não homologada pela ANEEL, sendo que esta última é calculada com base em estimativas, considerando, além do IPCA, expectativa de glosas baseado na experiência da Administração e no histórico de glosas em homologações anteriores, o que reflete a melhor estimativa de valor justo do ativo.

A Companhia contabiliza a atualização do ativo financeiro indenizável da concessão no grupo de receitas operacionais por refletir com mais propriedade o modelo de seu negócio de distribuição de energia elétrica e melhor apresentar sua posição patrimonial e o seu desempenho, corroborado no parágrafo 23 do OCPC 05 - Contrato de Concessão. Esses ativos estão detalhados na nota explicativa no 14;

- g. **Ativo contratual - Infraestrutura em construção** - o ativo contratual é o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente. Conforme determinado pelo CPC 47 - Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados de acordo com o escopo do ICPC 01 (R1) - Contratos da Concessão ("ICPC 01"), devem ser classificados como ativo contratual em face da Companhia ter o direito de cobrar pelos serviços prestados aos consumidores dos serviços públicos ou receber dinheiro ou outro ativo financeiro, pela reversão da infraestrutura do serviço público, apenas após a transferência dos bens em construção (ativo contratual) para intangível da concessão, onde a natureza da remuneração paga pelo Poder Concedente ao concessionário é determinada de acordo com os termos do contrato de concessão;

**h. Imobilizado** - itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para que sejam capazes de operar na sua plenitude;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e
- Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais na demonstração do resultado do exercício.

Depreciação:

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente e/ou de acordo com o prazo de concessão/autorização;

**i. Intangível** - compreendem, principalmente, os ativos referentes ao contrato de concessão do serviço público, direito de uso CPC 06 (R2) e softwares. São mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização, essas são baseadas no padrão de consumo dos benefícios esperados durante o prazo da concessão, e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável;

**j. Arrendamentos:** os contratos são avaliados, se o mesmo é ou contém um arrendamento, ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Neste caso, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. No entanto, como permitido pela norma contábil vigente, CPC 06 (R2), os pagamentos de curto prazo (contratos com vigência inferior a 12 meses) e de arrendamentos de ativos de baixo valor (máximo de USD 5.000) são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

- Ativos de direito de uso: os ativos de direito de uso são reconhecidos na data de início do arrendamento pelo valor presente. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos, conforme indicado na nota explicativa 17.2.

- Passivo de arrendamento: os passivos de arrendamento são reconhecidos na data de início do arrendamento pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o contrato. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor do passivo de arrendamento é remensurado se houver modificação, alteração de prazo ou uma mudança de valor das parcelas;

**k. Juros e encargos financeiros** - são capitalizados às obras em curso com base na taxa média efetiva de captação, limitado a taxa WACC regulatório de acordo com os procedimentos de capitalização estabelecidos no normativo contábil (CPC 20);

## I. Redução a valor recuperável

**Ativo não financeiro:** A Administração da Companhia revisa o valor contábil líquido de seus ativos tangíveis e intangíveis com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver.

Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

Para fins de avaliação do valor recuperável dos ativos através do valor em uso, utiliza-se o menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (unidades geradoras de caixa - UGC). Uma perda é reconhecida na demonstração do resultado, pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tiver ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo ou UGCs, desde quando a última perda do valor recuperável foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o seu valor recuperável, nem o valor contábil que teria sido determinado, líquido de depreciação, se nenhuma perda do valor recuperável tivesse sido reconhecida no ativo em exercícios anteriores. Essa reversão é reconhecida na demonstração dos resultados, caso aplicável.

Os seguintes critérios são aplicados na avaliação do valor recuperável dos seguintes ativos:

. **Ativos intangíveis:** os ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação a perda por redução ao valor recuperável anualmente na data do encerramento do exercício, individualmente ou em nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso, ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

. **Avaliação do valor em uso:** as principais premissas usadas na estimativa do valor em uso são:

- (i) **Receitas** - as receitas são projetadas considerando o crescimento da base de clientes, a evolução das receitas do mercado e a participação da Companhia neste mercado;
- (ii) **Custos e despesas operacionais** - os custos e despesas variáveis são projetados de acordo com a dinâmica da base de clientes, e os custos fixos são projetados em linha com o desempenho histórico da Companhia, bem como com o crescimento histórico das receitas; e
- (iii) **Investimentos de capital** - Os investimentos em bens de capital são estimados considerando a infraestrutura tecnológica necessária para viabilizar a oferta da energia e dos serviços.

As premissas principais são fundamentadas com base em projeções do mercado, no desempenho histórico da Companhia, nas premissas macroeconômicas são documentadas e aprovadas pela Administração da Companhia.

Os testes de recuperação dos ativos imobilizados e intangíveis da Companhia não resultaram na necessidade de reconhecimento de perdas para os exercícios findos em 2020 e 2019, em face de que o valor recuperável excede o seu valor contábil na data da avaliação;

**m. Empréstimos, financiamentos e debêntures** - são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

Os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira que possuem operações de *swap* são reconhecidos pelo valor justo através do resultado do exercício;

- n. **Derivativos** - a Companhia detém instrumentos financeiros derivativos para proteger riscos relativos a moedas estrangeiras e de taxa de juros. Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as alterações são contabilizadas no resultado. Suas características estão demonstradas na nota explicativa nº 34;
- o. **Imposto de renda e contribuição social** - compreendem os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. Os tributos correntes são mensurados ao valor esperado a ser pago as autoridades fiscais, utilizando as alíquotas aplicáveis, enquanto o imposto diferido é contabilizado no resultado do exercício a menos que esteja relacionado a itens registrados em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores de ativo e passivo para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 mil. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9%.

Embora os ativos e os passivos fiscais correntes sejam reconhecidos e mensurados separadamente, a compensação no balanço patrimonial está sujeita aos critérios similares àqueles estabelecidos para os instrumentos financeiros. A Companhia tem normalmente o direito legalmente executável de compensar o ativo fiscal corrente contra um passivo fiscal corrente quando eles se relacionarem com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária e a legislação tributária permitir que a entidade faça ou receba um único pagamento líquido.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (“tributos diferidos”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias na data do balanço entre os saldos de ativos e passivos.

Conforme orientações do ICPC 22 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia avalia se é provável que uma autoridade tributária aceitará um tratamento tributário incerto. Se concluído que a posição não será aceita, o efeito da incerteza será refletido no resultado da Companhia. Em 31 de dezembro de 2020, não há incerteza quanto aos tratamentos tributários sobre o lucro adotados pela Companhia e suas controladas.

- p. **Provisões** - uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os passivos relacionados a causas judiciais estão provisionados por valores julgados suficientes pelos administradores e assessores jurídicos para fazer face aos desfechos desfavoráveis;
- q. **Ajuste a valor presente** - determinados títulos a receber são ajustados ao valor presente com base em taxas de juros específicas, que refletem a natureza desses ativos no que tange a prazo, risco, moeda, condição de recebimento, nas datas das respectivas transações;
- r. **Dividendos** - os dividendos declarados com montantes superiores aos dividendos mínimos obrigatórios, após o exercício contábil a que se refere às demonstrações financeiras, por não se constituírem uma obrigação presente, são apresentados destacados no patrimônio líquido, não sendo constituído o respectivo passivo até sua efetiva aprovação;
- s. **Receita Operacional** - as receitas são reconhecidas quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

O IFRS 15 / CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a Companhia cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou

seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

A receita operacional é composta pela receita de fornecimento de energia elétrica faturada e não faturada, receita de construção, receitas de uso dos sistemas elétricos de distribuição (TUSD), venda de energia na CCEE, receita de CVA e outras receitas relacionadas a serviços prestados. A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é fornecida e seu reconhecimento é realizado de forma mensal com emissão das faturas de contas de energia elétrica conforme prevê o calendário de medição. A receita não faturada é apurada em base estimada, até a data do balanço, reconhecida pelo regime de competência, tendo por base o consumo médio diário individualizado, entre a data da última leitura e a data do encerramento do mês.

A receita de construção corresponde às receitas e custos durante o período de construção da infraestrutura utilizada na prestação de serviço de distribuição de energia elétrica. As obras são terceirizadas e, neste contexto, a Administração entende que essa atividade gera uma margem muito reduzida não justificando gastos adicionais para mensuração e controle dos mesmos.

As receitas de uso dos sistemas elétricos de distribuição (TUSD) recebidas pela Companhia de outras concessionárias e consumidores livres que utilizam a sua rede de distribuição são contabilizadas no mês que os serviços de rede são prestados.

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da Administração. Adicionalmente, a receita de CVA e outros itens componentes é reconhecida no resultado quando os custos efetivamente incorridos forem diferentes daqueles incorporados à tarifa de distribuição de energia;

A receita com subvenção governamental somente é reconhecida quando houver razoável segurança de que esses montantes serão recebidos. São registradas no resultado dos exercícios em que a Companhia reconhece como receita os descontos concedidos relacionados à subvenção baixa renda bem como outros descontos tarifários. As subvenções recebidas via aporte da Conta de Desenvolvimento Energético (“CDE”) (nota explicativa nº 11) referem-se à compensação de descontos concedidos com a finalidade de oferecer suporte financeiro imediato às distribuidoras.

- t. **Benefícios pós-emprego** - plano de suplementação de aposentadoria e pensões e outros benefícios pós emprego- A Companhia patrocina fundos de pensão pós emprego, plano de complementação de aposentadoria e assistência médica. A obrigação líquida da Companhia quanto aos planos de benefícios previdenciários nas modalidades Benefício Definido (BD) e Contribuição Definida (CD) é calculada para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no exercício atual e em exercícios anteriores, descontado ao seu valor presente. Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos dos planos são deduzidos. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das demonstrações financeiras para os títulos de dívida e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos. O cálculo é realizado anualmente por um atuário qualificado através do método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um benefício, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano na redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos, consideração é dada para quaisquer exigências de custeio mínimas que se aplicam a qualquer plano. Um benefício econômico está disponível se ele for realizável durante a vida do plano, ou na liquidação dos passivos do plano.

A Companhia patrocina plano de assistência médica aos aposentados e desligados que efetuam contribuição fixa para o plano, em atendimento a Lei 9.656/98 (que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde). Conforme previsão dos artigos 30º e 31º da Lei, será garantido o direito à extensão do plano de assistência médica no qual o participante tenha direito enquanto empregado ativo.

Os ganhos e perdas atuariais são contabilizados diretamente em outros resultados abrangentes diretamente no

patrimônio líquido;

- u. Demais ativos e passivos (circulante e não circulante)** - os demais ativos e passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos/ encargos incorridos até a data do balanço; e
- v. Demonstração do valor adicionado** - preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis, de acordo com o Pronunciamento técnico NBC TG 09/CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, para as Companhias abertas, como parte suplementar às demonstrações financeiras.

### 3.2 Novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC- Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelo IASB - International Accounting Standards Board

(i) Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo CPC, e ainda não adotadas pela Companhia:

Normas	Descrição	Aplicação obrigatória: Exercícios anuais com em ou após
IFRS 17	Contratos de seguros	1º de janeiro de 2023
Alterações ao IAS 1	Classificação de passivos como circulante ou não circulante	1º de janeiro de 2023

(ii) Outros pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2020, os quais não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia:

Normas	Descrição	Aplicação obrigatória: Exercícios anuais com início em ou após
IAS 1 / CPC 26: Apresentação das demonstrações contábeis e IAS 8 / CPC 23: Políticas contábeis, Mudança de estimativa e Retificação de erro	Altera a definição de “material”, estabelecendo que uma informação distorcida é material se poderia ser razoavelmente esperado que influencie as decisões tomadas pelos usuários primários das demonstrações financeiras.	1º de janeiro de 2020
IFRS 3/ CPC 15: Combinação de Negócios	Estabelece novos requerimentos para determinar se uma transação deve ser reconhecida como uma aquisição de negócio ou como uma aquisição de ativos.	1º de janeiro de 2020
IFRS 9 / CPC 48: Instrumentos Financeiros; FRS 7 / CPC 40: Instrumentos Financeiros - Evidenciação e IAS 39 / CPC 38: Instrumentos Financeiros - Reconhecimento e Mensuração	Inclusão de exceções temporárias aos requerimentos atuais da contabilidade de hedge para neutralizar os efeitos das incertezas causadas pela reforma da taxa de juros referenciais (IBOR).	1º de janeiro de 2020
IFRS 16 / CPC 06 (R2): Arrendamentos	Requerimentos com o objetivo de facilitar para os arrendatários a contabilização de eventuais concessões obtidas nos contratos em decorrência da COVID-19, tais como perdão, suspensão ou mesmo reduções temporárias de pagamentos.	1º de janeiro de 2020

A Companhia também avaliou os demais pronunciamentos contábeis emitidos, alterados e/ou substituídos, mas que ainda não efetivos para o exercício e não identificou qualquer impacto ou alterações em suas demonstrações financeiras.

## 4. Informações por segmento

Um segmento operacional é um componente que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos são revistos frequentemente pela Administração para

decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual estão disponíveis nas demonstrações financeiras.

Os resultados de segmentos que são reportados à Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis.

A Companhia atua somente no segmento de distribuição de energia elétrica em 82 municípios dos Estados de São Paulo, Minas Gerais e Paraná, e sua demonstração de resultado reflete essa atividade.

## 5. Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

### 5.1 Caixa e equivalentes de caixa

A carteira de aplicações financeiras é constituída por Certificado de Depósitos Bancários (CDBs) e operações compromissadas. A rentabilidade média ponderada da carteira em 2020 equivale a 101,9% do CDI (102,5% do CDI em 2019).

	2020	2019
Caixa e depósitos bancários à vista	23.928	14.702
Aplicações financeiras de liquidez imediata:	45.301	27.087
Certificados de Depósitos Bancários (CDB's)	45.301	-
Operações compromissadas	-	27.087
<b>Total de Caixa e equivalentes de caixa <sup>(1)</sup></b>	<b>69.229</b>	<b>41.789</b>

<sup>(1)</sup> As aplicações financeiras apresentadas possuem liquidez diária e são resgatáveis pela taxa de contratação.

## 5.2 Aplicação no mercado aberto e recursos vinculados

A carteira de aplicações financeiras é formada, principalmente, por Fundos de Investimentos exclusivos, compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos, operações compromissadas, CDBs, entre outros. A rentabilidade média ponderada da carteira em 2020 equivale a 86,2% do CDI (110,7% do CDI em 2019).

	2020	2019
<b>Avaliadas ao valor justo por meio do resultado</b>		
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	1.080	1.016
Fundos de Investimentos <sup>(1)</sup>	289	286
<b>Fundos de Investimentos Exclusivos <sup>(2)</sup></b>	<b>245.301</b>	<b>126.842</b>
Certificados de Depósitos Bancários (CDB's)	2.888	2.798
Cédula de Crédito Bancário (CCB)	236	314
Operações Compromissadas	-	13.805
Títulos Públicos	32.390	28.449
Fundo Multimercado	787	-
Fundo de Renda Fixa	48.556	23.728
Letra Financeira do Tesouro (LFT)	57.617	54.050
Letra Financeira (LF)	17.211	42
Letra Financeira (LFS)	43.292	-
Letra Financeira (LTN)	2.005	1.103
Nota do Tesouro Nacional (NTNB)	36.174	2.553
Nota do Tesouro Nacional (NTNF)	4.145	-
<b>Total de aplicações no mercado aberto e recursos vinculados - circulante <sup>(3)</sup></b>	<b>246.670</b>	<b>128.144</b>

<sup>(1)</sup> Fundo de Investimentos - são classificados como Renda Fixa e Multimercado e são remunerados de 2,6% a 82,3% (92,1% até 95,2% em 2019) do CDI e média ponderada 43,8% (94,2% em 2019) do CDI.

<sup>(2)</sup> Fundo de investimentos exclusivos, inclui aplicações em CDB, CCB, Compromissadas, Fundo Multimercado, Fundos de Renda Fixa, Títulos Públicos, LFT, LF, LFS, LTN, NTNB, NTNF e são remuneradas a 113,5% (105,20% em 2019) do CDI Fundo FI Energisa e 63,5% (115,7% em 2019) do CDI Fundo Zona da Mata 83,8% e do CDI Fundo Cataguases

<sup>(3)</sup> Inclui R\$1.369 (R\$1.304 em 2019) referente a recursos vinculados a bloqueios judiciais e conselho do consumidor.

	2020	2019
Bloqueio judicial credores	289	93
Conselho do consumidor	1.080	1.016
Outros	-	195
<b>Total</b>	<b>1.369</b>	<b>1.304</b>

## 6. Consumidores e concessionárias

Englobam, principalmente, o fornecimento de energia elétrica faturada e não faturada, esta última apurada por estimativa reconhecida pelo regime de competência, tendo por base o consumo médio diário individualizado, entre a data da última leitura e a data do encerramento das demonstrações financeiras.

	Saldo a vencer		Saldo vencido				PPECLD <sup>(2)</sup>	Total	
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Há mais de 360 dias		2020	2019
<b>Valores correntes</b>									
Residencial	49.490	-	31.490	1.497	129	475	(3.388)	79.693	64.702
Industrial	26.747	-	1.779	118	518	3.391	(3.391)	29.162	31.952
Comercial	32.938	-	6.094	295	345	1.367	(1.712)	39.327	36.440
Rural	10.581	-	2.892	166	153	252	(486)	13.558	10.079
Poder público:	5.703	-	165	1	-	2	(9)	5.862	6.844
Iluminação pública	2.464	-	174	-	-	46	(46)	2.638	3.693
Serviço público	8.761	-	295	-	-	27	(222)	8.861	7.786
Fornecimento não faturado	130.739	-	-	-	-	-	-	130.739	106.564
Arrecadação Processo Classificação	(466)	-	-	-	-	-	-	(466)	162
<b>Valores renegociados:</b>									
Residencial	2.868	4.437	1.692	185	58	849	(2.277)	7.812	1.898
Industrial	870	676	159	18	21	870	(960)	1.654	379
Comercial	1.025	1.717	527	249	139	820	(1.596)	2.881	1.391
Rural	406	553	163	8	7	97	(221)	1.013	177
Poder público:	29	32	-	-	-	9	(9)	61	15
Serviço público	11	3	-	-	-	-	-	14	9
(-) Ajuste a valor presente <sup>(1)</sup>	(16)	(103)	-	-	-	-	-	(119)	(117)
<b>Subtotal - clientes</b>	<b>272.150</b>	<b>7.315</b>	<b>45.430</b>	<b>2.537</b>	<b>1.370</b>	<b>8.205</b>	<b>(14.317)</b>	<b>322.690</b>	<b>271.974</b>
Suprimento Energia - Moeda Nacional <sup>(3)</sup>	18.536	-	-	-	-	16.752	-	35.288	28.161
Outros <sup>(4)</sup>	5	-	19.873	1.811	22	20.375	(308)	41.778	33.836
<b>Total</b>	<b>290.691</b>	<b>7.315</b>	<b>65.303</b>	<b>4.348</b>	<b>1.392</b>	<b>45.332</b>	<b>(14.625)</b>	<b>399.756</b>	<b>333.971</b>
Circulante								356.906	298.818
Não Circulante								42.850	35.153

<sup>(1)</sup> **Ajuste a valor presente:** calculado para os contratos renegociados sem a incidência de juros e/ou para aqueles com taxa de juros de IPCA ou IGPM. Para o desconto a valor presente foi utilizado a taxa média anual de CDI 1,90% a.a. (4,60% a.a. em 2019).

<sup>(2)</sup> **Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa (PPECLD):** constituída com base na perda esperada, utilizando uma abordagem simplificada de reconhecimento, em taxas de perdas históricas, probabilidade futura de inadimplência e na melhor expectativa da administração.

Na constituição de perdas esperadas, inclui-se variáveis de probabilidade futura de inadimplência agravadas pelo cenário da pandemia do COVID-19 onde a suspensão do fornecimento de energia elétrica pelas concessionárias foi proibida pelo regulador ao longo do exercício como uma medida de proteção aos consumidores dado o caráter essencial do consumo de energia elétrica. Embora a previsão aponte um aumento da inadimplência, quando comparado com o mesmo período de 2019, a expectativa é de que esta variável possua alcance limitado de impacto nas análises de perdas esperadas, uma vez que as concessionárias passaram a ter a possibilidade de suspensão da energia a partir de 01 de janeiro de 2021. Outros fatores como as medidas de auxílio as concessionárias sinalizadas pelo regulador como contrapartida ao socorro dado aos consumidores, aumento da arrecadação originada pelas medidas adotadas pelas controladas distribuidoras de energia elétrica que vem demonstrar a recuperação gradual das atividades econômicas, contribuíram em muito pelas apurações das perdas no período. Em resumo, além da base histórica como métrica para a mensuração das perdas esperadas condições futuras relevantes de inadimplência também são analisadas pela Companhia para cálculo final das perdas esperadas

Segue as variações das provisões para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa:

	2020	2019
<b>Saldo inicial- 2019 e 2018</b>	<b>46.659</b>	<b>46.310</b>
Provisões constituídas no exercício <sup>(*)</sup>	7.813	2.226
Baixa/reversão de contas de energia elétrica - incobráveis	(2.768)	(1.877)
<b>Saldo final- 2020 e 2019</b>	<b>51.704</b>	<b>46.659</b>
<b>Alocação:</b>		
Consumidores e concessionárias	14.625	10.142
Títulos de créditos a receber (vide nota explicativa nº 7)	23.014	22.452
Outros créditos a receber (vide nota explicativa nº 11)	14.065	14.065

<sup>(\*)</sup> Do total de perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa apuradas no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 de R\$7.813 (R\$2.226 em 2019) cerca de R\$3.181 decorre do aumento de inadimplência identificados pelo impacto da COVID-19.

(3) **Suprimento de energia:** inclui energia vendida na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

Composição do saldo da CCEE	2020	2019
Créditos a vencer	18.536	11.409
Créditos vinculados a liminares <sup>(a)</sup>	16.752	16.752
<b>Sub-total créditos CCEE</b>	<b>35.288</b>	<b>28.161</b>
(-) Aquisição de energia CCEE	(63.608)	(41.036)
(-) Encargos de serviços de sistema	(6.220)	(404)
<b>Total créditos CCEE</b>	<b>(34.540)</b>	<b>(13.279)</b>

- <sup>(a)</sup> Os valores que se encontram vinculados a liminares podem estar sujeitos à modificação, dependendo de decisão dos processos judiciais em andamento. Essas empresas, não incluídas na área do racionamento, obtiveram liminar que torna sem efeito o Despacho nº 288 da ANEEL, de 16 de maio de 2002, que objetivou o esclarecimento às empresas do setor sobre o tratamento e a forma de aplicação de determinadas regras de contabilização do MAE (atualmente CCEE), incluídas no Acordo Geral do Setor Elétrico. O pleito dessas empresas envolve a comercialização da cota-parte de Itaipu no submercado Sudeste/Centro-Oeste durante o período de racionamento de 2001 a 2002, quando havia discrepância significativa de preços na energia de curto prazo entre os submercados. A Companhia não constituiu provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa sobre os saldos vinculados às referidas liminares, por entender que os valores serão integralmente recebidos seja dos devedores que questionaram os créditos judicialmente ou de outras empresas que vierem a ser indicadas pela CCEE.
- <sup>(4)</sup> **Outros:** inclui serviços taxados e outros valores a receber e/ou a pagar ao consumidores. A companhia possui R\$25.386 (R\$17.246 em 2019), referente ao ICMS incidente sobre a disponibilização da rede de distribuição e transmissão aos consumidores livres, suspenso por liminares em contrapartida tem o mesmo valor contabilizado na rubrica de Imposto sobre circulação de mercadoria e serviços - ICMS em tributos e contribuições sociais no passivo não circulante.

## 7. Títulos de créditos a receber

	2020	2019
Valor de aquisição de créditos fiscais <sup>(1)</sup>	44.034	44.034
(-) Provisão na aquisição de créditos fiscais <sup>(1)</sup>	(22.633)	(22.633)
(-) Perda no valor recuperável <sup>(1)</sup>	(21.401)	(21.401)
Prefeitura Municipal Regente Feijó	289	289
(-) Perda Prefeitura Munic. Regente Feijó	(289)	(289)
Prefeitura Municipal Presidente Venceslau	562	562
(-) Perda Prefeitura Municipal Presidente Venceslau	(562)	-
Outros títulos a receber	3.111	3.231
(-) Perda no valor recuperável	(762)	(762)
<b>Total</b>	<b>2.349</b>	<b>3.031</b>
Circulante	2.349	2.469

Não Circulante

562

- (1) A Companhia adquiriu em 2003, R\$44.034 (R\$44.034 em 2019), créditos de origem não tributária decorrentes da condenação da União Federal em ação indenizatória, com finalidade de compensação de impostos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal, reconhecidos por decisão judicial transitada em julgado. Os referidos créditos estão sob discussão judicial, movida pela detentora do crédito contra a União Federal. A Companhia ingressou nesta ação com pedido de assistência o que foi indeferido pelo Juiz de Primeira Instância por fundamentos de ordem meramente processual. Contra a referida decisão, foi apresentado recurso, que aguarda apreciação pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Com a adesão ao Parcelamento Excepcional - PAEX, nos termos da Medida Provisória nº 303/2006, em 15/12/2006, a Companhia desistiu da compensação tributária dos referidos créditos e mantém a discussão judicial, com a finalidade de ver reconhecido seu direito ao crédito. A recuperação do crédito depende do sucesso da referida ação judicial, sendo considerado possível o êxito da ação pelos assessores jurídicos da Companhia. A Administração reconheceu provisão para perdas no valor recuperável desse ativo, registrada como redutora na rubrica títulos de créditos a receber no montante de R\$21.401 (R\$21.401 em 2019) e na rubrica de ajuste a valor presente o montante de R\$22.633 (R\$22.633 em 2019).

## 8. Tributos a recuperar

	2020	2019
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	49.849	42.411
Imposto de Renda	28.723	66.650
Contribuição Social	12.322	17.898
Contribuição PIS e COFINS	15.382	11.291
Efeitos da Redução do ICMS na base de Cálculo PIS e COFINS <sup>(1)</sup>	29.729	-
Outros	9.971	11.354
<b>Total</b>	<b>145.976</b>	<b>149.604</b>
Circulante	66.457	106.766
Não Circulante	79.519	42.838

- (1) A Companhia possui em 31 de dezembro de 2020 créditos de PIS e de COFINS a recuperar de R\$29.729, referente a redução do ICMS na base de cálculo das contribuições, após ação judicial da empresa Companhia Força e Luz do Oeste (incorporada em 2017) transitada em julgado no STJ em 05 de maio de 2020, calculados com base na melhor estimativa da Administração. Os valores foram devidamente atualizados pela aplicação da variação da taxa Selic que no exercício foi de R\$9.302, contabilizados em outras receitas financeiras na demonstração do resultado do exercício. A Companhia estabelecerá procedimentos de recuperação de créditos tributários de acordo com as normas legais, tão logo seja finalizado as apurações, conforme nota explicativa nº 23.

Referem-se a créditos tributários de saldos negativos de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro, ICMS sobre aquisição de bens para o ativo intangível/imobilizado e/ou recolhimentos de impostos e contribuições efetuadas a maior, que serão recuperados ou compensados com apurações de tributos em exercícios posteriores, de acordo com a forma prevista na legislação tributária vigente aplicável.

## 9. Reajuste tarifário, revisão tarifária e outros assuntos regulatórios

### 9.1 Reajuste tarifário:

Os valores das tarifas serão reajustados em periodicidade anual e a receita da concessionária será dividida em duas parcelas: Parcela A (composta pelos custos não gerenciáveis) e Parcela B (custos operacionais eficientes e custos de capital). O reajuste tarifário anual tem o objetivo de repassar os custos não gerenciáveis e atualizar monetariamente os custos gerenciáveis.

A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 2.722 de 07 de julho de 2020 e Nota Técnica nº 114/2020-SGT/ANEEL, aprovou o reajuste tarifário da Companhia, em vigor a partir de 12 de julho de 2020. O impacto tarifário médio percebido pelos consumidores foi um aumento de 4,87%.

### 9.2 Revisão tarifária:

A revisão tarifária periódica ocorre a cada 5 anos. Neste processo, a ANEEL procede ao recálculo das tarifas, considerando as alterações na estrutura de custos e mercado da concessionária, estimulando a eficiência e a

modicidade das tarifas. Os reajustes e as revisões são mecanismos de atualização tarifária, ambos previstos no contrato de concessão. A Concessionária também pode solicitar uma revisão extraordinária sempre que algum evento provoque significativo desequilíbrio econômico-financeiro da concessão.

Resume-se, a seguir, a revisão tarifária em vigor:

Distribuidoras	Resolução Homologatória	Efeito médio para o consumidor (%)	Vigência (início)
ESS (*)	Resolução 2.071, de 03 de maio de 2016	-0,94%	10 de maio de 2016

(\*) Em 30 de junho de 2017 a ESS, incorporou a CFLO, CNEE, EDEVP e EEB.

### 9.3 Bandeiras tarifárias:

A partir de 2015, as contas de energia passaram a trazer o sistema de Bandeiras Tarifárias.

As Bandeiras Tarifárias têm como finalidade sinalizar aos consumidores as condições de geração de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional - SIN, por meio da cobrança de valor adicional à Tarifa de Energia - TE.

O sistema de Bandeiras Tarifárias é representado por:

Bandeira Tarifária Verde;  
Bandeira Tarifária Amarela;  
Bandeira Tarifária Vermelha, segregada em Patamar 1 e 2.

A Bandeira Tarifária Verde indica condições favoráveis de geração de energia, não implicando acréscimo tarifário.

A Bandeira Tarifária Amarela indica condições de geração menos favoráveis. A tarifa sofre acréscimo de R\$1,00 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumido no mês. A partir de junho de 2019 o acréscimo da tarifa passou a ser de R\$1,50 para cada 100 quilowatt-hora (kWh). Em novembro de 2019 o acréscimo na tarifa passou a ser de R\$1,34 para cada 100 quilowatt-hora (kWh).

A Bandeira Tarifária Vermelha indica condições ainda mais custosas de geração. Essa bandeira é dividida em dois patamares, quais sejam:

Patamar 1: Com a aplicação de uma tarifa de R\$3,00 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumido no mês. A partir de junho de 2019 o acréscimo da tarifa passou a ser de R\$4,00 para cada 100 quilowatt-hora (kWh). Em novembro de 2019 o acréscimo na tarifa passou a ser de R\$4,16 para cada 100 quilowatt-hora (kWh);

Patamar 2: Com aplicação de uma tarifa de R\$5,00 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumido no mês. A partir de junho de 2019 o acréscimo da tarifa passou a ser de R\$6,00 para cada 100 quilowatt-hora (kWh). Em novembro de 2019 o acréscimo na tarifa passou a ser de R\$6,24 para cada 100 quilowatt-hora (kWh).

Em 21 de maio de 2019, a ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 2.551, com vigência a partir de junho/2019, aprovou a alteração dos valores da Bandeiras Tarifárias Amarela e Vermelha - Patamar 1 e Patamar 2, conforme mencionado acima.

Por meio da Resolução Homologatória nº 2.628, de 22 de outubro de 2019, a ANEEL alterou os valores da Bandeiras Tarifárias Amarela e Vermelha - Patamar 1 e Patamar 2, a partir da competência novembro, conforme mencionado acima.

Em função da pandemia, da COVID-19 a ANEEL, em 26 de maio de 2020 em Reunião Pública da Diretoria, divulgou medida emergencial para aliviar a conta de energia elétrica dos consumidores e auxiliar o setor elétrico em meio ao cenário atual, decidindo manter a bandeira verde acionada até 31 de dezembro de 2020. Contudo, em reunião extraordinária ocorrida em 30 de novembro de 2020, a ANEEL decidiu reativar o sistema de bandeiras para o mês de dezembro de 2020 em razão da queda no nível dos reservatórios das hidrelétricas associado a retomada do consumo de energia.

Em 2020 e 2019 as bandeiras tarifárias vigoraram da seguinte forma:

	2020	2019
Janeiro	Amarela	Verde
Fevereiro	Verde	Verde
Março	Verde	Verde
Abril	Verde	Verde
Maio	Verde	Amarela
Junho	Verde	Verde
Julho	Verde	Amarela
Agosto	Verde	Vermelha Patamar 1
Setembro	Verde	Vermelha Patamar 1
Outubro	Verde	Amarela
Novembro	Verde	Vermelha Patamar 1
Dezembro	Vermelha Patamar 2	Amarela

#### 9.4 Outros assuntos regulatórios - Sobrecontratação

A sobrecontratação das distribuidoras do grupo Energisa é decorrente, principalmente, da obrigatoriedade que foi imposta às concessionárias de energia elétrica de adquirir energia no Leilão A-1 de 2015 e da migração de clientes especiais para o Ambiente de Contratação Livre (ACL).

Independentemente da sua necessidade, as distribuidoras de energia elétrica do país estavam sujeitas à aquisição obrigatória de um mínimo de 96% dos seus Montantes de Reposição no último leilão de 2015, sendo que o descumprimento dessa regra configuraria riscos alheios à gestão dos agentes, inclusive com a imposição de prejuízos às controladas, distribuidora de energia elétrica, oriundos de atividade não remunerada (a aquisição de energia).

O Poder Concedente, diante do cenário de maior retração da economia e da renda, e, por conseguinte, da carga atendida pelos agentes de distribuição, editou o Decreto nº 8.828/16, alterando a obrigação de aquisição do montante mínimo obrigatório para futuros leilões, quando desnecessária. Quanto ao passado, foram mantidas as discussões e análise do tema junto aos agentes.

Da mesma forma, com relação à migração de clientes especiais do mercado cativo para o mercado livre, a ANEEL alterou a regulamentação permitindo a devolução da energia a eles correspondente, a partir de leilão A-1 de 2016. Não sendo possível a redução dos contratos existentes uma vez que esta possibilidade não estava clara para o vendedor no edital dos leilões anteriores, resta o reconhecimento destas sobras como involuntárias.

Por isso, o Grupo Energisa, recorreu a ANEEL para que essa sobrecontratação seja reconhecida como involuntária, afastando-se os prejuízos das controladas, distribuidoras de energia elétrica. Em reunião da Diretoria da ANEEL, realizada em 25 de abril de 2017, o regulador definiu que a aprovação da involuntariedade de cada distribuidora será avaliada individualmente, considerando o máximo esforço para atingimento do nível de cobertura contratual, conforme previsto na Resolução Normativa 453/2011. Cabe destacar que os processos administrativos abertos pelas empresas do setor de energia elétrica não foram deliberados pela ANEEL e nem mesmo do Despacho ANEEL nº 2.508/2020 pode ser considerado como conclusivo, uma vez que seu mérito será avaliado pela Diretoria da Agência.

Os valores envolvidos de perda da Companhia montam em R\$443 (R\$443 em 2019) que deverão ser compensados.

A Companhia não apresentou excedente ao limite regulatório (100% e 105%) no exercício mantendo-se, portanto, dentro do limite regulatório.

## 10. Ativos e Passivos financeiros setoriais

Referem-se aos ativos e passivos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados pela Parcela A e outros componentes financeiros, que são incluídos nas tarifas no início do período tarifário e aqueles efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Os valores são realizados quando do início da vigência de outros períodos tarifários ou extinção de concessão com saldos apurados e não recuperados, os quais serão incluídos na base de indenização.

Os valores reconhecidos de ativos e passivos financeiros setoriais tiveram a contrapartida a receita de venda de bens e serviços.

Os aditivos contratuais emitidos pela Aneel, veem garantir que os valores de CVA e outros itens financeiros serão incorporados no cálculo da indenização, quando da extinção da concessão.

A Companhia contabilizou as variações destes custos como ativos e passivos financeiros setoriais, conforme demonstrado a seguir:

Ativo Financeiro Setorial	Saldos em 2019	Receita Operacional		Adesão conta COVID <sup>(6)</sup>	Resultado Financeiro		Saldos em 2020	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
		Adição	Amortização		Remuneração	Transferência					
<b>Itens da Parcela A<sup>(1)</sup></b>											
Energia elétrica comprada para revenda	87.132	43.064	(59.894)	(77.488)	800	57.806	51.420	-	51.420	24.190	27.230
Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia - PROINFA	1.706	-	(1.719)	3.482	-	(3.454)	15	15	-	15	-
Encargo de serviços de sistema ESS <sup>(2)</sup>	-	2.640	1.445	37.364	4	(39.126)	2.327	161	2.166	1.180	1.147
Transporte de Energia Elétrica - Rede Básica	16.360	6.952	(6.899)	(15.032)	236	(1.617)	-	-	-	-	-
Transporte de Energia Elétrica - Itaipu	2.309	2.217	(960)	(1.944)	34	(41)	1.615	-	1.615	760	855
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	25.927	12.866	(17.634)	(21.757)	261	337	-	-	-	-	-
<b>Componentes financeiros</b>											
Neutralidade da Parcela A <sup>(3)</sup>	-	17.254	(3.787)	-	93	(8.830)	4.730	4.730	-	4.730	-
Sobrecontratação de energia	1.080	22.730	-	(14.079)	103	273	10.107	-	10.107	4.755	5.352
Exposição de submercados	22.611	9.912	(14.543)	(7.942)	120	-	10.158	4.334	5.824	7.074	3.084
CUSD	-	981	-	-	4	(10)	975	-	975	456	519
Garantias <sup>(5)</sup>	1.207	1.133	(1.069)	-	22	-	1.293	628	665	941	352
Outros itens financeiros	511	-	(244)	-	-	-	267	-	267	126	141
<b>Total ativo</b>	<b>158.843</b>	<b>119.749</b>	<b>(105.304)</b>	<b>(97.396)</b>	<b>1.677</b>	<b>5.338</b>	<b>82.907</b>	<b>9.868</b>	<b>73.039</b>	<b>44.227</b>	<b>38.680</b>

Passivo Financeiro Setorial	Saldos em 2019	Receita Operacional		Adesão conta COVID (8)	Resultado Financeiro		Saldos em 2020	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
		Adição	Amortização		Remuneração	Tranferência					
<b>Itens da Parcela A (1)</b>											
Energia elétrica comprada para revenda	-	-	(25.567)	-	-	57.806	32.239	32.239	-	32.239	-
Encargo de serviços de sistema ESS (2)	40.679	24.936	(26.846)	-	357	(39.126)	-	-	-	-	-
Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia - PROINFA	-	3.417	-	-	37	(3.454)	-	-	-	-	-
Transporte de Energia Elétrica - Rede Básica	-	4.259	350	-	-	(1.617)	2.992	65	2.927	1.442	1.550
Transporte de Energia Elétrica - Itaipu	-	-	49	-	-	(41)	8	8	-	8	-
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	(761)	959	-	3	337	538	94	444	303	235
<b>Componentes financeiros</b>											
Neutralidade da Parcela A (3)	12.040	9.211	(7.000)	-	(111)	(8.830)	5.310	-	5.310	2.498	2.812
Sobrecontratação de energia (4)	20.136	4.552	(22.400)	-	(12)	273	2.549	2.549	-	2.549	-
CUSD	1.693	61	(1.718)	-	2	(10)	28	28	-	28	-
Devoluções Tarifárias (7)	12.762	12.182	(12.323)	-	122	-	12.743	5.847	6.896	9.091	3.652
Saldo a compensar (6)	3.556	(233)	(2.721)	-	29	-	631	628	3	629	2
<b>Total passivo</b>	<b>90.866</b>	<b>57.624</b>	<b>(97.217)</b>	<b>-</b>	<b>427</b>	<b>5.338</b>	<b>57.038</b>	<b>41.458</b>	<b>15.580</b>	<b>48.787</b>	<b>8.251</b>
<b>Saldo líquido</b>	<b>67.977</b>	<b>62.125</b>	<b>(8.087)</b>	<b>(97.396)</b>	<b>1.250</b>	<b>-</b>	<b>25.869</b>	<b>(31.590)</b>	<b>57.459</b>	<b>(4.560)</b>	<b>30.429</b>

(1) **Valores tarifários não gerenciáveis a compensar da Parcela A - CVA:** a Portaria Interministerial dos Ministros de Estado da Fazenda e de Minas e Energia nº 25, de 24 de janeiro de 2002, estabeleceu a Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" - CVA, com o propósito de registrar as variações de custos, negativas ou positivas, ocorridas no período entre reajustes tarifários anuais, relativos aos itens previstos nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica.

Estas variações são apuradas por meio da diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais. Os valores considerados na CVA são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC.

(2) **Encargo de Serviço do Sistema - ESS:** representa um encargo destinado à cobertura dos custos dos serviços do sistema, que inclui os serviços auxiliares, prestados pelos usuários dos Sistemas Interligado Nacional - SIN. Inclui R\$16.461 constituídos no segundo semestre referente ao recebimento CCEE de alívio de caixa devido a pandemia do Covid-19.

(3) **Neutralidade da Parcela A:** refere-se à neutralidade dos encargos setoriais na tarifa, apurando as diferenças mensais entre os valores faturados e os valores inseridos nas tarifas.

(4) **Repasso de sobrecontratação de energia (energia excedente):** a distribuidora deve garantir, por meio de contratos de energia regulados, o atendimento de 100% do seu mercado. Contratações superiores ou inferiores a este referencial implicam na apuração, pela ANEEL, com aplicação nos processos de reajustes e revisões tarifárias, dos custos de repasse de aquisição do montante de sobrecontratação, limitado aos 5% em relação à carga anual regulatória de fornecimento da distribuidora e do custo da energia referente à exposição ao mercado de curto prazo. Conforme mencionado na nota 9.4, valores superiores ao limite de 105% estão em discussão e, portanto, ainda não foram reconhecidos.

(5) **Garantias Financeiras:** repasse dos custos decorrentes da liquidação e custódia das garantias financeiras previstas nos contratos de que tratam os art. 15 (geração distribuída por chamada pública), art. 27 (CCEAR de leilões de energia nova e existente) e art. 32 (leilões de ajuste) do Decreto nº 5.163/2004.

(6) **Saldo a Compensar da CVA do ciclo anterior:** conforme previsto no § 4º do artigo 3º da Portaria Interministerial MME/MF nº 25/2002, verifica-se se o Saldo da CVA em processamento considerado no processo tarifário foi efetivamente compensado, levando-se em conta as variações ocorridas entre o mercado de energia elétrica utilizado na definição daquele processo tarifário e o mercado verificado nos 12 meses da compensação, bem como a diferença entre a taxa de juros projetada e a taxa de juros SELIC verificada.

(7) **Devoluções Tarifárias:** refere-se às receitas de ultrapassagem de demanda e excedentes de reativos auferidas a partir do 4º Ciclo de Revisão Tarifária Periódica, atualizadas mensalmente e que estão sendo amortizadas em decorrência da assinatura do Novo Termo Aditivo.

(8) **Adesão a conta COVID**

A Companhia protocolou em 03 de julho de 2020, correspondência de solicitação da disponibilidade dos recursos da CONTA COVID no valor máximo de R\$97.396 destinados a cobertura total dos ativos e passivos financeiros setoriais, dos quais todo o montante já foi recebido.

Despachos	Data entrada de recurso	Valor
Despacho ANEEL nº 2.177 de 24 de julho de 2020	31 de julho de 2020	97.396

A criação da conta COVID foi instituída pelo Decreto nº 10.350/2020 em 18 de maio de 2020, sob a gestão da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), com a finalidade específica de contratar e liquidar operações de crédito, destinadas à cobertura total ou parcial, quais sejam: (i) efeitos financeiros da sobrecontratação de energia; (ii) saldo em constituição da Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" - CVA; (iii) neutralidade dos encargos setoriais; (iv) postergação até 30 de junho de 2020 dos resultados dos processos tarifários de distribuidoras de energia elétrica homologados até a mesma data; (v) saldo não amortizado da CVA reconhecida no último processo tarifário; (vi) saldo não amortizado de diferimentos reconhecidos ou revertidos no último processo tarifário; e (vii) antecipação do ativo regulatório relativo à Parcela B.

O principal objetivo da instituição da CONTA COVID, decorrente da pandemia, foi postergar para até 5 anos os aumentos nas contas de energia que seriam cobrados em até 1 ano, e também, garantir a liquidez das concessionárias de distribuição que estão impactadas principalmente pela queda de demanda e inadimplência, blindando os demais agentes do setor elétrico, como já mencionamos anteriormente.

O Decreto nº 10.350/2020, que regulamenta a Medida Provisória nº 950/2020, define os critérios para o limite total de captação da operação de crédito destinada à CONTA COVID, estabelecendo que a ANEEL levará em consideração as necessidades decorrentes do estado de calamidade pública. Para tanto, propõe-se que o limite seja calculado considerando as estimativas de redução de faturamento e de arrecadação e de possíveis diferimentos e parcelamentos de obrigações vencidas e vincendas relativas ao faturamento da demanda contratada para unidades consumidoras do Grupo A, adicionadas das postergações, até 30 de junho, de processos tarifários homologados e dos diferimentos reconhecidos ou revertidos e ainda não amortizados.

De acordo com o artigo 7º da Resolução Normativa ANEEL nº 885/2020, a CCEE é como o garantidor, bem como responsável por todo o processo da operacionalização da CONTA COVID. Conforme artigo 8º da Resolução Normativa os repasses efetuados pela CONTA COVID às Concessionárias irão gerar um Contas a Receber na CCEE vinculado ao fundo CDE que será o devedor, e não diretamente das Concessionárias.

Os valores da CONTA COVID serão incluídos na cobertura tarifária das distribuidoras a partir dos processos tarifários de 2021 e permanecerão pelo tempo necessário de amortização integral das operações financeiras.

## 11. Outros créditos

	2020	2019
Adiantamentos a empregados	1.299	1.441
Adiantamentos a fornecedores	2.612	2.615
Dispêndios a reembolsar	239	239
Ordens de serviço em curso - PEE e P&D	21.768	30.384
Alienação de Bens e Direitos	4.714	5.371
Banco Daycoval S/A <sup>(1)</sup>	11.988	11.988
(-) Provisão para perdas <sup>(1)</sup>	(11.988)	(11.988)
Cessão de Crédito Centrais Elétricas do Pará - Celpa <sup>(2)</sup>	36.035	38.264
(-) AVP - Cessão de Crédito Centrais Elétricas do Pará - Celpa <sup>(2)</sup>	(12.090)	(12.640)
Despesas pagas antecipadamente	4.556	4.014
Baixa Renda - tarifa social <sup>(3)</sup>	5.118	4.332
Subvenção CDE - descontos tarifários <sup>(4)</sup>	19.422	29.921
Ordens de alienação e desativações em curso <sup>(5)</sup>	(521)	(1.200)
Outros créditos a receber <sup>(6)</sup>	1.614	2.251
<b>Total</b>	<b>84.766</b>	<b>104.992</b>
Circulante	61.449	79.332
Não Circulante	23.317	25.660

<sup>(1)</sup> Banco Daycoval S/A - refere-se ao valor transferido para a conta corrente da acionista Rede Energia Participações S/A, em 28 de fevereiro de 2012, para quitação de dívidas vencidas, conforme justificativa da Instituição Financeira. A Administração da Companhia considera essa transferência indevida e ajuizou medidas judicial para recuperação desse valor. O saldo está provisionado por se tratar de um ativo contingente, visto que sua realização será confirmada apenas pela ocorrência ou não de eventos futuros, incertos, não totalmente sob o controle da Companhia.

- (2) **Centrais Elétricas do Pará S/A - CELPA - refere-se a créditos a receber oriundos** de transações entre partes relacionadas, até a data de alienação para a Equatorial Energia S/A, realizada em 25 de setembro de 2012. O saldo a receber da Celpa é de R\$36.041 entre a Companhia e a Centrais Elétricas do Pará S/A - CELPA. O saldo será atualizado com uma taxa de juros capitalizados de 6% a.a. até agosto de 2019, após esse período o recebimento dos juros será efetuado semestralmente. O recebimento do principal será realizado em amortizações semestrais nas seguintes condições: (i) de março de 2027 a setembro de 2030, amortização de 5% a.a., (ii) de março de 2031 a setembro de 2033, amortização de 10% a.a. e (iii) o saldo restante de 50% em setembro de 2034.
- (3) **Subvenção Baixa Renda** -referem-se à subvenção da classe residencial baixa renda, das unidades consumidoras com consumo mensal inferior a 220 kWh, desde que cumprido certos requisitos. Essa receita é custeada com recursos financeiros oriundos da RGR - Reserva Global de Reversão e da CDE - Conta de Desenvolvimento Energético, ambos sob a administração da Eletrobrás. O saldo refere-se a provisões agosto e setembro de 2020. A Administração não espera apurar perdas na realização do saldo.

	2020	2019
Saldo inicial- 2019 e 2018	4.332	4.446
Subvenção Baixa Renda	31.526	19.213
Ressarcimento realizados pela CCEE	(30.740)	(19.327)
<b>Saldo final- 2020 e 2019</b>	<b>5.118</b>	<b>4.332</b>

- (4) **Subvenção CDE - descontos tarifários:** refere-se a recursos transferidos às concessionárias autorizados pelo Governo Federal, para fazer frente à Subvenção CDE para os descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica. Os valores são reconhecidos mensalmente de acordo com o repasse aos clientes em contrapartida a demonstração do resultado do exercício, enquanto os ressarcimentos, efetuados pela CCEE são realizados na forma de duodécimos mensais, calculados no início de cada exercício. Os saldos correspondem às subvenções incorridas, deduzidas das parcelas recebidas. As diferenças integram os cálculos anuais. Os saldos apresentados, após validação da ANEEL, serão reembolsados ao longo do exercício seguinte.

	2020	2019
Saldo inicial- 2019 e 2018	29.921	20.359
Desconto tarifário subvenção Irrigante e Rural	88.861	112.470
Ressarcimento realizados pela CCEE	(99.360)	(102.908)
<b>Saldo final- 2020 e 2019</b>	<b>19.422</b>	<b>29.921</b>

- (5) **Ordens de alienação e desativação em curso:** refere-se, em sua maioria, às ordens de desativação em curso, em que os ativos retirados das linhas e redes foram devolvidos aos almoxarifados, porém o processo de fechamento das ordens não foi concluído, o que ocorrerá nos próximos exercícios.
- (6) **Outros créditos:** inclui R\$2.077 (R\$2.077 em 2019) referente a provisão para perda esperada de crédito de liquidação duvidosa.

## 12. Transações com partes relacionadas

A Companhia é controlada pela Rede Energia Participações S/A, (99,25% do capital total), que por sua vez detém o controle acionário das seguintes Companhias e empresas:

- Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A (EMT);
- Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A (ETO);
- Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A (EMS);
- Multi Energisa Serviços S/A (Multi Energisa);
- Companhia Técnica e Comercialização de Energia S/A (CTCE);
- QMRA Participações S/A; e
- Rede Power Holding de Energia S/A.

A Rede Energia Participações S/A é controlada pela Denerge Desenvolvimento Energético S/A que participa com 70,01% no capital social. A Denerge é controlada pela Energisa S/A (99,97%). A Energisa é controladora direta da Energisa Participações Minoritárias S/A (85,31%) que por sua vez possui participação direta na Rede Energia Participações S/A de 29,57% e na Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A com 39,83%.

## Transações efetuadas durante o exercício pela Companhia:

	Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição Receita/(Despesa)	Serviços contratados (Despesa)	Debêntures - despesas financeiras	Saldo a pagar de debêntures	Saldos a pagar (Fornecedores)	Saldo a receber/(pagar) - Disponibilização de sistema de transmissão e distribuição
Energisa S/A <sup>(1 e 2)</sup>	-	(27.087)	(15.071)	(242.779)	(2.774)	-
Energisa Mato Grosso do Sul <sup>(3)</sup>	6.884	-	-	-	-	216
Energisa Soluções Construções S/A <sup>(4)</sup>	-	(20.966)	-	-	(1.586)	-
Energisa Soluções S/A <sup>(4)</sup>	-	(11.200)	-	-	(1.011)	-
Multi Energisa Serviços S/A <sup>(5)</sup>	-	(3.601)	-	-	(612)	-
Energisa Goiás Transmissora de Energia I S.A. <sup>(6)</sup>	(133)	-	-	-	-	(16)
Energisa Serviços Aéreos de Aeroinspeção S/A	-	(109)	-	-	-	-
2020	6.751	(62.963)	(15.071)	(242.779)	(5.983)	200
2019	6.224	(62.841)	(16.141)	(212.185)	(8.601)	178

- (1) **Energisa S/A** - refere-se a serviços administrativos e de compartilhamento de recursos humanos para execução de parcela dos macroprocessos prestados às suas controladas. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários. Os contratos de compartilhamento foram aprovados pela ANEEL e firmados em 01 de março de 2017 com prazo de validade de 60 meses, podendo ser prorrogado mediante termo aditivo que deverá conter anuência da ANEEL.
- (2) **Energisa S/A - Debêntures:** (i) Em 19 de julho de 2017 a Companhia efetuou a 1ª emissão de Debêntures em moeda corrente, que foi na sua totalidade, adquiridas pela Energisa S/A. Em 31 de dezembro de 2020 o valor atualizado é de R\$96.000 (R\$91.821 em 2019); e (ii) em 31 de outubro de 2017 a Companhia fez a 3ª emissão de Debêntures de 1ª série incentivada com vencimento em 15 de outubro de 2022 e remuneração de IPCA mais 4,4885% ao ano, 2ª série com vencimento em 15 de outubro de 2024 e remuneração de IPCA mais 4,7110% ao ano, 3ª série com vencimento em 15 de outubro de 2027 e remuneração de IPCA mais 5,1074% ao ano e 4ª série com vencimento em 15 de outubro de 2022 e remuneração de 107,75% CDI. Em 31 de dezembro de 2020 o valor atualizado é de R\$85.224 (R\$120.364 em 2019), e (iii) 11 de outubro de 2020 a Companhia efetuou a 6ª emissão de Debêntures em moeda corrente, que foi na sua totalidade, adquiridas pela Energisa S/A, com vencimentos e condições conforme nota explicativa nº 20. Em 31 de dezembro de 2020 o valor atualizado é de R\$61.555.
- (3) **Energisa Mato Grosso do Sul** - refere-se a contratos de CUSD - Contratos de Uso do Sistema de Distribuição;
- (4) **Energisa Soluções S/A e Energisa Soluções Construções e Linhas e Redes S/A** - as transações com as empresas ligadas referem-se a serviços de manutenção de linhas, subestações, engenharia e de projetos. Os contratos foram submetidos à aprovação da ANEEL e são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários.
- (5) **Multi Energisa S/A** - refere-se a serviços de Call Center e Suporte a TI e foram submetidos à aprovação da ANEEL. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários.
- (6) **Energisa Goiás Transmissora de Energia I S.A** - refere-se ao transporte de energia dos centros de geração até os pontos de distribuição, conforme previsto no contrato de concessão.

## Remuneração dos administradores

	2020	2019
Remuneração Anual <sup>(1)</sup>	4.128	6.057
Remuneração da Diretoria	1.356	2.240
Outros Benefícios <sup>(2)</sup>	1.136	952

(1) Limite global da remuneração anual dos administradores para o exercício de 2020 foi aprovado na AGE de 29 de abril de 2020.

(2) Inclui, encargos sociais, benefícios de previdência privada, seguro saúde e seguro de vida.

A maior e a menor remuneração atribuídas aos dirigentes, relativas ao mês de dezembro foram de R\$69 e R\$2 (R\$69 e R\$2 em 2019), respectivamente. A remuneração média anual de 2020 foi de R\$17 (R\$17 em 2019).

## Programa de Remuneração Variável (ILP)

A Companhia ofereceu aos seus executivos um Plano de Incentivo de Longo Prazo - ILP. Este plano tem por objetivo (i) o alinhamento de interesses entre acionistas e executivos; (ii) a promoção da meritocracia; (iii) a retenção de executivos de bom desempenho; (iv) o estímulo de resultados sustentáveis e atingimento de metas empresariais, com compartilhamento da criação de valor. O benefício é direcionado aos executivos da Companhia a ser pago em Units da controladora Energisa S/A, até o limite previsto de 0,5% do capital social da controladora Energisa S/A, na data de aprovação do Plano, que será baseado em um valor definido para cada nível levando em consideração o desempenho individual consignado no contrato de concessão de ações, de acordo com o escopo de cada executivo. O benefício visa atrair e reter pessoas chaves e premiá-las em função do seu desempenho, aliado às metas de desempenho da Companhia. O plano foi aprovado pela controladora Energisa S/A em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 25 de abril de 2018, e o regulamento aprovado em reunião do Conselho de Administração em 10 de maio de 2018.

Atualmente, a Companhia possui um total de dois programas de concessão de ações e duas outorgas contratuais em andamento. Aos programas são associadas condições de performance (*Total Shareholder Return* - TSR Relativo e Fluxo de caixa livre), que modificam o target em função das faixas atingidas.

O 1º programa foi aprovado em 10 de maio de 2018 com limite de pagamento previsto de até 10.325 units e período de aquisição do direito (*vesting*) de 3 anos, a partir da data de outorga de 02 de maio de 2018. O 2º programa foi aprovado em 9 de maio de 2019 com limite de pagamento previsto de até 8.476 units e período de aquisição do direito (*vesting*) de 3 anos, a partir da data de outorga de 10 de maio de 2019. Não há opções exercíveis ou expiradas em 31 de dezembro de 2020. A partir do exercício de 2021 a Companhia realizará as liquidações do 1º programa de ILP.

Em atendimento ao IFRS 2/CPC 10, a Companhia apurou o valor justo das ações (units) restritas com condições de performance (Performance Shares) outorgadas com base no modelo de Monte Carlo para permitir a incorporação das condições de carência de mercado no valor justo do ativo. A despesa é reconhecida em uma base “pro rata temporis”, que se inicia na data da outorga, até a data em que o beneficiário adquire o direito a receber as ações.

### Premissas e cálculo do valor justo das Ações Outorgadas

Para determinação do valor justo foram utilizadas as seguintes premissas:

	1º programa ILP	2º programa ILP
Método de Cálculo	Monte Carlo	Monte Carlo
Total de opções de ações outorgadas <sup>(a)</sup>	10.325	8.476
Prazo de carência	3 anos	3 anos
Taxa de juros livre de risco <sup>(b)</sup>	8,2%	7,7%
Volatilidade <sup>(c)</sup>	29,29%	25,06%
Valor justo na data da outorga	R\$44,25	R\$54,97

<sup>(a)</sup> Inclui redução de 4.645 opções, referente a redistribuição de opções de ações outorgadas.

<sup>(b)</sup> Para o 1º Programa a taxa de juros = 8,2% (projeção da DI com prazo de vencimento equivalente ao fim da carência do Programa - DI1J2021). Para o 2º Programa: Taxa de juros = 7,7% (projeção da DI com prazo de vencimento equivalente ao fim da carência do Programa - DI1J2022).

<sup>(c)</sup> Volatilidade e correlação entre os preços de ação (da Energisa S/A e dos concorrentes considerados no IEE (“Índice de Energia Elétrica e seus pares”) para o *Total Shareholder Return* (TSR) foram calculadas com base nos valores históricos de 1 ano anterior à data de outorga do programa.

Devido as características específicas do Plano de Incentivo de Longo Prazo da Companhia, divulgadas acima, não há preço de exercício ou limite para exercício associados.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foram contabilizados R\$442 (R\$129 em 2019) decorrente do Plano de Outorga de Opção de Ações na demonstração do resultado do exercício na rubrica de custos e despesas

operacionais. O montante reconhecido na reserva de capital no patrimônio líquido acumula ao final de 31 de dezembro de 2020 em R\$662 (R\$220 em 2019).

### 13. Créditos tributários, impostos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das demonstrações financeiras e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IRPJ e da CSLL correntes. A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar.

	2020	2019
<b>Ativo</b>		
Imposto de renda sobre prejuízos fiscais	30.228	32.764
Contribuição social sobre base negativa	11.688	12.578
<b>Diferenças temporárias:</b>		
Imposto de renda	68.363	72.769
Contribuição social sobre o Lucro Líquido	24.610	26.197
<b>Total</b>	<b>134.889</b>	<b>144.308</b>
<b>Passivo</b>		
<b>Diferenças temporárias:</b>		
Imposto de renda	51.934	17.921
Contribuição social sobre o Lucro Líquido	18.696	6.452
<b>Total</b>	<b>70.630</b>	<b>24.373</b>
<b>Total líquido - ativo não circulante</b>	<b>64.259</b>	<b>119.935</b>

As diferenças temporárias são como segue:

	2020		2019	
	Base de cálculo	IRPJ + CSLL	Base de cálculo	IRPJ + CSLL
<b>Ativo/Passivo</b>				
Prejuízos fiscais	120.911	30.228	131.057	32.764
Base negativa da contribuição social sobre o lucro	129.866	11.688	139.753	12.578
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias	25.387	8.632	21.254	7.226
Outras provisões (PEE, P&D, honorários e outras)	22.133	7.525	49.831	16.943
Provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa (PPECLD)	50.570	17.194	45.525	15.479
Marcação a mercado - dívida	26.865	9.134	24.927	8.475
Ajuste a valor presente	119	40	117	40
Provisão ajuste atuarial	70.790	24.069	79.007	26.862
Marcação a mercado - derivativo	(207.734)	(70.630)	(71.685)	(24.373)
Parcela de VNR do ativo financeiro	63.153	21.472	56.181	19.102
Outras adições temporárias	14.431	4.907	14.236	4.839
<b>Total - Ativo não Circulante</b>	<b>316.491</b>	<b>64.259</b>	<b>490.203</b>	<b>119.935</b>

A realização dos créditos fiscais diferidos são como segue:

Exercício	Realizações de créditos fiscais
2021	22.510
2022	20.281
2023	17.805
2024	11.614
2025	7.868
2026 e 2027	19.607
2028 a 2030	35.204
<b>Total</b>	<b>134.889</b>

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do exercício, bem como a compensação dos créditos tributários registrados, são demonstrados a seguir:

	2020	2019
<b>Resultado antes dos tributos sobre o lucro</b>	<b>187.388</b>	<b>172.863</b>
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social, calculados às alíquotas fiscais combinadas	(63.712)	(58.773)
Ajustes:		
Despesas indedutíveis (doações, brindes, multa, etc)	(1.266)	(861)
Lei do Bem	1.732	1.410
Outras exclusões permanentes <sup>(1)</sup>	166	1.448
<b>Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro</b>	<b>(63.080)</b>	<b>(56.776)</b>
<b>Alíquota efetiva</b>	<b>33,66%</b>	<b>32,84%</b>

(1) Referem-se basicamente a outros incentivos fiscais utilizados pela Companhia, como PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador), Doações/Patrocínios Culturais, Lei 8.313/91 e Projetos Desportivos, Lei 11.438/2006.

## 14. Ativo financeiro indenizável da concessão

Os contratos de distribuição de energia elétrica estão dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12), que trata de contratos de concessão, e referem-se à infraestrutura investida que será objeto de indenização do Poder Concedente, durante o exercício e ao final das concessões, estão classificados como ativos financeiros e mensurados ao valor justo por meio do resultado conforme previsto no marco regulatório do segmento e no contrato de concessão assinados pela companhia e a Aneel.

A remuneração do ativo financeiro indenizável da concessão foi registrada em receitas operacionais no resultado do exercício como receita de ativo financeiro indenizável da concessão no montante de R\$2.807 (R\$2.069 em 2019).

Seguem as movimentações ocorridas no exercício:

Movimentação	2020	2019
<b>Ativo financeiro custo corrigido - 2019 e 2018</b>	<b>62.080</b>	<b>45.348</b>
Adições no exercício <sup>(1)</sup>	36.561	14.700
Baixas no exercício	(23)	(37)
Receitas de ativo financeiro indenizável da concessão <sup>(2)</sup>	2.807	2.069
<b>Ativo financeiro custo corrigido - não circulante - 2020 e 2019</b>	<b>101.425</b>	<b>62.080</b>

(1) Adições no exercício: refere-se s transferência originadas do ativo contratual - infraestrutura em construção.

(2) Receita Operacional: ativos financeiros indenizável da concessão estão demonstrados e classificados a Valor justo por meio do resultado, atualizados pela variação mensal do IPCA, índice de remuneração utilizado pelo regulador nos processos de revisão tarifária reduzido pelo percentual de glosas apurados em homologações anteriores, refletindo a melhor estimativa da Administração do valor justo do ativo

## 15. Ativo contratual - infraestrutura em construção

No ativo contratual são registrados, os gastos que são diretamente atribuíveis a aquisição e construção dos ativos, tais como: (i) O custo de materiais e mão de obra direta; (ii) quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para que sejam capazes de operar na sua plenitude; e (iii) os juros incorridos sobre empréstimos, financiamentos ao custo de construção da infraestrutura, apropriados considerando os determinados critérios para capitalização, como aplicação da taxa média ponderada e juros de contratos específicos de acordo com o normativo do CPC 20.

	Saldos em 2019	Adição	Transferências <sup>(1)</sup>	Baixas <sup>(2)</sup>	Saldos em 2020
<b>Ativo contratual - infraestrutura em construção</b>					
Em construção	96.836	187.326	(190.381)	(36.761)	57.020
<b>(-) Obrigações Vinculadas à Concessão</b>					
Em construção	42.216	13.117	(15.229)	(200)	39.904
<b>Total do ativo contratual - infraestrutura em construção</b>	<b>54.620</b>	<b>174.209</b>	<b>(175.152)</b>	<b>(36.561)</b>	<b>17.116</b>

	Saldos em 2018	Adição	Transferências <sup>(1)</sup>	Baixas <sup>(2)</sup>	Saldos em 2019
<b>Ativo contratual - infraestrutura em construção</b>					
Em construção	84.052	156.918	(129.434)	(14.700)	96.836
<b>(-) Obrigações Vinculadas à Concessão</b>					
Em construção	38.046	16.495	(12.325)	-	42.216
<b>Total do ativo contratual - infraestrutura em construção</b>	<b>46.006</b>	<b>140.423</b>	<b>(117.109)</b>	<b>(14.700)</b>	<b>54.620</b>

(1) O montante de R\$175.152 (R\$117.109 em 2019) foi transferido para o Intangível - contrato de concessão.

(2) As baixas no montante de R\$36.561 (R\$14.700 em 2019) referem-se as transferências para o ativo financeiro indenizável da concessão, corresponde a parcela bifurcada do ativo contratual infraestrutura em construção a ser indenizada no final da concessão pelo Poder Concedente, conforme prevê o contrato de concessão de distribuição de energia elétrica que está enquadrado nos critérios de aplicação da interpretação técnica do ICPC 01 (IFRIC 12).

## 16. Imobilizado

	Taxa média de depreciação (%)	Saldos em 2019	Adição	Transfe-rências	Depreciação	Saldos em 2020
<b>Imobilizado em Serviço</b>						
Custo						
Máquinas e Equipamentos	16,57%	16.614	-	1.880	-	18.494
Móveis e utensílios	6,25%	7.376	-	55	-	7.431
<b>Total do imobilizado em serviço</b>		<b>23.990</b>	<b>-</b>	<b>1.935</b>	<b>-</b>	<b>25.925</b>
Depreciação acumulada						
Máquinas e Equipamentos		(11.797)	-	-	(1.686)	(13.483)
Móveis e utensílios		(6.007)	-	-	(104)	(6.111)
<b>Total Depreciação acumulada</b>		<b>(17.804)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(1.790)</b>	<b>(19.594)</b>
<b>Subtotal Imobilizado</b>		<b>6.186</b>	<b>-</b>	<b>1.935</b>	<b>(1.790)</b>	<b>6.331</b>
Imobilizado em curso		1.269	10.181	(2.434)	-	9.016
<b>Total Ativo Imobilizado</b>		<b>7.455</b>	<b>10.181</b>	<b>(499)</b>	<b>(1.790)</b>	<b>15.347</b>

	Taxa média de depreciação (%)	Saldos em 2018	Adição	Transfe- rências	Depreciação	Saldos em 2019
<b>Imobilizado em Serviço</b>						
Custo						
Máquinas e Equipamentos	16,56%	15.830	-	784	-	16.614
Móveis e utensílios	6,25%	7.251	-	125	-	7.376
<b>Total do imobilizado em serviço</b>		<b>23.081</b>	<b>-</b>	<b>909</b>	<b>-</b>	<b>23.990</b>
Depreciação acumulada						
Máquinas e Equipamentos		(10.385)	-	-	(1.412)	(11.797)
Móveis e utensílios		(5.910)	-	-	(97)	(6.007)
<b>Total Depreciação acumulada</b>		<b>(16.295)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(1.509)</b>	<b>(17.804)</b>
<b>Subtotal Imobilizado</b>		<b>6.786</b>	<b>-</b>	<b>909</b>	<b>(1.509)</b>	<b>6.186</b>
Imobilizado em curso		-	2.178	(909)	-	1.269
<b>Total Ativo Imobilizado</b>		<b>6.786</b>	<b>2.178</b>	<b>-</b>	<b>(1.509)</b>	<b>7.455</b>

## 17. Intangível

	2020	2019
Intangível - contrato de concessão	832.052	715.491
Intangível - direito	3.100	2.490
Intangível - software	9.484	7.323
<b>Total</b>	<b>844.636</b>	<b>725.304</b>

### 17.1 Intangível - Contrato de concessão

	Taxa média de depreciação (%)	Saldos em 2019	Transfe- rências <sup>(1)</sup>	Baixas <sup>(2)</sup>	Amortização <sup>(3)</sup>	Saldos em 2020
<b>Intangível Em Serviço</b>						
Custo						
	4,53%	1.838.573	190.381	(14.128)	-	2.014.826
Amortização Acumulada		(880.321)	-	12.606	(73.272)	(940.987)
<b>Subtotal</b>		<b>958.252</b>	<b>190.381</b>	<b>(1.522)</b>	<b>(73.272)</b>	<b>1.073.839</b>
<b>(-) Obrigações vinculadas à concessão</b>						
Custo						
	3,88%	413.985	15.229	-	-	429.214
Amortização Acumulada		(171.224)	-	-	(16.203)	(187.427)
<b>Subtotal</b>		<b>242.761</b>	<b>15.229</b>	<b>-</b>	<b>(16.203)</b>	<b>241.787</b>
<b>Total Ativo Intangível - Contrato de concessão</b>		<b>715.491</b>	<b>175.152</b>	<b>(1.522)</b>	<b>(57.069)</b>	<b>832.052</b>

(1) Transferências originadas do ativo contratual infraestrutura em construção;

(2) O montante de R\$1.522 referem-se às baixas realizadas no exercício, inicialmente contabilizadas nas Ordens de Desativação - ODD, e ao final do processo os valores são transferidos para a demonstração do resultado do exercício na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais.

(3) A Companhia reconheceu no exercício, créditos de PIS e COFINS sobre a amortização dos bens e equipamentos no montante de R\$3.745 (R\$3.663 em 2019).

	Taxa média de depreciação (%)	Saldos em 2018	Transfêrências <sup>(1)</sup>	Baixas <sup>(2)</sup>	Amortização <sup>(3)</sup>	Saldos em 2019
<b>Intangível Em Serviço</b>						
Custo	4,56%	1.734.249	124.791	(20.467)	-	1.838.573
Amortização Acumulada		(827.612)	-	16.427	(69.136)	(880.321)
<b>Subtotal</b>		<b>906.637</b>	<b>124.791</b>	<b>(4.040)</b>	<b>(69.136)</b>	<b>958.252</b>
<b>(-) Obrigações vinculadas à concessão</b>						
Custo	3,93%	401.660	12.325	-	-	413.985
Amortização Acumulada		(155.512)	-	-	(15.712)	(171.224)
<b>Subtotal</b>		<b>246.148</b>	<b>12.325</b>	<b>-</b>	<b>(15.712)</b>	<b>242.761</b>
<b>Total Ativo Intangível - Contrato de concessão</b>		<b>660.489</b>	<b>112.466</b>	<b>(4.040)</b>	<b>(53.424)</b>	<b>715.491</b>

(1) Transferências originadas do ativo contratual infraestrutura em construção;

(2) O montante de R\$4.040 referem-se às baixas realizadas no exercício, contabilizadas nas Ordens de Desativação - ODD, e ao final do processo os valores são transferidos para a demonstração do resultado do exercício na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais.

(3) A Companhia reconheceu no exercício, créditos de PIS e COFINS sobre a amortização dos bens e equipamentos no montante de R\$3.663 (R\$3.615 em 2018).

A infraestrutura utilizada pela Companhia nas suas operações é vinculada ao serviço público de distribuição de energia, não podendo ser retirada, alienada, cedida ou dada em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução Normativa nº 691 de 08 de dezembro de 2015, regulamenta a desvinculação da infraestrutura das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para sua desvinculação, quando destinada à alienação. Determina, também, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária específica e os recursos reinvestidos na infraestrutura da própria concessão.

A amortização do ativo intangível reflete a forma na qual os benefícios futuros referentes à utilização dos ativos são esperados que sejam consumidos pela Companhia ou limitado ao prazo da concessão com base nos benefícios econômicos gerados anualmente. O padrão de consumo destes ativos está relacionado às vidas úteis estimadas de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infraestrutura de distribuição. A taxa média ponderada de amortização utilizada é de 4,53% (4,63% em 2019).

O saldo do intangível e do ativo financeiro indenizável da concessão está reduzido pelas obrigações vinculadas a concessão, que possuem sua composição assim como segue:

	2020	2019
Contribuição do consumidor <sup>(1)</sup>	407.178	393.488
Participação da União - recurso CDE <sup>(2)</sup>	10.926	10.926
Participação do Governo do Estado <sup>(2)</sup>	3.352	3.352
Reserva para reversão	6.529	7.102
Receitas de Ultrapassagem de Demanda <sup>(3)</sup>	41.333	41.333
(-) Amortização acumulada	(187.427)	(171.224)
<b>Total</b>	<b>281.891</b>	<b>284.977</b>
<b>Alocação:</b>		
Contas a receber do ativo financeiro indenizável da concessão	200	-
Infraestrutura - Intangível em serviço	241.787	242.761
Infraestrutura - Ativo contratual - infraestrutura em construção	39.904	42.216
<b>Total</b>	<b>281.891</b>	<b>284.977</b>

(1) As contribuições do consumidor representam a participação de terceiros em obras para fornecimento de energia elétrica em áreas não incluídas nos projetos de expansão das concessionárias de energia elétrica.

(2) A participação da União (recursos provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE) e a participação do Governo do Estado, estão destinados ao programa Luz para Todos.

- (3) **Receitas de Ultrapassagem de Demanda:** a Companhia passou pelo 4º ciclo de revisão tarifária e os valores decorrentes da Receita de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente, a partir de dezembro de 2016, passaram a ser apropriados em passivos financeiros setoriais (CVA) - devoluções tarifárias conforme determina a Resolução Normativa nº 660 de 28 de abril de 2015 e despacho da ANEEL nº 245 de 28 de janeiro de 2016.

## 17.2 Intangível - Direito de uso

Refere-se ao direito de uso de imóveis originados pela aplicação das normas contábil CPC 06 (R2) - são amortizados em conformidade com vida útil definida em cada contrato.

	Taxa média de depreciação (%)	Saldos em 2019	Adição	Baixas	Amortização	Saldos em 2020
<b>Direito de Uso - Imóveis</b>						
Custo	25,13%	3.646	2.047	(8)	-	5.685
Amortização Acumulada		(1.156)	-	-	(1.429)	(2.585)
<b>Total direito de uso</b>		<b>2.490</b>	<b>2.047</b>	<b>(8)</b>	<b>(1.429)</b>	<b>3.100</b>

	Taxa média de depreciação (%)	Adoção inicial	Adição	Amortização	Saldos em 2019
<b>Direito de Uso - Imóveis</b>					
Custo	32,32%	3.232	414	-	3.646
Amortização Acumulada		-	-	(1.156)	(1.156)
<b>Total direito de uso</b>		<b>3.232</b>	<b>414</b>	<b>(1.156)</b>	<b>2.490</b>

## 17.3 Intangível - Software

	Taxa média de Amortização	Saldos 2019	Adição	Transferência	Amortização	Saldos 2020
<b>Intangível - software</b>						
Custo	20,00%	27.742	-	565	-	28.307
Amortização Acumulada		(20.419)	-	-	(1.984)	(22.403)
Em curso		-	3.646	(66)	-	3.580
<b>Total</b>		<b>7.323</b>	<b>3.646</b>	<b>499</b>	<b>(1.984)</b>	<b>9.484</b>

	Taxa média de Amortização	Saldos 2018	Transferência	Amortização	Saldos 2019
<b>Intangível - software e outros</b>					
Custo	19,92%	23.099	4.643	-	27.742
Amortização Acumulada		(18.711)	-	(1.708)	(20.419)
<b>Total</b>		<b>4.388</b>	<b>4.643</b>	<b>(1.708)</b>	<b>7.323</b>

## 18. Fornecedores

	2020	2019
CCEE <sup>(1)</sup>	63.608	41.036
Contratos bilaterais e CCEARs (leilão) <sup>(2)</sup>	157.992	130.834
Uso do sistema de transmissão/distribuição <sup>(2)</sup>	4.923	3.658
Encargos de serviços do sistema <sup>(3)</sup>	6.220	404
Materiais, serviços e outros <sup>(4)</sup>	29.512	36.794
<b>Total</b>	<b>262.255</b>	<b>212.726</b>
Circulante	256.282	206.620
Não Circulante	5.973	6.106

- (1) CCEE: em 2020 a conta CCEE foi incrementada principalmente pela alta do PLD (Preço das Liquidações das Diferenças), muito próximo ao valor/teto de novembro/20, altamente influenciada pela deterioração das condições hidrológicas e aumento do consumo de energia. O PLD além de precificar as operações de compra e venda de energia no MCP (Mercado de Curto Prazo), também valora as despesas relacionadas ao Risco Hidrológico que, conforme previsto na Lei nº 12.783/2013, são assumidas pelas distribuidoras com direito ao repasse para o consumidor final através do reajuste tarifário. Além disso, novembro/20 apresentou elevada diferença de PLDs entre os submercados, impactando o aumento da despesa no MCP pela compra de energia a preços maiores para as distribuidoras dos submercados Sudeste/Centro-Oeste, Norte e Sul e venda a preços menores no submercado Nordeste.
- (2) **Contratos bilaterais** - corresponde as aquisições de energia elétrica ocorrida no exercício, firmados com geradores apresentando variação expressiva do dólar, impactando de forma direta na despesa dos contratos de itaipu e também devido aos reajustes de preços dos demais de contratos pelos índices de inflação (IPCA/IGP-M/INPC).
- (3) Encargos de serviços do sistema: a variação dos valores de Encargos de Serviços de Sistema refere-se à previsão de aumento do despacho de térmicas fora da ordem de mérito de custo em razão, principalmente, de Segurança Energética. O bimestre relativo aos meses de novembro e dezembro/20 foi o pior histórico em termos de Energia Natural Afluente. Com isso, foram acionadas todas as termelétricas disponíveis no sistema, independentemente de preço, e importada energia da Argentina e do Uruguai para impedir redução dos armazenamentos dos reservatórios.
- (4) Materiais, serviços e outros: refere-se às aquisições de materiais, serviços e outros, necessários à execução, conservação e manutenção dos serviços de distribuição, com prazo médio de liquidação de 30 dias.

## 19. Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e encargos da dívida está demonstrada a seguir:

	Saldos em 2019	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 2020
<b>Mensurada ao custo</b>							
<b>Moeda nacional</b>							
CDI	-	40.000	-	(1.310)	1.982	-	40.672
<b>Total do custo</b>	<b>-</b>	<b>40.000</b>	<b>-</b>	<b>(1.310)</b>	<b>1.982</b>	<b>-</b>	<b>40.672</b>
<b>Mensurada ao valor justo</b>							
<b>Moeda estrangeira</b>							
Dólar	370.281	-	(200.450)	(8.908)	76.858	-	237.781
Euro	110.774	122.972	-	(2.574)	95.197	-	326.369
Gastos com captação	(261)	-	-	-	104	-	(157)
Marcação a mercado	3.622	-	-	-	-	420	4.042
<b>Total a valor justo</b>	<b>484.416</b>	<b>122.972</b>	<b>(200.450)</b>	<b>(11.482)</b>	<b>172.159</b>	<b>420</b>	<b>568.035</b>
<b>Total</b>	<b>484.416</b>	<b>162.972</b>	<b>(200.450)</b>	<b>(12.792)</b>	<b>174.141</b>	<b>420</b>	<b>608.707</b>
Passivo Circulante	121.614						179.518
Passivo Não circulante	362.802						429.189

	Saldos em 2018	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 2019
<b>Mensurada ao custo</b>							
<b>Moeda nacional</b>							
CDI	12.040	-	(10.417)	(1.778)	155	-	-
<b>Total do custo</b>	<b>12.040</b>	<b>-</b>	<b>(10.417)</b>	<b>(1.778)</b>	<b>155</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Mensurada ao valor justo</b>							
<b>Moeda estrangeira</b>							
Dólar	308.580	50.000	-	(13.898)	25.599	-	370.281
Euro	-	110.000	-	(588)	1.362	-	110.774
Gastos com captação	(366)	-	-	-	105	-	(261)
Marcação a mercado	4.436	-	-	-	-	(814)	3.622
<b>Total a valor justo</b>	<b>312.650</b>	<b>160.000</b>	<b>-</b>	<b>(14.486)</b>	<b>27.066</b>	<b>(814)</b>	<b>484.416</b>
<b>Total</b>	<b>324.690</b>	<b>160.000</b>	<b>(10.417)</b>	<b>(16.264)</b>	<b>27.221</b>	<b>(814)</b>	<b>484.416</b>
Passivo Circulante	14.076						121.614
Passivo Não circulante	310.614						362.802

A composição de empréstimos e financiamentos, e as principais condições contratuais são como segue:

Operação	Total		Encargos	Vencimento	Amortização do principal	TIR (Taxa efetiva de juros) (4)	Garantias (*)
	2020	2019					
CCB ITAÚ 101120030007400	40.672	-	CDI + 4,00%	mar/21	Final	6,77%	A
<b>Total em Moeda Nacional</b>	<b>40.672</b>	<b>-</b>					
Loan Citi - 4131 (1 e 3)	35.654	27.663	Libor + 1,70% a.a.	jun/22	Anual a partir de 2021	30,91%	A
Loan Citi EDC - 4131 (1 e 3)	35.656	27.663	Libor + 1,80% a.a.	jun/22	Anual a partir de 2021	31,01%	A
Merrill lynch Loan (1, 3 e 5)	-	120.883	Libor + 1,10% a.a.	abr/20	Final	30,31%	A
Loan Citi Loan - 4131 (1, 3 e 5)	-	64.834	Libor + 1,27% a.a.	jul/23	Anual a partir de 2022	30,48%	A
Merrill lynch Loan (1 e 3)	102.546	79.656	Libor + 1,20% a.a.	ago/21	Final	30,41%	A
Merrill lynch Loan (1 e 3)	155.944	110.774	0,87% Pré a.a.	jun/22	Final	41,65%	A
Scotiabank Loan (1 e 3)	63.925	49.582	2,1964% Pré a.a.	dez/22	Final	31,13%	A
Merrill lynch Loan (1 e 3)	170.425	-	0,7257% Pré a.a.	jan/23	Final	29,66%	A
Custo de captação incorrido na contratação	(157)	(261)					
Marcação à Mercado de Dívida (2)	4.042	3.622					
<b>Total em Moeda Estrangeira</b>	<b>568.035</b>	<b>484.416</b>					
<b>Total</b>	<b>608.707</b>	<b>484.416</b>					

(\*) A = Aval Energisa S/A.

- Os contratos em moeda estrangeiras possuem proteção de swap cambial e instrumentos financeiros derivativos (vide nota explicativa nº 34 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos).
- Em 31 de dezembro de 2020 estas operações estão sendo mensuradas ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de "hedge" de valor justo ou pela designação como "Fair Value Option" (vide nota explicativa nº 34- Instrumentos Financeiros e gerenciamento de riscos).

- (3) Condições de covenants - o contrato possui cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. Essas garantias são estruturadas a partir de indicadores estabelecidos pela controladora Energisa S/A., sendo os principais listados abaixo:

Cláusulas Restritivas	Índice Requerido	Exigibilidade
Dívida líquida / EBTIDA Ajustado	Menor ou igual a: 4,25 em 2020 4,0 em 2021 em diante	Trimestral e Anual

O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas (vide Nota Explicativa nº 34 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos). Em 31 de dezembro de 2020, as exigências contratuais foram cumpridas.

- (4) As taxas efetivas de juros representam as variações ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Para as dívidas em moeda estrangeira, não estão sendo considerados os efeitos do “hedge” cambial, demonstrados na Nota Explicativa nº 34 - Instrumentos Financeiros e gerenciamento de riscos.
- (5) Em 17 de janeiro e em 16 de março de 2020 a Companhia efetuou a liquidação dos contratos no valor R\$201.140.

A Companhia tem como prática alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa.

Os principais indicadores utilizados para a atualização de empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações percentuais no exercício:

Moeda/indicadores	2020	2019
US\$ x R\$	28,93%	4,02%
CDI	2,77%	5,96%
IPCA	4,52%	4,31%
LIBOR	0,28%	2,33%
EURO x R\$	40,78%	2,06%

Os financiamentos classificados no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	2020
2022	258.259
2023	170.930
<b>Total</b>	<b>429.189</b>

## 20. Debêntures (não conversíveis em ações)

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	Saldos em 2019	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária e Custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 2020
<b>Mensuradas ao custo - pós fixado</b>								
CDI	105.987	60.000	(34.948)	(4.847)	4.684	-	-	130.876
IPCA	179.852	60.000	-	(9.367)	19.090	-	-	249.575
Gastos com captação	(3.663)	-	-	-	1.134	(2.136)	-	(4.665)
Marcação a mercado	21.305	-	-	-	-	-	1.518	22.823
<b>Total do custo</b>	<b>303.481</b>	<b>120.000</b>	<b>(34.948)</b>	<b>(14.214)</b>	<b>24.908</b>	<b>(2.136)</b>	<b>1.518</b>	<b>398.609</b>
Passivo Circulante	38.993							39.270
Passivo Não circulante	264.488							359.339
			Saldos em 2018	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária e Custos	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 2019	

Mensuradas ao custo - pós fixados					
CDI	106.300	(7.087)	6.774	-	105.987
IPCA	173.130	(8.821)	15.543	-	179.852
Gastos com captação	(4.773)	-	1.110	-	(3.663)
Marcação a mercado	9.670	-	-	11.635	21.305
<b>Total do custo</b>	<b>284.327</b>	<b>(15.908)</b>	<b>23.427</b>	<b>11.635</b>	<b>303.481</b>
Passivo Circulante	3.763				38.993
Passivo Não circulante	280.564				264.488

A composição dos saldos das debêntures e as principais condições contratuais são como segue:

Operações	Total		Emissão	Nº de Títulos Emitidos / circulação	Rendimentos	Vencimento	Amortização do principal	Taxa efetiva de juros
	2020	2019						
Debêntures 1ª Emissão 1ª Série	50.586	48.383	15/06/2017	43.044 / 43.044	IPCA+5,60% a.a.	jun / 22	Final	10,12%
Debêntures 1ª Emissão 2ª Série	45.414	43.437	15/06/2017	38.632 / 38.632	IPCA+5,6601% a.a.	jun / 24	Final	10,18%
Debêntures 3ª Emissão 1ª Série	9.798	9.373	15/10/2017	8.580 / 8.580	IPCA+4,4885% a.a.	out / 22	Final	9,01%
Debêntures 3ª Emissão 2ª Série	1.827	1.748	15/10/2017	1.599 / 1.599	IPCA+4,7110% a.a.	out / 24	Final	9,23%
Debêntures 3ª Emissão 3ª Série	3.403	3.256	15/10/2017	2.977 / 2.977	IPCA+5,1074% a.a.	out / 27	Final	9,63%
Debêntures 3ª Emissão 4ª Série	70.196	105.987	15/10/2017	104.844 / 104.844	107,75% CDI	out / 22	Anual após out/20	2,98%
Debêntures 4ª Emissão Série Única	76.992	73.655	15/09/2018	70.000 / 70.000	IPCA+5,0797% a.a.	set / 25	Anual após set/23	9,60%
Debêntures 5ª Emissão	60.680	-	15/02/2020	60.000 / 60.000	CDI+1,15% a.a.	fev / 25	Final	3,92%
Debêntures 6ª Emissão 1ª Série	7.056	-	11/10/2020	6.880 / 6.880	IPCA+4,2297% a.a.	out / 27	Final	8,75%
Debêntures 6ª Emissão 2ª Série	54.499	-	11/10/2020	53.120 / 53.120	IPCA+4,4744% a.a.	out / 30	Anual após out/28	8,99%
Custos de captação incorridos na contratação	(4.665)	(3.663)						
Marcação à Mercado de Dívida+	22.823	21.305						
<b>Total</b>	<b>398.609</b>	<b>303.481</b>						

Em 15 de fevereiro de 2020 a Companhia efetuou a 5ª Emissão de Debêntures em moeda corrente, no valor de R\$60.000, com vencimento em fevereiro de 2025 e remuneração de CDI mais 1,15% ao ano. Os recursos foram utilizados no fortalecimento do capital de giro da Companhia e a operação conta com o aval da controladora Energisa S/A.

Em 11 de outubro de 2020 a Companhia efetuou a 6ª emissão de Debêntures em moeda corrente, no montante de R\$60.000 sendo: R\$6.880 referente a 1ª Série com vencimento em 11/10/2027 e remuneração de IPCA mais 4,2297% ao ano; R\$53.120 referente a 2ª Série com vencimento em 11/10/2030 e remuneração de IPCA mais 4,4744% ao ano. Os recursos serão para o financiamento do projeto de investimento em infraestrutura de distribuição de energia elétrica, de titularidade da Companhia. A totalidade das emissões das debêntures foram totalmente adquiridas pela controladora Energisa S/A.

## Condições de covenants

As debêntures possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis, sendo os principais listados abaixo:

Cláusulas Restritivas	Índice Requerido	Exigibilidade
Dívida líquida / EBTIDA Ajustado	Menor ou igual a: 4,25 até dez/20;4,0 de março/21 em diante	Trimestral e Anual

O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. Em 31 de dezembro de 2020, as exigências contratuais foram cumpridas.

## Vencimentos

As debêntures classificadas no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	2020
2022	98.224
2023	27.918
2024	80.819
2025	88.224
Após 2025	64.154
<b>Total</b>	<b>359.339</b>

## 21. Arrendamentos operacionais

A Companhia atua como arrendatária em contratos referente imóveis não residenciais para a instalação de agências de atendimentos a clientes, estabelecimentos para desenvolver suas atividades comerciais e centros de distribuição.

Em conformidade com o CPC 06 (R2), na mensuração e remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, procedeu ao uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados, conforme vedação imposta pelo CPC 06 (R2). Devido ao ambiente econômico brasileiro na realidade atual das taxas de juros a longo prazo, essa vedação pode gerar distorções relevantes na informação a ser prestada. A Companhia avaliou esses efeitos, concluindo que são imateriais para suas Demonstrações financeiras do exercício. Bem como, a Companhia não apresenta obrigações de arrendamentos líquidos de PIS e COFINS, pois, os créditos de PIS e COFINS oriundos de contratos de arrendamentos não apresentam materialidade suficiente que ensejariam uma apresentação específica.

As movimentações das obrigações por arrendamento são como segue:

	Prazo médio contratual (anos)	Taxa efetiva a.a. (%)	Saldo em 2019	Adição	Amortização	Juros	Baixa	Saldos em 2020
Arrendamento operacional - Imóveis	4	8,89%	2.570	2.047	(1.247)	(131)	(8)	3.231
<b>Total</b>			<b>2.570</b>					<b>3.231</b>
Passivo Circulante			1.372					1.229
Passivo Não circulante			1.198					2.002

	Prazo médio contratual (anos)	Taxa efetiva a.a. (%)	Adoção inicial em 01/01/2019	Adição	Amortização	Juros	Saldos em 2019
Arrendamento operacional - Imóveis	4	8,89%	3.232	414	(1.340)	264	2.570
Passivo Circulante							1.372
Passivo Não circulante							1.198

Em 31 de dezembro de 2020, os valores de arrendamento operacional, classificados no passivo não circulante, têm seus vencimentos assim programados:

	2020
2023	767
2024	291
Após 2024	944
<b>Total</b>	<b>2.002</b>

## 22. Impostos e Contribuições Sociais

	2020	2019
Imposto s/ Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS <sup>(1)</sup>	103.190	85.104
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	323	185
Contribuição Social sobre o lucro líquido - CSSL	826	66
Contribuições ao PIS e a COFINS	10.584	11.581
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	1.506	1.695
PIS e COFINS sobre atualização efeitos da redução do ICMS	433	-
Outros	6.588	6.126
Parcelamento de impostos <sup>(2)</sup>	37.278	50.517
<b>Total</b>	<b>160.728</b>	<b>155.274</b>
Circulante	77.115	76.690
Não Circulante	83.613	78.584

<sup>(1)</sup> Inclui: (i) R\$37.043 (R\$34.486 em 2019) referente as discussões da não incidência do ICMS sobre a subvenção econômica de baixa renda. O processo encontra-se em andamento tendo a Companhia efetuado mensalmente depósitos judiciais, reconhecidos na respectiva rubrica no ativo não circulante; e (ii) R\$25.386 (R\$17.246 em 2019), referente ao ICMS incidente sobre a TUSD suspenso por liminares. O valor referente ao ICMS incidente sobre a TUSD são contabilizados, em contrapartida, a rubrica de consumidores e concessionárias no ativo não circulante.

<sup>(2)</sup> Parcelamento de Impostos

A Companhia possui parcelamentos ordinários e de dívida ativa junto a Secretaria da Fazenda Estadual de São Paulo de ICMS. Os parcelamentos estaduais são corrigidos de índice próprio do Estado e possuem 29 parcelas a serem liquidadas.

Descrição	2020	2019
ICMS		
Principal	14.458	22.213
Multa	19.844	24.612
Juros	2.976	3.692
<b>Total</b>	<b>37.278</b>	<b>50.517</b>
Circulante	17.313	17.313
Não Circulante	19.965	33.204

Os saldos dos impostos parcelados estão assim programados:

	2020
2021	17.313
2022	15.373
Após 2023	4.592
<b>Total</b>	<b>37.278</b>

### 23. Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS

Em março de 2017 o STF decidiu em repercussão geral (tema 69) e confirmou que o ICMS não compõe a base de cálculo para a incidência do PIS e da COFINS. Contudo, a União Federal apresentou embargos de declaração buscando a modulação dos efeitos e a definição do valor do ICMS que poderá ser excluído da base de cálculo das contribuições.

Em maio de 2020 transitou em julgado no Tribunal Regional Federal da 5ª Região decisão favorável no processo da Companhia de Força e Luz do Oeste, empresa incorporada pela Companhia em 2017.

Amparada nas avaliações de seus assessores legais e baseando na melhor estimativa da Administração, a Companhia constituiu Tributos a recuperar de PIS e de COFINS no ativo não circulante de R\$29.729 e passivo não circulante de R\$29.265, que estão líquido de honorários devidos aos advogados e de tributos. A constituição do passivo decorre do entendimento que os montantes a serem recebidos como créditos fiscais das contribuições deverão ser integralmente repassados aos consumidores nos termos das normas regulatórias do setor elétrico. O repasse aos consumidores dependerá do efetivo aproveitamento do crédito tributário pela Companhia e será efetuado conforme normas da Receita Federal do Brasil e regulatórias, da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, ainda pendentes de edição

Eventual mudança, ou limitação, do entendimento do STF, decorrente do julgamento dos embargos de declaração pelo STF, refletirá nos valores de ativo e passivo constituídos e, conseqüentemente, nos valores que serão repassados pela Companhia aos consumidores na forma que vier a definir norma regulatória específica a ser editada pela ANEEL.

O resumo dos impactos são como segue:

	2020	
	Ativo	Passivo
Tributos a recuperar PIS e COFINS - Efeitos da redução do ICMS	29.729	-
Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS (*)	-	29.265
<b>Total do ativo e passivo não circulante</b>	<b>29.729</b>	<b>29.265</b>

Demonstração do resultado do exercício	2020
<b>Receita operacional bruta</b>	
Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS - outros passivos	(20.427)
Efeitos da redução do ICMS na base de cálculo PIS e COFINS - tributos a recuperar	20.427
<b>Resultado financeiro</b>	
<b>Outras Receitas financeiras</b>	
Atualização dos Tributos a recuperar PIS e COFINS - Efeitos da redução do ICMS	9.302
<b>Outras Despesas financeiras</b>	
Atualização dos Outros passivos Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS	(9.302)
<b>Resultado apurado</b>	<b>-</b>

(\*) Deduzidos de R\$464, referente aos custos com advogados e tributos.

## 24. Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos em andamento em tribunais e órgãos governamentais. Tais processos decorrem do desenvolvimento normal das suas atividades, envolvendo matéria cível, trabalhista, fiscal e regulatória.

### Perdas Prováveis

Uma provisão é reconhecida quando a obrigação for considerada provável pelos assessores jurídicos da Companhia. A contrapartida da obrigação é uma despesa do exercício. Essa obrigação pode ser mensurada com razoável certeza e é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais considerada provável, ou baixada quando a obrigação for liquidada. Por sua natureza, os processos judiciais serão resolvidos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer.

Tipicamente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos resultados dos eventos futuros.

Segue demonstrativo da movimentação das provisões com as perdas prováveis:

	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Regulatórias	2020	2019
<b>Saldo final -2019 e 2018</b>	<b>10.398</b>	<b>6.561</b>	<b>187</b>	<b>4.108</b>	<b>21.254</b>	<b>16.224</b>
onstituições de provisões	5.154	6.595	1.517	-	13.266	14.081
Reversões de provisões	(3.053)	(636)	(998)	(8)	(4.695)	(4.315)
Pagamentos realizados	(3.105)	(2.970)	-	-	(6.075)	(5.631)
Atualização monetária	402	373	57	805	1.637	895
<b>Saldo final -2020 e 2019</b>	<b>9.796</b>	<b>9.923</b>	<b>763</b>	<b>4.905</b>	<b>25.387</b>	<b>21.254</b>
Cauções e depósitos vinculados <sup>(*)</sup>					(3.319)	(2.526)

(\*) A Companhia possui cauções e depósitos judiciais no ativo não circulante, no montante de R\$67.144 (R\$52.410 em 2019). Deste total, R\$43.845 (R\$38.407 em 2019) corresponde aos depósitos referente ao ICMS incidente sobre a subvenção econômica de baixa renda que encontra-se em discussões judiciais, com contrapartida reconhecida na rubrica de impostos e contribuições sociais, e R\$19.980 (R\$11.477 em 2019) não possuem provisões para riscos em face do prognóstico de êxito ser possível ou remoto.

- **Trabalhistas**

Nas ações trabalhistas discute-se principalmente de horas extras, adicional de periculosidade, sobreaviso, ações relacionadas a ex-empregados de prestadores de serviços contratados pela Companhia, reclamando verbas rescisórias e vínculo empregatício.

- **Cíveis**

Nos processos cíveis discute-se principalmente indenizações (i) revisão ou o cancelamento de faturas de energia elétrica; (ii) indenizações por danos materiais e morais decorrentes da suspensão do fornecimento da energia elétrica por falta de pagamento, irregularidades no aparelho de medição, variações de tensão elétrica, falta momentânea de energia e acidentes na rede elétrica.

- **Fiscais**

Ação ordinária de natureza fiscal envolvendo discussão sobre IUEE.

- **Regulatórias**

Processos de contingências regulatórias junto à ANEEL, referente a susposto descumprimento de preceito regulatório.

A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião dos seus consultores jurídicos foram provisionados todos os processos judiciais, cuja probabilidade de desembolso futuro foi estimada como provável.

### Perdas Possíveis

A Companhia possui processos de naturezas trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias em andamento, cuja probabilidade de perda foi estimada pelos consultores jurídicos como possível, não requerendo a constituição de provisão.

Segue demonstrativo da movimentação das provisões com as perdas possíveis:

	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Regulatórias	2020	2019
Saldo final -2019 e 2018	26.404	45.770	56.620	2.882	131.676	143.887
Novos processos	5.991	22.423	9.669	-	38.083	22.253
Mudança de prognóstico e valor pedido	518	(33.563)	1.467	-	(31.578)	1.349
Encerramento	(3.111)	(4.115)	(21.571)	-	(28.797)	(42.067)
Atualização Monetária	1.241	1.419	1.481	86	4.227	6.254
Saldo final -2020 e 2019	31.043	31.934	47.666	2.968	113.611	131.676

Seguem os comentários de nossos consultores jurídicos referentes às ações consideradas com risco possível:

- **Trabalhistas**

Ações judiciais de natureza trabalhistas referem-se aos seguintes objetos: discussões de empregados que requerem recebimento de horas extras, sobreaviso, verbas rescisórias, bem como ações de ex-empregados de prestadores de serviços contratados, reclamando horas extras, sobreaviso e verbas rescisórias/contratuais.

- **Cíveis**

As ações judiciais de natureza cível, têm majoritariamente os seguintes objetos: (i) revisão ou o cancelamento de faturas de energia elétrica; (ii) indenizações por danos materiais e morais decorrentes da suspensão do

fornecimento de energia elétrica por falta de pagamento, por irregularidades nos aparelhos de medição, de variações de tensão elétrica, falta momentânea de energia, acidentes na rede e danos elétricos.

- **Fiscais**

As ações de natureza fiscais e tributárias referem-se basicamente a discussões sobre: (i) multa ICMS relativo ao fornecimento de energia à consumidores residenciais pertencentes à Subclasse Baixa Renda, no período de fevereiro de 2008 a outubro de 2013; cobrança ICMS decorrente do recebimento de valores de subvenção econômica no período de 2002 a 2005; (ii) taxa de fiscalização, (iii) saldo negativo de IRPJ e (iv) CSLL.

- **Regulatórias**

Processos de contingências regulatórias decorrente de Autos de Infração oriundos de fiscalização regular da ANEEL.

## 25. Encargos setoriais

	2020	2019
Fundo Nacional Desenvolvimento Científico Tecnológico - FNDCT <sup>(1)</sup>	663	580
Ministério de Minas e Energia - MME <sup>(1)</sup>	312	270
Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica - PROCEL <sup>(1)</sup>	878	3.140
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D <sup>(1)</sup>	18.680	23.840
Programa de Eficiência Energética - PEE <sup>(1)</sup>	36.257	38.651
<b>Total</b>	<b>56.790</b>	<b>66.481</b>
Circulante	23.621	34.418
Não circulante	33.169	32.063

<sup>(1)</sup> Os encargos setoriais correspondem a 1% da receita operacional líquida e visam financiar e a combater o desperdício de energia elétrica e o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico relacionado aos Programas de Eficiência Energética (PEE) e Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). Os gastos realizados com os projetos de PEE e P&D estão registrados na rubrica de serviços em curso até o final dos projetos, quando são encerrados contra os recursos do programa, enquanto a realização das obrigações por aquisição de ativo intangível, tem como contrapartida obrigações especiais.

## 26. Outros passivos

	2020	2019
Salários a pagar	708	641
Participações empregados	8.247	5.896
Entidade seguradora	714	752
Retenção de caução contratual empreiteiras	2.824	2.292
Adiantamentos de consumidores	28.163	6.089
Incorporação de redes	3.241	3.417
Taxas - Faturamento	1.561	1.559
Repasse - Doação	243	298
Outras contas a pagar	3.617	3.685
<b>Total</b>	<b>49.318</b>	<b>24.629</b>
Circulante	46.006	21.798
Não circulante	3.312	2.831

## 27. Patrimônio líquido

### 27.1 Capital Social

O capital social, subscrito e integralizado é de R\$534.717 (R\$534.717 em 2019) está representado por 97.112 ações ordinárias (97.112 em 2019) todas nominativas sem valor nominal.

### 27.2 Reserva de Capital

Refere-se a implementação do Programa de Remuneração Variável através de concessão de ações, denominada Incentivo de Longo Prazo (ILP) no montante de R\$662 (R\$220 em 2019). (vide nota explicativa nº12)

### 27.3 Reserva de lucros - reserva legal

Constituída com 5% do lucro líquido do exercício antes de qualquer outra destinação e limitada a 20% do capital social de acordo com a o artigo 193 da Lei 6.404/76.

### 27.4 Dividendos

O Estatuto Social determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76 e permite a distribuição de dividendos apurados com base em resultados intermediários.

A Administração está propondo a seguinte distribuição de dividendos:

	2020	2019
Lucro líquido do exercício	124.308	116.087
Dividendos prescritos	21	1.147
Reserva legal (5%)	(6.215)	(5.804)
<b>Lucro líquido ajustado</b>	<b>118.114</b>	<b>111.430</b>
<b>Dividendos obrigatórios (25%)</b>	<b>29.528</b>	<b>27.858</b>
. Valores pagos em 25 de março de 2020 - correspondem a R\$230,926647891 por ação ordinária <sup>(1)</sup>	22.425	-
. Dividendos a pagar - correspondem a R\$73,14069991 por ação ordinária	7.103	-
. Dividendos adicionais propostos - correspondem a R\$912,202043208 (R\$488,768169536 em 2019) por ação ordinária <sup>(2)</sup>	88.586	47.465
. Valores pagos em 26 de junho de 2019 - R\$305,904647417 por ação ordinária	-	29.707
. Valores pagos em 21 de agosto de 2019 - R\$207,767364074 por ação ordinária	-	20.177
. Valores pagos em 13 de novembro de 2019 - R\$145,00 por ação ordinária	-	14.081
<b>Total dos dividendos</b>	<b>118.114</b>	<b>111.430</b>
% sobre o lucro líquido ajustado	100%	100%

(1) O Conselho de Administração aprovou em 25 de março de 2020, a distribuição de dividendos intercalares apurados no balanço intermediário levantado pela Companhia até 29 de fevereiro de 2020.

(2) Os dividendos adicionais propostos declarados com montantes superiores aos dividendos mínimos obrigatórios após o exercício contábil a que se refere às demonstrações financeiras, por não se constituírem uma obrigação presente, são apresentados destacados no patrimônio líquido, não sendo constituído o respectivo passivo até sua efetiva aprovação, de acordo com as normas do ICPC-08, e serão pagos em data a ser definida em RCA.

## 27.5 Outros resultados abrangentes

Refere-se a contabilização do plano de benefício pós emprego, líquidos de impostos. Os referidos saldos estão contabilizados como Outros resultados abrangentes em atendimento ao CPC 26 - Apresentação das demonstrações contábeis.

Segue movimentação ocorrida nos exercícios:

	2020	2019
Saldo inicial - 2019 e 2018	(44.220)	(16.264)
Ganho e perda atuarial - benefícios pós emprego	1.774	(42.358)
Tributos sobre ganho e perda atuarial - benefícios pós emprego	(604)	14.402
Saldo final - 2020 e 2019	(43.050)	(44.220)

## 28. Receita operacional

	2020			2019		
	Fora do escopo dos auditores independentes		R\$	Fora do escopo dos auditores independentes		R\$
	Nº de Consumidores	MWh		Nº de Consumidores	MWh	
Residencial	697.446	1.565.452	1.030.173	679.385	1.512.316	1.011.929
Industrial	3.968	310.075	194.974	4.024	339.454	214.008
Comercial	61.982	668.640	446.176	61.592	751.896	501.036
Rural	46.905	356.259	161.880	46.060	332.862	145.271
Poder público	6.874	97.195	62.385	6.736	122.230	77.368
Iluminação pública	664	184.989	67.775	636	191.332	72.079
Serviço público	1.237	166.266	91.319	1.202	163.175	87.677
Consumo próprio	180	3.703	-	176	3.910	-
<b>Subtotal</b>	<b>819.256</b>	<b>3.352.579</b>	<b>2.054.682</b>	<b>799.811</b>	<b>3.417.175</b>	<b>2.109.368</b>
Suprimento de energia a concessionárias	-	199.546	30.181	-	261.710	82.704
Fornecimento não faturado líquido	-	3.150	24.175	-	1.721	18.614
Disponibilidade do sistema de transmissão e de distribuição	227	-	267.876	181	-	234.154
Receita de construção de infraestrutura <sup>(1)</sup>	-	-	177.939	-	-	137.833
Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS - outros passivos	-	-	(20.427)	-	-	-
Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS - tributos a recuperar	-	-	20.427	-	-	-
Penalidades regulatórias	-	-	(1.287)	-	-	(1.530)
Receita de Ativo Financeiro Indenizável da Concessão	-	-	2.807	-	-	2.069
Constituição e amortização - CVA ativa e passiva	-	-	70.499	-	-	(12.923)
Subvenções vinculadas ao serviço concedido	-	-	120.387	-	-	131.683
Outras receitas operacionais	-	-	34.720	-	-	33.213
<b>Total - receita operacional bruta</b>	<b>819.483</b>	<b>3.555.275</b>	<b>2.781.979</b>	<b>799.992</b>	<b>3.680.606</b>	<b>2.735.185</b>
<b>Deduções da receita operacional</b>						
ICMS	-	-	481.573	-	-	484.712
PIS	-	-	42.592	-	-	42.576
COFINS	-	-	196.183	-	-	196.108
ISS	-	-	20	-	-	20
Deduções Bandeiras Tarifárias - CCRBT <sup>(2)</sup>	-	-	(7.212)	-	-	(5.227)
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	6.468	-	-	6.361
Encargos de consumidor - Procel	-	-	1.617	-	-	1.590
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	225.954	-	-	249.565
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	-	-	3.234	-	-	3.183

	2020			2019		
	Fora do escopo dos auditores independentes		R\$	Fora do escopo dos auditores independentes		R\$
	Nº de Consumidores	MWh		Nº de Consumidores	MWh	
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológicos - FNDCT	-	-	3.234	-	-	3.183
Ministério das Minas e Energia - MME	-	-	1.617	-	-	1.590
Taxa de Fiscalização	-	-	-	-	-	-
ação dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	-	-	1.962	-	-	1.914
<b>Total - deduções receita operacional</b>	-	-	<b>957.242</b>	-	-	<b>985.575</b>
<b>Total - receita operacional líquida</b>	<b>819.483</b>	<b>3.555.275</b>	<b>1.824.737</b>	<b>799.992</b>	<b>3.680.606</b>	<b>1.749.610</b>

- (1) **Receita de construção de infraestrutura** - está representada pelo mesmo montante em custo de construção de infraestrutura. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 - Contratos de Concessão e correspondem a custo de construção de obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica.
- (2) **Bandeira tarifária** - a partir de janeiro de 2015, as contas de energia tiveram a aplicação do Sistema de Bandeiras Tarifárias, que tem por objetivo equilibrar a exposição da distribuidora aos custos de curto prazo na geração de energia. O acionamento da bandeira tarifária é sinalizado mensalmente pela ANEEL por meio de nota técnica, e os recursos provenientes da aplicação da bandeira tarifária podem ser totais ou parcialmente revertidos à CCRBT, conforme despacho mensalmente divulgado pela ANEEL.

As receitas auferidas pela Companhia referentes as bandeiras tarifárias no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foram de R\$16.163 (R\$49.751 em 2019), tendo sido recebido à Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias - CCRBT o montante de R\$7.212 (R\$5.277 em 2019). Dessa forma, o efeito líquido das bandeiras tarifárias no resultado da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$23.375 (R\$54.978 em 2019).

## 29. Custos e despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais especificados na Demonstração do Resultado do Exercício, possuem a seguinte composição por natureza de gastos:

Natureza do gasto	Custo do serviço			Despesas Operacionais Gerais e administrativas	Total	
	Com energia elétrica	De operação	Prestado a terceiros		2020	2019
Energia elétrica comprada para revenda	901.094	-	-	-	901.094	914.439
Encargo de uso - sistema de transmissão e distribuição	268.961	-	-	-	268.961	227.343
Pessoal e administradores	-	74.576	10	14.258	88.844	93.341
Programa de Remuneração Variável (ILP)	-	-	-	442	442	129
Benefício pós-emprego	-	1.064	-	(10.056)	(8.992)	3.502
Material	-	8.880	12	5.799	14.691	15.003
Serviços de terceiros	-	32.597	-	55.470	88.067	102.343
Amortização e depreciação	-	53.478	-	5.049	58.527	54.134
Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa	-	7.813	-	-	7.813	2.226
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórios	-	-	-	2.496	2.496	4.135
Custo de construção	-	-	177.939	-	177.939	137.833
Outros	-	3.465	-	8.233	11.698	13.111
	<b>1.170.055</b>	<b>181.873</b>	<b>177.961</b>	<b>81.691</b>	<b>1.611.580</b>	<b>1.567.539</b>

## Energia Elétrica comprada para revenda

	MWH <sup>(2)</sup>		Energia elétrica comprada p/revenda	
	2020	2019	2020	2019
Energia de Itaipú - Binacional	772.059	772.651	287.374	225.060
Energia de Leilão	1.453.001	1.567.515	276.057	320.341
Energia Bilateral	586.260	587.404	131.380	126.299
Cotas de Angra Resolução Normativa nº530/2012	144.323	145.154	40.787	33.576
Energia de curto prazo - CCEE <sup>(1)</sup>	20.237	53.527	79.469	133.567
Cotas Garantia Física Resolução Homologatória nº 1410/2013	939.587	900.437	128.772	122.336
Programa Incentivo Fontes Alternativas Energia - PROINFA	80.716	80.816	31.396	37.848
Energia de reserva - ERR	-	-	17.658	8.619
(-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo	-	-	(91.799)	(93.207)
<b>Total</b>	<b>3.996.184</b>	<b>4.107.504</b>	<b>901.094</b>	<b>914.439</b>

(1) Inclui nesta linha demais custos na CCEE tais como, efeitos dos CCEARs, liminares/ajuste de energia leilão, e Encargos de Serviços do Sistema-ESS.

(2) Informações fora do escopo dos auditores independentes.

## 30. Outros resultados

	2020	2019
Ganho na desativação/alienação de bens/direitos	1.403	6.933
Outros	3.366	2.096
	<b>4.769</b>	<b>9.029</b>
Perdas na desativação/alienação de bens e direitos	(4.019)	(7.907)
Outros	(2.736)	(728)
	<b>(6.755)</b>	<b>(8.635)</b>
<b>Total</b>	<b>(1.986)</b>	<b>394</b>

## 31. Receitas e despesas financeiras

	2020	2019
<b>Receitas financeiras</b>		
Receita de aplicações financeiras	4.535	7.173
Juros ativos	2.127	2.173
Varição monetária e acréscimo moratório de energia vendida	23.305	21.033
Juros de energia vendida - CCEE	412	440
Atualização financeira - ativos financeiros setoriais	1.677	2.941
Juros Selic s/impostos a recuperar	3.571	592
Atualização depósito judicial	3.002	2.633
Recuperação de crédito CDE/CCEE	2.762	14.871
(-) Tributos sobre receitas financeiras - PIS/COFINS	(2.718)	(2.641)
Efeitos da redução do ICMS da base de PIS e COFINS (Nota explicativa 23)	9.302	-
Outras	7.767	4.936
<b>Total receitas financeiras</b>	<b>55.742</b>	<b>54.151</b>
<b>Despesas Financeiras</b>		
Encargos de dívidas - juros	(27.865)	(31.861)
Encargos de dívidas, juros - Variação Cambial	(171.184)	(18.787)
Marcação a mercado da dívida	(1.938)	(10.821)
Juros e Multas	(17.483)	(14.371)
Ajuste a valor presente	487	(67)

	2020	2019
Instrumentos financeiros derivativos	168.962	8.557
Despesas Bancárias/IOF	(2.646)	(1.847)
Atualização saldo à aplicar de P&D e PEE	(818)	(2.365)
Marcação a mercado derivativos	1.952	10.867
Atualização financeira - passivos financeiros setoriais	(427)	(1.111)
Variação monetária de provisão para riscos	(1.637)	(895)
Transferência para ordens em curso	593	400
Variações Monetárias	(7.941)	-
AVP Celpa	(2.047)	-
Efeitos da redução do ICMS da base de PIS e COFINS (Nota explicativa 23)	(9.302)	-
Despesa Financeira plano de saúde - Atuário	(4.236)	(1.452)
Outras	(3.995)	-
<b>Total despesas financeiras</b>	<b>(79.525)</b>	<b>(63.753)</b>
<b>Despesas financeiras líquidas</b>	<b>(23.783)</b>	<b>(9.602)</b>

### 32. Lucro por ação

Cálculo de lucros por ação (em milhares de reais, exceto lucro líquido básico por ação):

	2020	2019
Lucro líquido do exercício	124.308	116.087
Média ponderada de ações ordinárias	97	97
<b>Lucro líquido básico por ação ordinária (*) - R\$</b>	<b>1.281,53</b>	<b>1.196,77</b>

(\*) A Companhia não possui instrumento diluidor

### 33. Cobertura de seguros

A política de seguros da Companhia baseia-se na contratação de seguros com coberturas bem dimensionadas, consideradas suficientes para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações em que seja civilmente responsável pelos danos involuntários, materiais e/ou corporais causados a terceiros decorrentes de suas operações, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo dos nossos auditores independentes.

As principais coberturas são:

Ramos	Data de Vencimento	Importância Segurada	Prêmio Anual	
			2020	2019
Riscos Operacionais	22/11/2021	90.000	485	633
Responsabilidade Civil Geral	23/11/2021	90.000	305	315
Frota - Danos Materiais, Corporais e Morais a Terceiros	23/10/2021	Até R\$360 / veículo	47	136
Vida em Grupo Acidentes Pessoais (*)	31/01/2023	51.372	153	119
Responsabilidade Civil de Administradores e Diretores (D&O)	05/03/2022	75.000	32	30
Transporte Nacional	04/04/2021	Até R\$ 2.000/viagem	13	5
Responsabilidade do Explorador ou Transporte - R.E.T.A (Drones)	12/01/2022	883/drone	3	4
			<b>1.022</b>	<b>1.242</b>

(\*) Importância Segurada relativa ao mês de janeiro/2021 e projeção de prêmio anualizado.

## 34. Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

### Hierarquia de valor justo

Os diferentes níveis foram assim definidos:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Em função de a Companhia ter classificado o ativo financeiro indenizável da concessão como melhor estimativa de valor justo por meio do resultado, os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3. A movimentação e as respectivas atualizações no resultado do exercício foram de R\$2.807 (R\$2.069 em 2019), assim como as principais premissas utilizadas, estão divulgadas na nota explicativa nº 14.

Abaixo, são comparados os valores contábeis, valor justo e os níveis hierárquicos dos principais ativos e passivos financeiros:

ATIVO	Nível	2020		2019	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
<b>Custo amortizado</b>					
Caixa e equivalente de caixa		69.229	69.229	41.789	41.789
Consumidores e concessionárias		399.756	399.756	333.971	333.971
Títulos de crédito a receber		2.349	2.349	3.031	3.031
Ativos financeiros setoriais		82.907	82.907	158.843	158.843
		<b>554.241</b>	<b>554.241</b>	<b>537.634</b>	<b>537.634</b>
<b>Valor justo por meio do resultado</b>					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	2	246.670	246.670	128.144	128.144
Ativo financeiro indenizável da concessão	3	101.425	101.425	62.080	62.080
Instrumentos financeiros derivativos	2	212.608	212.608	80.188	80.188
		<b>560.703</b>	<b>560.703</b>	<b>270.412</b>	<b>270.412</b>

PASSIVO	Nível	2020		2019	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor Justo
<b>Custo amortizado</b>					
Fornecedores		262.255	262.255	212.726	212.726
Empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos de dívidas		1.007.316	1.006.393	787.897	786.572
Arrendamento operacional		3.231	3.231	2.570	2.570
Passivos financeiros setoriais		57.038	57.038	90.866	90.866
		<b>1.329.840</b>	<b>1.328.917</b>	<b>1.094.059</b>	<b>1.092.734</b>
<b>Valor justo por meio do resultado</b>					
Instrumentos financeiros derivativos	2	4.874	4.874	8.503	8.503
		<b>4.874</b>	<b>4.874</b>	<b>8.503</b>	<b>8.503</b>

## Derivativos

O valor justo estimado de ativos e passivos financeiros foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliação.

A Companhia tem como política o gerenciamento dos riscos, evitando assumir posições relevantes expostas a flutuações de valor justo. Nesse sentido, buscam operar instrumentos que permitam maior controle de riscos. Os contratos de derivativos são efetuados com operações de swap e opções envolvendo juros e taxa de câmbio, visando eliminar a exposição à variação cambial além de adequação do custo das dívidas de acordo com o direcionamento do mercado.

As operações de proteção contra variações cambiais adversas requerem monitoramento constante, de forma a preservar a eficiência das suas estruturas. As operações vigentes são passíveis de reestruturação a qualquer tempo e podem ser objeto de operações complementares ou reversas, visando reduzir eventuais riscos de perdas relevantes.

### “Hedge Accounting”

Em 01 de julho de 2015, a Companhia efetuou a designação formal de parte de suas operações de proteção do tipo “swap” (instrumento de “hedge”) para troca de variação cambial e juros, para variação do CDI como “hedge accounting”. Em 31 de dezembro de 2020 essas operações, assim como as dívidas (objeto do “hedge”) estão sendo avaliadas de acordo com a contabilidade de “hedge” de valor justo. Em tais designações de “hedge” a Companhia documentou: (i) a relação de “hedge”; (ii) o objetivo e estratégia de gerenciamento de risco; (iii) a identificação do instrumento financeiro; (iv) o objeto ou transação coberta; (v) a natureza do risco a ser coberto; (vi) a descrição da relação de cobertura; (vii) a demonstração da correlação entre o “hedge” e o objeto de cobertura; e (viii) a demonstração da efetividade do “hedge”.

Os contratos de “swap” são designados e efetivos como “hedge” de valor justo em relação à taxa de juros e/ou variação cambial, quando aplicável. Durante o exercício, o “hedge” foi altamente efetivo na exposição do valor justo às mudanças de taxas de juros e, como consequência, o valor contábil das dívidas designadas como “hedge” foi impactado em R\$1.518 (R\$11.635 em 2019) e reconhecido no resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de “swap” de taxa de juros era reconhecido no resultado.

### Fair Value Option

A Companhia optou pela designação formal de novas operações de dívidas contratadas no exercício, para as quais a Companhia possui instrumentos financeiros derivativos de proteção do tipo “swap” para troca de variação cambial e juros, como mensuradas ao valor justo. A opção pelo valor justo (“Fair Value Option”) tem o intuito de eliminar ou reduzir uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento de determinados passivos, no qual de outra forma, surgiria. Assim, tanto os “swaps” quanto as respectivas dívidas passam a ser mensuradas ao valor justo e tal opção é irrevogável, bem como deve ser efetuada apenas no registro contábil inicial da operação. Em 31 de dezembro de 2020, tais dívidas e derivativos, assim como os demais ativos e passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado tem quaisquer ganhos ou perdas resultantes de sua re-mensuração reconhecidos no resultado da Companhia.

Durante o exercício, o valor contábil das dívidas designadas como “Fair Value Option” foi impactado em R\$420 (R\$814 em 2019) e reconhecido como resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de “swap” de taxa de juros era reconhecido no resultado.

A Companhia não possui avaliação de risco de crédito ou instrumento derivativo contratado para esta exposição. Na avaliação da Companhia, a alteração do risco de crédito não tem impacto significativo.

## Incertezas

Os valores foram estimados na data do balanço, baseados em informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações, entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos

dados de mercado para produzir a estimativa mais adequada do valor justo. Como consequência, as estimativas utilizadas e apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

### Administração financeira de risco

O Conselho de Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia.

A gestão de risco da Companhia visa identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. As políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisadas regularmente, a fim de avaliar mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A partir da entrada da Energisa como acionista controladora da Rede Energia, a Diretoria adotou como prática reportar mensalmente a performance orçamentária e os fatores de riscos que envolvem a Companhia.

A Companhia conta com serviços de empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos. Este trabalho permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, visando menores riscos e melhor resultado financeiro.

### Gestão de Risco de Capital

O índice de endividamento no final do exercício é como segue:

	2020	2019
Dívida (*)	1.007.316	787.897
Caixa e equivalentes de caixa	(69.229)	(41.789)
<b>Dívida líquida</b>	<b>938.087</b>	<b>746.108</b>
Patrimônio líquido	601.663	552.715
<b>Índice de endividamento líquido</b>	<b>1,56</b>	<b>1,35</b>

(\*) A dívida é definida como empréstimos, financiamentos, debêntures de curto e longo prazos e encargos de dívidas (excluindo derivativos e contratos de garantia financeira), conforme detalhado nas notas explicativas nº 19 e 20.

#### a) Risco de liquidez

A Administração, através do fluxo de caixa projetado, programa suas obrigações que geram passivos financeiros ao fluxo de seus recebimentos ou de fontes de financiamentos de forma a garantir o máximo possível a liquidez, para cumprir com suas obrigações, evitando inadimplências que prejudiquem o andamento das operações da Companhia.

A seguir, apresentamos a estratificação dos passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados. Não é esperado que possa ocorrer alterações significativas nos fluxos de caixa incluídos nesta análise.

	Taxa média de juros efetiva ponderada (%) meses	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores		256.282	-	-	-	5.973	262.255
Empréstimos e financiamentos, debêntures e encargos de dívidas	3,16%	91.343	145.033	537.825	207.515	93.654	1.075.370
Instrumentos Financeiros Derivativos		(17.179)	(20.799)	(147.890)	(20.933)	(933)	(207.734)
<b>Total</b>		<b>330.446</b>	<b>124.234</b>	<b>389.935</b>	<b>186.582</b>	<b>98.694</b>	<b>1.129.891</b>

O risco de liquidez representa o risco da Companhia enfrentar dificuldades para cumprir suas obrigações relacionadas aos passivos financeiros. A Companhia monitora o risco de liquidez mantendo investimentos prontamente conversíveis para atender suas obrigações e compromissos, e também se antecipando para futuras necessidades de caixa.

Pelo modelo energético brasileiro, a energia elétrica adquirida pela Companhia é produzida majoritariamente por usinas hidrelétricas. Um período de escassez prolongado de chuvas, pode ocasionar, uma redução relevante nos níveis dos reservatórios das usinas, obrigando o acionamento de termelétricas o que pode ocasionar aumento de custos para as distribuidoras. Este cenário pode provocar uma pressão no caixa das distribuidoras a curto prazo, fazendo com que medidas governamentais de equilíbrio ao sistema sejam implementadas, como aumento nas tarifas futuras e de bandeiras tarifárias. Estas ações, aliadas ao constante monitoramento dos compromissos assumidos pela Companhia em seus contratos de compra de energia, reduzem a exposição da distribuidora quanto a variação no custo da energia.

#### b) Risco de crédito

A Administração avalia que os riscos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos são reduzidos, em função de não haver concentração e as operações serem realizadas com bancos de percepção de risco aderentes à “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro” do Grupo Energisa.

O risco de crédito é representado por contas a receber de consumidores e concessionárias, o que, no entanto, é atenuado por vendas a uma base pulverizada de clientes e por prerrogativas legais para suspensão da prestação de serviços a maioria dos clientes inadimplentes. Adicionalmente, parte dos valores a receber relativos às transações de venda, compra de energia e encargos de serviço do sistema, realizados no âmbito da CCEE, está sujeita a modificações, dependendo de decisões de processos judiciais ainda em andamento, movidos por algumas empresas do setor. Esses processos decorrem da interpretação de regras do mercado, vigentes entre junho de 2001 e fevereiro de 2002, período do Programa Emergencial de Redução de Energia Elétrica.

O ativo financeiro indenizável da concessão que corresponde a parcela estimada do capital investido na infraestrutura do serviço público que não será totalmente amortizada até o final da concessão, será um direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura.

Para os ativos financeiros setoriais referem-se aos ativos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados da Parcela A e outros componentes financeiros, constitui um direito a receber da Companhia. Esses valores são efetivamente liquidados por ocasião dos próximos períodos tarifários ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção por qualquer motivo da concessão.

#### Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito, conforme apresentado abaixo:

	Nota	2020	2019
Caixa e equivalentes de caixa	5.1	69.229	41.789
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	5.2	246.670	128.144
Consumidores e concessionárias	6	399.756	333.971
Títulos de crédito a receber	7	2.349	3.031
Ativos financeiros setoriais	10	<b>82.907</b>	158.843
Ativo financeiro indenizável da concessão	14	101.425	62.080
Instrumentos financeiros derivativos	34	212.608	80.188

### c) Risco de mercado: taxa de juros e de câmbio

Parte dos empréstimos e financiamentos em moeda nacional, apresentados na nota explicativa nº 19, é composta de financiamentos obtidos junto a diversos agentes de fomento nacional (Eletrobrás e BNDES) e outras instituições do mercado de capitais. A taxa de juros é definida por estes agentes, levando em conta os juros básicos, o prêmio de risco compatível com as empresas financiadas, suas garantias e o setor no qual estão inseridas. Na impossibilidade de buscar alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, em face dos negócios e às peculiaridades setoriais, esses são mensurados pelo “método do custo amortizado” com base em suas taxas contratuais.

Os resultados da Companhia são suscetíveis a variações dos passivos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente ao dólar norte-americano. A taxa de câmbio do dólar norte-americano encerrou o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 com alta de 28,93% sobre 2019, cotado a R\$5,1967/USD. A volatilidade do dólar norte-americano em 31 de dezembro de 2020 era de 17,28%, enquanto em 2019 era de 10,37%. A taxa de câmbio do euro encerrou o exercício findo 31 de dezembro de 2020 com alta de 40,78% sobre 2019, cotado a R\$6,3779/Euro. A volatilidade do Euro era de 16,27% em 31 de dezembro de 2020.

Do montante das dívidas bancárias e de emissões da Companhia em 31 de dezembro de 2020, excluídos os efeitos dos custos a apropriar, de R\$1.012.138 (R\$791.821 em 2019), R\$568.192 (R\$484.677 em 2019) estão representados em moedas estrangeiras.

Os empréstimos em moeda estrangeira têm vencimento de longo prazo (último vencimento em janeiro de 2023) e custo máximo de 2,19% ao ano mais variação cambial.

Em 31 de dezembro de 2020, a marcação a mercado e instrumentos financeiros derivativos atrelados ao câmbio e aos juros, originados da combinação de fatores usualmente adotados para precificação a mercado de instrumentos dessa natureza, como volatilidade, cupom cambial, taxa de juros e cotação das moedas estrangeiras se apresentam conforme segue.

	2020	2019
Ativo circulante	42.852	20.816
Ativo não circulante	169.756	59.372
<b>Total do ativo</b>	<b>212.608</b>	<b>80.188</b>
Passivo circulante	4.874	8.503
<b>Total do passivo</b>	<b>4.874</b>	<b>8.503</b>

Não se trata de valores materializados, pois refletem os valores da reversão dos derivativos na data de apuração, o que não corresponde ao objetivo de proteção das operações de “hedge” e não reflete a expectativa da Administração

A Companhia possui proteção contra variação cambial adversa de 100% dos financiamentos atrelados à moedas estrangeiras, protegendo o valor principal e dos juros até o vencimento. As proteções acima estão divididas nos instrumentos descritos a seguir:

Operação	Notional (USD)	Custo Financeiro (% a.a.)		Vencimento	Designação
		Ponta Ativa	Ponta Passiva		
Resolução 4131 - Citibank	6.857	(Libor + 1,70%) x 117,65%	CDI + 1,53%	21/06/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	6.857	(Libor + 1,80%)	CDI + 1,53%	21/06/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Bank of America	19.704	(LIBOR + 1,20%) x 117,65%	CDI + 0,80%	31/08/2021	Fair Value Option
Resolução 4131 - Bank of America ML	26.675	EURO + 0,85%	CDI + 0,95%	17/01/2023	Fair Value Option
Resolução 4131 - Scotiabank	12.300	USD + 2,584%	CDI + 1,00%	29/12/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Bank of America ML	24.432	EUR + 1,02%	CDI + 0,85%	06/06/2022	Fair Value Option

Adicionalmente, a Companhia possui operações de swap de taxa de juros (taxas pré-fixadas, CDI) associada ao “Notional” de seu endividamento em moeda local (Reais). As operações de swap de juros estão relacionadas a seguir:

Operação	Notional (BRL)	Custo Financeiro (% a.a.)		Vencimento	Designação
		Ponta Ativa	Ponta Passiva		
Itaú BBA X ESS	24.647	IPCA + 5,60%	101,75% CDI	15/06/2022	Fair Value Hedge
Itaú BBA X ESS	18.397	IPCA + 5,60%	101,75% CDI	15/06/2022	Fair Value Hedge
Itaú BBA X ESS	22.121	IPCA + 5,66%	102,65% CDI	17/06/2024	Fair Value Hedge
Itaú BBA X ESS	16.511	IPCA + 5,66%	102,65% CDI	17/06/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X ESS	8.580	IPCA + 4,49%	100,90% CDI	17/10/2022	Fair Value Hedge
JP Morgan X ESS	1.599	IPCA + 4,71%	101,60% CDI	15/10/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X ESS	2.977	IPCA + 5,11%	103,50% CDI	15/10/2027	Fair Value Hedge
Itaú BBA x ESS	70.000	IPCA + 5,08%	103,70% CDI	15/09/2025	Fair Value Hedge

De acordo com o CPC 40, apresentam-se abaixo os valores dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia, cujos valores não foram contabilizados como “fair value hedge”:

Fair Value Option	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	2020	2019		2020	2019
Dívida designada para “Fair Value Option”	405.972	443.000	Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	(568.963)	(484.269)
Swap Cambial (Derivativo)	405.972	443.000	<b>Posição Ativa</b>		
			Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	568.963	484.269
			<b>Posição Passiva</b>		
			Taxa de Juros CDI	(407.080)	(446.029)
			<b>Posição Líquida Swap</b>	161.883	38.240
			<b>Posição Líquida Dívida + Swap</b>	<b>(407.080)</b>	<b>(446.029)</b>

A Companhia designa certos instrumentos de “hedge” relacionados a risco com variação cambial e taxa de juros dos empréstimos como “hedge” de valor justo (“fair value hedge”), conforme demonstrado abaixo:

Fair Value hedge”	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	2020	2019		2020	2019
Dívida (Objeto de “hedge”) <sup>(1)</sup>	164.832	164.832	Taxa Pré-Fixada	(211.727)	(201.676)
Swap de Juros (Instrumento de “hedge”)	164.832	164.832	<b>Posição Ativa</b>		
			Taxa Pré-Fixada	212.034	201.956
			<b>Posição Passiva</b>		
			Taxa de Juros CDI	(166.183)	(168.511)
			<b>Posição Líquida Swap</b>	45.851	33.445
			<b>Posição Líquida Dívida + Swap</b>	<b>(165.876)</b>	<b>(168.231)</b>

<sup>(1)</sup> Os empréstimos designados formalmente como “Fair Value hedge” são reconhecidos a valor justo na proporção da parcela efetiva em relação ao risco que está sendo protegido.

O valor justo dos derivativos contratados pela Companhia em 31 de dezembro de 2020 e 2019 foi apurado com base nas cotações de mercado para contratos com condições similares. Suas variações estão diretamente associadas às variações dos saldos das dívidas relacionadas na nota explicativa nº 19 e ao bom desempenho dos mecanismos de proteção utilizados, descritos acima. A Companhia não tem por objetivo liquidar esses contratos antes dos seus vencimentos, bem como possuem expectativa distinta quanto aos resultados apresentados como Valor Justo - conforme abaixo demonstrado. Para uma perfeita gestão, é procedido monitoramento diário, com o intuito de preservar menores riscos e melhores resultados financeiros.

A Marcação a Mercado (MtM) das operações da Companhia foi calculada utilizando metodologia geralmente empregada e conhecida pelo mercado. A metodologia consiste basicamente em calcular o valor futuro das operações, utilizando as taxas acordadas em cada contrato, descontando a valor presente pelas taxas de mercado. No caso das opções, é utilizado para cálculo do MtM uma variante da fórmula de Black & Scholes, destinada ao cálculo do prêmio de opções sobre moeda. Os dados utilizados nesses cálculos foram obtidos de fontes consideradas confiáveis. As taxas de mercado, como a taxa Pré e o Cupom cambial, foram obtidas diretamente do site da BM&F (Taxas de Mercado para Swaps). A taxa de câmbio (Ptax) foi obtida do site do Banco Central. No caso das opções, as volatilidades implícitas também foram obtidas na BM&F.

### Análise de Sensibilidade

De acordo com o CPC 40, a Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais os instrumentos financeiros e derivativos estão expostos, conforme demonstrado:

#### a) Variação cambial

Considerando a manutenção da exposição cambial 31 de dezembro de 2020, com a simulação dos efeitos nas informações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das demonstrações financeiras):

Operação	Exposição	Risco	Cenário I	Cenário II	Cenário III
			(Provável) ( <sup>(1)</sup> )	(Deterioração de 25%)	(Deterioração de 50%)
Dívida Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	(405.972)		(393.686)	(532.855)	(672.024)
Variação Dívida	-		12.286	(126.883)	(266.052)
Swap Cambial					
Posição Ativa					
Instrumentos Financeiros Derivativos - USD e LIBOR	568.963	Alta Câmbio	556.677	695.846	835.015
Variação - USD e LIBOR			(12.286)	126.883	266.052
Posição Passiva	(407.080)		(407.080)	(407.080)	(407.080)
<b>Subtotal</b>	<b>161.883</b>		<b>149.597</b>	<b>288.766</b>	<b>427.935</b>
<b>Total Líquido</b>	<b>(244.089)</b>		<b>(244.089)</b>	<b>(244.089)</b>	<b>(244.089)</b>

(<sup>1</sup>) O cenário provável é calculado a partir da expectativa do câmbio futuro do último boletim Focus divulgado para a data de cálculo. Os cenários de deterioração de 25% e de deterioração de 50% são calculados a partir da curva do cenário provável. Nos cenários a curva de câmbio é impactada, a curva de CDI é mantida constante e a curva de cupom cambial é recalculada. Isto é feito para que a paridade entre spot, CDI, cupom cambial e câmbio futuro seja sempre válida.

Os derivativos no “Cenário Provável”, calculados com base na análise líquida das operações acima apresentadas até o vencimento das mesmas, ajustadas a valor presente pela taxa prefixada brasileira em reais para 31 de dezembro de 2020, atingem seu objetivo, o que é refletido no valor presente negativo de R\$244.089 que serve para mostrar a efetividade da mitigação das variações cambiais adversas das dívidas existentes. Neste sentido, quanto maior a deterioração do câmbio (variável de risco considerada), maiores serão os resultados positivos dos swaps. Por outro lado, com os cenários de deterioração do real frente ao câmbio, de 25% e 50%, o valor presente seria negativo de R\$244.089 em ambos os casos.

## b) Variação das taxas de juros

Considerando a manutenção da exposição às taxas de juros de 31 de dezembro de 2020, com a simulação dos efeitos nas demonstrações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das demonstrações financeiras):

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável)	Cenário II	Cenário III
				Deterioração de 25%	Deterioração de 50%
Dívida Moeda Local - Taxa de Juros	(164.832)		(164.832)	(164.832)	(164.832)
Swap de Juros		Alta CDI			
Posição Ativa					
Instrumentos Financeiros Derivativos - Taxa Pré	212.034		212.034	212.034	212.034
Posição Passiva					
Instrumentos Financeiros Derivativos - CDI	(166.183)		(166.183)	(172.036)	(177.868)
Variação	-		-	(5.853)	(11.685)
<b>Subtotal</b>	<b>45.851</b>		<b>45.851</b>	<b>39.998</b>	<b>34.166</b>
<b>Total Líquido</b>	<b>(118.981)</b>		<b>(118.981)</b>	<b>(124.834)</b>	<b>(130.666)</b>

Considerando que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados às taxas de juros de 31 de dezembro de 2020 seja mantido e que os respectivos indexadores anuais acumulados sejam (CDI = 2,77% ao ano e TJLP = 4,87% ao ano) e caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o resultado financeiro líquido seria impactado em:

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros ativos:					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	291.971	Alta CDI	5.839	7.299	8.759
Instrumentos financeiros passivos:					
Swap	(407.080)	Alta CDI	(8.142)	(10.178)	(12.213)
Empréstimos, financiamentos e debêntures.	(171.548)	Alta CDI	(3.431)	(4.289)	(5.147)
	(272.398)	Alta IPCA	(12.312)	(15.390)	(18.468)
<b>Subtotal (**)</b>	<b>(851.026)</b>		<b>(23.885)</b>	<b>(29.857)</b>	<b>(35.828)</b>
<b>Total (Perdas)</b>	<b>(559.055)</b>		<b>(18.046)</b>	<b>(22.558)</b>	<b>(27.069)</b>

(\*) Considera o CDI de 30 de dezembro de 2021 (2,00% ao ano), cotação das estimativas apresentadas pela recente Pesquisa do BACEN, datada de 31 de dezembro de 2020, IPCA 4,52% ao ano e TR 0,0 ao ano.

(\*\*) Não inclui as operações pré-fixadas no valor de R\$161.112.

## Gerenciamento de risco de liquidez

O risco de liquidez representa o risco de a Companhia enfrentar dificuldades para cumprir suas obrigações relacionadas aos passivos financeiros. A Companhia monitora o risco de liquidez mantendo investimentos prontamente conversíveis para atender suas obrigações e compromissos, se antecipando para futuras necessidades de caixa.

## 35. Benefícios pós-emprego

---

### 35.1 Plano de suplementação de aposentadoria e pensão

A Companhia é patrocinadora de 4 planos de benefícios previdenciários aos seus empregados, um na modalidade de benefício definido, um plano de contribuição variável, um plano exclusivamente para benefícios de risco vinculado a um plano de contribuição variável e um plano de contribuição definida, estando apenas esse último aberto ao ingresso de novos participantes. Os planos de benefício definido, contribuição variável e de risco são avaliados atuarialmente ao final de cada exercício, visando verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos de pagamento atuais e futuros.

A administração dos 4 planos previdenciários é feito pela Energisaprev - Fundação Energisa de Previdência, entidade fechada de previdência complementar, multipatrocinada, constituída como fundação, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, com funcionamento autorizado pela Portaria nº 47, de 24 de outubro de 2003, do Ministério da Previdência Social - Secretaria de Previdência Complementar.

Os planos de benefício patrocinados pela Companhia junto à Energisaprev são:

#### a. Plano de Benefícios Elétricas BD-I:

Instituído em 01 agosto de 1986, encontra-se em extinção desde 31 de dezembro 1998, quando foi bloqueada a adesão de novos participantes. Assegura benefícios suplementares à aposentadoria por tempo de serviço/idade, aposentadoria por invalidez, auxílio-doença, pensão por morte e pecúlio por morte.

O plano está estruturado na forma de Benefício Definido e é custeado pelos Participantes, pelos Assistidos e pelas Patrocinadoras.

#### b. Plano de Benefícios Elétricas-R:

Instituído em 12 de janeiro de 2007, fechado para novas adesões, é estruturado na modalidade de benefício definido. Assegura os seguintes benefícios:

- Suplementação da aposentadoria por invalidez;
- Suplementação do auxílio-doença;
- Suplementação da pensão por morte; e
- Pecúlio por morte.

O plano está estruturado na forma de Benefício Definido.

Para efeitos desta Avaliação e para o cumprimento da Deliberação CVM 695/2012, impõe-se a aferição compartimentada dos compromissos atuariais das despesas com contribuições, dos custos e do ativo do Plano de Benefícios-R, por empresa patrocinadora.

#### c. Plano de Benefícios Elétricas-OP:

Instituído em 01 de janeiro de 1999, fechado para novas adesões, é estruturado na modalidade de contribuição variável.

Durante o prazo de diferimento do benefício, este plano está estruturado na modalidade de Contribuição Definida, podendo o Participante optar por Renda Mensal Financeira ou Renda Mensal Vitalícia, esta última vinculada ao montante financeiro das contribuições acumuladas a favor do Participante.

A Renda Mensal Vitalícia, uma vez iniciada, é atualizada monetariamente uma vez por ano, sendo nessa fase considerada Benefício Definido.

O custeio do plano é feito pelos Participantes (90%) e pela Patrocinadora (10%).

#### d. Plano Energisa CD:

O plano de benefícios Energisa CD, por ser de modalidade contribuição definida puro, tem seus benefícios de riscos totalmente terceirizados com seguradora. Em 31 de dezembro de 2020 o plano possuía 756 (129 em 2019) participantes, sendo ativos 652 (129 em 2019), 1 autopatrocinado, 6 BPD, 97 assistidos. Em 2019 não havia nenhum participante autopatrocinado, BPD ou assistido.

A contribuição da patrocinadora para os planos Benefícios Elétricas-OP e Energisa CD durante o exercício de 2020 foi de R\$1.688 (R\$1.945 em 2019).

#### Migração entre planos

Em 2020 foram realizados movimentos de migração de participantes dos planos Elétricas BDI / Elétricas OP / Plano R para o Plano Energisa CD. Esse processo foi autorizado pelo regulador PREVIC, através da Portaria 467, de 02 de julho de 2020 e se encerrou em novembro de 2020. O quadro a seguir apresenta o percentual de participantes que migraram de cada plano:

Plano	Ativos	Assistidos
Elétricas BD	100%	15%
Elétricas OP	65%	65%
Elétricas OP + R	63%	Não aplicável
Plano R	Não aplicável	38%

#### 35.1.1 Situação financeira dos planos de benefícios definidos - avaliação atuarial

Com base na avaliação atuarial elaborada por atuários independentes da Companhia em 31 de dezembro de 2020, os planos de benefícios definidos, seguindo os critérios requeridos pelo CPC 33 (R1) - Benefício pós emprego, apresentam a seguinte situação:

##### a. Número de participantes/beneficiários:

	2020			2019		
	BD-I	OP	R	BD-I	OP	R
Número participantes	-	(*)	256	2	(*)	737
Número assistidos	155	22	2	78	43	5
Número beneficiários pensionistas	85	3	5	25	6	5
<b>Total</b>	<b>240</b>	<b>25</b>	<b>263</b>	<b>105</b>	<b>49</b>	<b>747</b>

(\*) No plano Elétricas OP, os participantes ativos e determinados assistidos não foram avaliados, tendo em vista características do plano de capitalização financeira.

**b. Premissas utilizadas nesta avaliação atuarial:**

	2020			2019		
	BD-I	OP	R	BD-I	OP	BD-I
<b>I - Premissas Biométricas</b>						
Tábua de Mortalidade Geral	BR-EMS 2015 por sexo					
Tábua de Entrada em Invalidez	LIGHT (Frac)	Não Aplicável	LIGHT (Frac)	LIGHT (Média)	Não Aplicável	LIGHT (Média)
Tábua de Mortalidade de Inválidos	MI-85 por sexo	Não Aplicável	MI-85 por sexo	MI-85 por sexo	Não Aplicável	MI-85 por sexo
Composição Familiar (Ativos)	Família Média Padrão	Não Aplicável	Família Média Padrão	Família Média Padrão	Não Aplicável	Família Média Padrão
Composição Familiar (Assistidos)	Família Real					
<b>II - Variáveis Econômicas</b>						
Taxa Real de Desconto da Obrigação Atuarial	3,21%	3,21%	3,79%	2,87%	2,87%	3,24%
Expectativa de Inflação Futura	3,00%	3,00%	3,00%	3,50%	3,50%	3,50%
Taxa de Rendimento Esperado dos Ativos	6,31%	6,31%	6,90%	6,47%	6,47%	6,85%
Fator Capacidade Salarial e de Benefício	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Taxa de Crescimento Real de Salários	5,97%	Não Aplicável	5,97%	3,25%	Não Aplicável	3,25%
Taxa de Rotatividade	0%	0%	0%	0%	0%	0%
<b>III - Regime Financeiro de Capitalização</b>						
	Crédito Unitário Projetado					

As premissas atuariais adotadas são imparciais e mutuamente compatíveis. A taxa de desconto é baseada no rendimento do título público NTN-B, indexado ao IPCA. O título foi utilizado pois apresenta características condizentes com as características dos beneficiários. A taxa de rendimento esperado sobre os ativos do plano reflete as expectativas de mercado relativas a rendimentos dos ativos do plano. A taxa de crescimento salarial real é baseada na experiência histórica da Companhia.

Para a apuração do valor presente das obrigações de benefício definido é empregado o método do crédito unitário projetado. Esse método é obrigatório segundo CPC 33 (R1).

O método do crédito unitário projetado considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cálculo da obrigação final. Adicionalmente são utilizadas outras premissas atuariais, tais como hipóteses biométricas e econômicas e, também, dados históricos de gastos incorridos e de contribuição dos empregados.

Quando o saldo da obrigação se mostrar superior ao valor justo dos ativos do plano, o déficit é reconhecido no passivo da patrocinadora. Podem ser aplicadas reduções ao valor presente da obrigação atuarial com base no conceito de compartilhamento de riscos com participantes e assistidos, em linha com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) e com orientações emitidas pelo Instituto Brasileiro de Atuários.

As remensurações ou ganhos e perdas atuariais gerados por alterações nas premissas atuariais dos planos de benefícios de pensão e aposentadoria ou decorrentes do ajuste pela experiência do plano são reconhecidos integralmente em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido.

### c. Conciliação da posição dos fundos de benefícios definido:

A seguir apresentamos a conciliação e movimentação dos ativos e obrigações dos planos de aposentadoria e pensão da Companhia:

Conciliação entre o saldo de abertura e de fechamento - Ativo	2020				2019			
	BD-I	OP	R	TOTAL	BD-I	OP	R	TOTAL
<b>Valor justo dos ativos em 2019 e 2018</b>	<b>47.640</b>	<b>77.753</b>	<b>9.443</b>	<b>134.836</b>	<b>41.620</b>	<b>54.188</b>	<b>8.067</b>	<b>103.875</b>
Ganhos/(Perdas) dos ativos	39.800	3.589	1.338	<b>44.727</b>	3.472	22.213	920	<b>26.605</b>
Retorno esperado dos ativos do plano	2.969	4.890	637	<b>8.496</b>	3.605	4.712	741	<b>9.058</b>
Contribuições do empregador	131	-	384	<b>515</b>	15	-	409	<b>424</b>
Contribuições dos participantes do plano	288	-	30	<b>318</b>	71	-	-	<b>71</b>
Benefícios pagos	(11.594)	(5.142)	(2.034)	<b>(18.770)</b>	(1.143)	(3.360)	(694)	<b>(5.197)</b>
Custo do serviço passado (encurtamento/curtailment)	(34.931)	(52.415)	(6.650)	<b>(93.996)</b>	-	-	-	<b>-</b>
<b>Valor justo dos ativos em 2020 e 2019</b>	<b>44.303</b>	<b>28.675</b>	<b>3.148</b>	<b>76.126</b>	<b>47.640</b>	<b>77.753</b>	<b>9.443</b>	<b>134.836</b>

Conciliação entre o saldo de abertura e de fechamento - Obrigação	2020				2019			
	BD-I	OP	R	TOTAL	BD-I	OP	R	TOTAL
<b>Valor presente das obrigações em 2019 e 2018</b>	<b>62.222</b>	<b>74.718</b>	<b>13.428</b>	<b>150.368</b>	<b>50.929</b>	<b>59.414</b>	<b>11.323</b>	<b>121.666</b>
Custo do serviço corrente	74	-	245	<b>319</b>	41	-	200	<b>241</b>
Custo dos juros	3.909	4.695	896	<b>9.500</b>	4.445	5.184	1.023	<b>10.652</b>
Contribuições de participantes	288	-	30	<b>318</b>	71	-	-	<b>71</b>
(Ganhos)/Perdas atuariais	49.218	5.915	861	<b>55.994</b>	7.879	13.480	1.576	<b>22.935</b>
Benefícios pagos	(11.594)	(5.142)	(2.034)	<b>(18.770)</b>	(1.143)	(3.360)	(694)	<b>(5.197)</b>
Custo do serviço passado (encurtamento/curtailment)	(45.736)	(51.831)	(9.320)	<b>(106.887)</b>	-	-	-	<b>-</b>
<b>Valor presente das obrigações em 2020 e 2019</b>	<b>58.381</b>	<b>28.355</b>	<b>4.106</b>	<b>90.842</b>	<b>62.222</b>	<b>74.718</b>	<b>13.428</b>	<b>150.368</b>

Posição Líquida dos planos	2020				2019			
	BD-I	OP	R	TOTAL	BD-I	OP	R	TOTAL
Valor justo dos ativos	44.303	28.675	3.148	76.126	47.640	77.753	9.443	134.836
Valor presente das obrigações	(58.381)	(28.355)	(4.106)	(90.842)	(62.222)	(74.718)	(13.428)	(150.368)
<b>Posição Líquida</b>	<b>(14.078)</b>	<b>320</b>	<b>(958)</b>	<b>(14.716)</b>	<b>(14.582)</b>	<b>3.035</b>	<b>(3.985)</b>	<b>(15.532)</b>
Limite do Ativo	-	(320)	-	(320)	-	(3.035)	-	(3.035)
Déficit/Superávit passível de reconhecimento	(14.078)	-	(958)	(15.036)	(14.582)	-	(3.985)	(18.567)

Valor líquido reconhecido no balanço:

Movimentação dos Saldos	2020	2019
<b>Posição líquida em 2019 e 2018</b>	<b>18.567</b>	<b>17.791</b>
Efeito em ORA	8.941	(163)
Contribuição do empregador	(515)	(424)
Impacto decorrente de redução do plano (encurtamento/curtailment)	(12.975)	-
Transferência da dívida do plano	(500)	-
Efeito no resultado do exercício	1.518	1.363
<b>Posição líquida em 2020 e 2019</b>	<b>15.036</b>	<b>18.567</b>
Circulante	971	1.518
Não Circulante	14.065	17.049

Demonstração das despesas para o exercício de 2021 segundo os critérios do CPC 33 (R1):

	2021
Custo do Serviço Corrente	35
Custo dos juros	3.838
Retorno dos Ativos do Plano	(2.902)
<b>Total da despesa bruta a ser reconhecida</b>	<b>971</b>

#### d. Alocação percentual do Valor Justo dos Ativos dos Planos

Elétricas	2020			2019		
	BD-I	R	OP	BD-I	R	OP
Títulos Públicos	61,56%	55,96%	72,63%	59,28%	74,10%	60,88%
Créditos Privado e Depósitos	9,14%	15,31%	6,00%	7,39%	6,62%	8,93%
Fundos de investimentos	23,79%	17,39%	20,27%	23,52%	18,48%	14,62%
Investimento imobiliário	5,09%	4,55%	0,00%	9,46%	0,00%	8,94%
Empréstimos financiamentos	0,35%	6,74%	1,07%	0,31%	0,77%	6,47%
Outros	0,07%	0,05%	0,03%	0,04%	0,03%	0,16%
<b>Total dos Investimentos</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>

#### e. Análise de sensibilidade

A premissa atuarial significativa para a determinação da obrigação atuarial é a taxa de desconto. Para demonstrar como a obrigação do benefício definido teria sido afetada por mudança significativa da taxa de desconto, a análise de sensibilidade foi realizada considerando alteração da taxa de desconto em 0,25% de aumento ou redução, mantendo-se todas as demais premissas adotadas. A seguir são apresentados os resultados:

	2020			2019		
	BD-I	R	OP	BD-I	R	OP
Valor Presente das Obrigações Atuariais Real	58.381	28.355	4.106	62.222	74.718	13.428
Valor Presente das Obrigações Atuariais com Redução de 0,25%	58.999	28.663	4.179	64.004	76.858	13.805
Valor Presente das Obrigações Atuariais com Aumento de 0,25%	57.773	27.853	4.034	60.512	72.665	13.066

### 35.2 Plano de saúde

A Companhia mantém benefício pós emprego, de Assistência Médico-Hospitalar para os empregados ativos, aposentados e pensionistas e seus dependentes legais. As contribuições mensais da Companhia correspondem aos prêmios médios calculados pela operadora/seguradora, multiplicado pelo número de vidas seguradas. Esses prêmios são reajustados anualmente, em função da sinistralidade, pela variação dos custos médicos e hospitalares, dos custos de comercialização, e de outras despesas incidentes sobre a operação do seguro, com o objetivo de manter o equilíbrio técnico-atuarial da apólice. As contribuições arrecadadas dos aposentados, pensionistas e ex-funcionários são reajustadas da mesma forma supracitado.

O saldo atuarial do plano de benefício de saúde pós-emprego (Despesas de Assistência Médico-Hospitalar) em 2020 é de R\$55.254 (R\$60.441 em 2019), tendo sido apurado no exercício uma redução no montante de R\$5.187 (R\$44.591 em 2019) dos quais R\$1.292 (R\$618 em 2019) foi registrado na rubrica benefícios pós-emprego - custos e despesa de pessoal, R\$4.521 (R\$1.452 em 2019) em outras despesas financeiras na demonstração de resultado exercício. Além, R\$10.715 (R\$42.521 em 2019) referente aos ganhos e perdas atuarias contabilizados em outros resultados abrangentes, líquidos de impostos no patrimônio líquido.

A Companhia participa do custeio de planos de saúde a seus empregados, administrados por operadoras/seguradoras reguladas pela ANS. No caso de rescisão e/ou aposentadoria, os empregados podem permanecer no plano, desde que assumam a totalidade do custeio e que façam direto, conforme legislação (Lei 9.656/98). No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 as despesas com o plano de saúde foram de R\$9.212 (R\$8.792 em 2019). Inclui R\$1.292 (R\$618 em 2019).

Abaixo são apresentados a conciliação dos saldos reconhecidos no balanço, um demonstrativo da movimentação do passivo atuarial líquido, no exercício, e o total da despesa reconhecida na demonstração do resultado.

	2020	2019
Valor presente das obrigações no início do ano	60.441	15.850
Custo do serviço corrente bruto	1.292	618
Juros sobre obrigação atuarial	4.236	1.452
Perdas (ganhos) atuarial sobre a obrigação atuarial	(10.715)	42.521
<b>Valor das obrigações calculadas no final do ano</b>	<b>55.254</b>	<b>60.441</b>
Circulante	4.333	5.528
Não Circulante	50.921	54.913

Demonstração das despesas para os exercícios de 2021, segundo critérios do CPC33 (R1):

	2021
Custo do serviço corrente (com juros)	515
Juros sobre as obrigações atuariais	3.818
<b>Valor das obrigações calculadas no final do ano</b>	<b>4.333</b>

a. Principais hipóteses atuariais utilizadas:

	2020		2019	
	SULAMERICA	CNU	SULAMERICA	CNU
<b>VARIÁVEIS ECONÔMICAS</b>				
Taxa Real de desconto da Obrigação Atuarial	3,80%	3,80%	3,39%	3,39%
Expectativa Real de Inflação Futura	3,00%	3,00%	3,50%	3,50%
Taxa de desconto da Obrigação Atuarial	6,91%	6,91%	7,01%	7,01%
Taxa de Crescimento de Benefícios	3,00%	3,00%	3,50%	3,50%
Taxa Real de Crescimento de Custos Médicos	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%
Taxa de Crescimento de Custos Médicos	7,12%	7,12%	7,64%	7,64%
Taxa de Rotatividade	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%
Permanência no Plano na aposentadoria	75,00%	75,00%	75,00%	75,00%
Fator de Envelhecimento	3,00%	Nulo	3,00%	0,00%
<b>TÁBUAS BIOMÉTRICAS</b>				
Tábua de Mortalidade	BR-EMS 2015 por sexo			
Tábua de Inválidos	MI-85 por sexo	MI-85 por sexo	MI-85 por sexo	MI-85 por sexo
Entrada de Invalidez	LIGHT (Fraca)	LIGHT (Fraca)	LIGHT (Média)	LIGHT (Média)
Método de Financiamento	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado

### 36. Compromissos

A Companhia possui compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia:

Vigência	Contrato de compra de energia (*)				
	2021	2022	2023	2024	Após 2024
2021 a 2054	781.846	813.580	809.512	804.193	10.161.144

(\*) Não estão incluídos os valores referentes à Quota do Proinfa e Itaipu.

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, com vigência de 8 a 30 anos, representam o volume contratado pelo preço médio corrente findo do exercício de 31 de dezembro de 2020 e foram homologados pela ANEEL.

### 37. Meio ambiente (\*)

A Companhia trata os impactos sociais e ambientais de seus produtos, processos e instalações, através de programas e práticas que evidenciam a sua preocupação e responsabilidade para com o meio ambiente, dentre as quais merecem destaque:

1. Cruzetas: a Companhia vem substituindo as cruzetas de madeira e concreto por cruzetas poliméricas (ecológicas), feitas de polietileno e fibra natural, ecologicamente corretas e mais duráveis. Em 2020, foram utilizadas 9.386 (11.212 em 2019) cruzetas ecológicas, o que representou em manutenção preventiva e corretiva 7.260 peças no montante de R\$1.075 (R\$784 em 2019) e em expansão de rede o valor de R\$292 (R\$488 em 2019) para 2.126 peças.
2. Redes isoladas/protegidas: são usados cabos isolados nas redes onde a arborização poderia ser mais afetada pelo contato com a baixa tensão energizada, e os vãos são dimensionados dentro do possível para preservar o equilíbrio ecológico. Nas redes de média tensão próximas a arborização são usados cabos protegidos (rede compacta). Em 2020, foram acrescidos 282 km de rede com cabo multiplexado e/ou rede compacta, correspondendo a 13% de redes protegidas e isoladas. Até o mês de dezembro de 2020 o total investido em redes isoladas/compactas foi de R\$3.274 (R\$10.259 em 2019).
3. A Companhia realiza ações relacionadas ao Gerenciamento de Resíduos, em atendimento à Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) - Lei Federal nº 12.305/2010. Dentre estas ações, destacam-se o recolhimento, descarte e destinação correta dos papeis e papelões, pilhas e baterias, resíduos eletrônicos, resíduos perigosos, Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), toners e lâmpadas. Em 2020 os papéis e papelões foram destinados à reciclagem, com peso aproximado de 5.157 kg (5.427,37 kg em 2019). Quanto aos resíduos perigosos e EPI's o descarte foi realizado por empresa especializada e devidamente licenciada. Em 2020 foram coletados 523 baterias e pilhas (1.768 em 2019) e 638 lâmpadas (449 em 2019). O custo para o descarte foi em torno de R\$24 (R\$54 em 2019).
4. A Companhia tem atuação expressiva junto ao poder público municipal para obtenção das autorizações de poda de árvores em áreas urbanas. Durante o ano de 2020, foram realizados treinamentos de poda com as equipes próprias e terceirizadas que executam esta atividade. Tanto os treinamentos quanto as reciclagens são realizados anualmente, com todos os colaboradores que executam atividades que implicam em intervenção na vegetação.
5. A Companhia mantém convênio com empresa especializada em monitoramento climático responsável pela informação quanto às descargas atmosféricas, intensidade e velocidade das chuvas, como também pelo mapeamento instantâneo das ocorrências meteorológicas em toda a área de concessão. O intuito do programa é viabilizar a adoção de medidas preventivas necessárias para a continuidade do fornecimento de energia.

Durante o ano de 2020 os custos com este projeto foram irrelevantes, por estarem ainda embutidos no projeto de P&D que desenvolveu este programa. A partir de 2020 serão realizados os custos de manutenção do projeto.

6. Para compensação ambiental das supressões de vegetação previamente autorizadas, relacionadas à construção de novo empreendimento de distribuição, conforme previsto em lei, foram implantados projetos para plantios de mudas de árvores nativas em áreas do estado de São Paulo. Durante o ano de 2020 foi dada continuidade ao monitoramento de 25.675 mudas de espécies nativas, em uma área de 15,40 ha, além da doação de 250 mudas. Foi investido um valor total de R\$133 (R\$449 em 2019) em Projetos de Compensação Ambiental, Ecológica e Financeira.
7. Para manter suas redes e linhas de distribuição afastadas da vegetação a Companhia mantém um amplo programa de poda e limpeza de faixas. Os serviços em áreas urbanas são realizados pelas equipes próprias, dentre as diversas atividades de manutenção que estas equipes realizam. Neste caso são utilizados trituradores para reduzir o impacto dos galhos cortados junto à população. Para a realização desta manutenção na área rural, são contratadas empresas especializadas. Em 2020 a Companhia desembolsou aproximadamente R\$7.779 (R\$8.146 em 2019) para a realização destes serviços essenciais para a operação confiável e segura do sistema elétrico de distribuição.
8. A Companhia mantém um amplo programa de acompanhamento e descontaminação de suas instalações incluindo PCBS (bifenilas policloradas) eventualmente existentes em transformadores bem como quando da ocorrência de eventuais vazamentos de óleo mineral isolante ao solo. Em 2020 os serviços foram suspensos devendo ser retomados em 2021 (R\$1.166 em 2019).
9. Em 2019 a Companhia iniciou a implantação do Sistema de Gestão Integrado (SGI), integrando a Qualidade, Saúde e Segurança do Trabalho e o Meio Ambiente, conforme diretrizes das normas ISO 9001, 45001 e 14001, respectivamente. Em dezembro de 2019 foi realizada a auditoria interna. Em fevereiro de 2020, a Companhia passou por auditoria externa conduzida pela Fundação Vanzolini, com o objetivo de pleitear a certificação das Normas ISO 14001 e 45001. O escopo da certificação definido de forma estratégica pela alta direção foi: “Manutenção de Redes e Linhas na Distribuição de Energia Elétrica”. A Companhia foi certificada no ano de 2020 e em março de 2021 está prevista a primeira auditoria externa de manutenção, para avaliação da continuidade e eficácia do Sistema de Gestão Ambiental e Saúde e Segurança do Trabalho, onde ambos são integrados ao Sistema de Gestão da Qualidade, compondo o SGI da Energisa Sul-Sudeste. O valor investido em 2020 foi de R\$29 (17 em 2019).
10. Na contratação de serviços e fornecedores são avaliados aspectos relacionados à conduta ambiental e social. São contratados somente serviços e empresas que atuem em conformidade com o Código de Conduta das empresas do Grupo Energisa. Os parceiros e clientes são informados sobre as boas práticas adotadas pela empresa na preservação e defesa do meio ambiente visando sempre preservar a vida. Todos os terceirizados passam por reuniões de “Integração” com a área de meio ambiente e o SESMT da Energisa Sul-Sudeste.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, os montantes investidos nos projetos acima descritos e práticas totalizaram R\$12.607 (R\$23.797 em 2019), sendo R\$8.684 (R\$11.156 em 2019) alocados no ativo intangível e R\$3.923 (R\$12.641 em 2019) em despesas operacionais.

(\*) informações fora do escopo dos auditores independentes.

### 38. Informações adicionais ao fluxo de caixa

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 as movimentações patrimoniais que não afetaram o fluxo de caixa da Companhia, são:

	2020	2019
<b>Outras transações não caixa</b>		
Ativo financeiro indenizável da concessão - Bifurcação de Ativos	36.561	14.700
Ativo financeiro indenizável da concessão - Valor justo ativo indenizável	2.807	2.069
<b>Atividades Operacionais</b>		
Pagamento de Fornecedores a prazo	12.445	10.362
Adição/baixas - arrendamento mercantil - CPC 06 (R2)	2.039	3.646
Tributos a recuperar - PIS e COFINS - Efeitos da redução do ICMS	29.729	-
<b>Atividades de investimentos</b>		
Aquisição de intangível em processo de pagamento	12.445	10.362
Líquido - Intangível - CPC 06 (R2)	2.039	3.646

### 39. Ataque cibernético

Os sistemas computacionais operacionais da Companhia sofreram ataque cibernético em 28 de abril de 2020, deflagrado por hackers, tendo sido completamente superado e as ações de reforço a estruturas de tecnologia e neutralização de novos ataques cibernéticos foram implementados. A Companhia contratou consultores especializados em mapeamento de soluções de tecnologia com expertise também em trabalhos forenses não tendo sido identificado “captura” de informações seja operacional ou financeira da Companhia. Adicionalmente, ressalta-se que o evento não proporcionou qualquer impactado na elaboração das demonstrações financeiras ora apresentadas.

### 40. Eventos subsequentes

#### 40.1 Operações de cessões de títulos - FIDC

A Companhia realizou no mês de janeiro de 2021, cessão de seus títulos recebíveis, que na sua maioria se encontravam totalmente provisionados, os quais foram avaliados a valor justo resultando efeitos no caixa e na demonstração de resultado do período. O Fundo de investimento em cotas em direitos creditórios não padronizados do setor elétrico (“FIDC”), o qual possui somente créditos cedidos por empresas do Grupo Energisa, foi constituído com recursos de uma instituição financeira que, conjuntamente com a controladora Energisa S/A aportaram recursos no fundo.

Os efeitos apurados em janeiro de 2021 impactaram o caixa em mais R\$3.535 e com efeito no lucro líquido do período de R\$2.333.

#### 40.2 Bandeiras tarifárias

A ANEEL definiu a aplicação da Bandeira amarela para os meses de janeiro a março de 2021, resultado de análises do cenário hidrológico do país.

### 40.3 Empréstimos Contratados

(Em fevereiro de 2021 a companhia contratou junto ao BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) financiamento via repasse direto para financiamento dos investimentos de 2020/2021 no valor de R\$128.732 milhões com prazo de 14 anos, 153 Meses de amortização e 15 Meses de carência, sendo juros pagos trimestralmente com taxa de TLP mais 3,00% a.a.

### 40.4 Pagamento de dividendos do exercício 2020

O Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 11 de março de 2021, aprovou a distribuição de dividendos intercalares à conta do lucro do exercício de 2020, no montante de R\$96.689, equivalentes a R\$ 985,342743121 por ação ordinária do capital social. Os pagamentos serão efetuados a partir de 12 de março de 2021, com base na posição acionária da Companhia m 11 de março de 2021.

----- \* -----

## Conselho de Administração

---

**Ivan Müller Botelho**  
Presidente

**Ricardo Perez Botelho**  
Vice-Presidente

**Marcelo Silveira da Rocha**  
Conselheiro

## Diretoria Executiva

---

**Gabriel Alves Pereira Junior**  
Diretor Presidente

**Maurício Perez Botelho**  
Diretor Financeiro e de Relação com Investidores

**Rodrigo Brandão Fraiha**  
Diretor Técnico e Comercial

**Fernando Cezar Maia**  
Diretor de Assuntos Regulatórios e Estratégia

**José Marcos Chaves de Melo**  
Diretor de Suprimentos e Logística

**Daniele Araújo Salomão Castelo**  
Diretora de Gestão de Pessoas

**Gioreli de Sousa Filho**  
Diretor sem designação específica

**Vicente Cortes de Carvalho**  
Contador  
CRC-MG 042523/O-7

## Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos  
Acionistas, Conselheiros e Administradores da  
**Energisa Sul Sudeste - Distribuidora de Energia S.A.**  
Presidente Prudente - SP

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

### Reconhecimento de receita de fornecimento de energia elétrica

As receitas da Companhia são oriundas principalmente do fornecimento de energia elétrica e atividades associadas, sendo reconhecidas quando o controle dos bens ou serviços é transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca destes bens ou serviços. O processo de reconhecimento da receita é relevante para o desempenho da Companhia e, para atingimento de metas de performance na data base das demonstrações financeiras. Observa-se ainda, que o fluxo das transações de fornecimento de energia elétrica da Companhia envolve grande volume de dados pulverizados, sendo substancialmente processados por meio de rotinas automatizadas. O processo ainda inclui o julgamento do auditor sobre a estimativa da Administração em relação à parcela da receita de fornecimento de energia posterior ao

último período de leitura do consumo, mas cujo fornecimento ocorreu ainda dentro do exercício, que somente será faturada no mês seguinte, de acordo com o regime de competência.

Consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria, tendo em vista a relevância dos valores envolvidos e os potenciais efeitos sobre o registro contábil da receita e das contas a receber, a dependência de controles internos eficazes e os critérios envolvidos na determinação da parcela de energia fornecida, mas não faturada.

#### **Como nossa auditoria conduziu esse assunto**

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação do desenho e da eficácia operacional dos controles internos implementados sobre o faturamento e reconhecimento da receita, a verificação da conciliação da receita com os saldos contábeis e a análise da liquidação subsequente de saldo das contas a receber em aberto. Adicionalmente, efetuamos procedimentos analíticos, comparando as receitas reconhecidas com as informações de consumo de energia, quantidade de unidades consumidoras por classe e correspondentes tarifas com aquelas aprovadas pelo órgão regulador, e o recálculo amostral dos montantes de receita não faturados na data base da auditoria, além da análise de lançamentos manuais e eletrônicos que poderiam se sobrepor aos controles internos para o fluxo das transações de reconhecimento de receita de fornecimento de energia elétrica.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) o entendimento do desenho e da implementação dos controles internos chave sobre faturamento e reconhecimento de receita (ii) a análise da conciliação das informações entre os principais sistemas utilizados para registro da receita de fornecimento de energia elétrica com os saldos contábeis, a correlação entre as entradas de caixa e as receitas registradas e a análise da liquidação subsequente de saldo das contas a receber em aberto; (iii) a avaliação da movimentação mensal da receita faturada durante o exercício, analisando flutuações que não estejam alinhadas as nossas expectativas; (iv) a comparação das receitas reconhecidas com as informações de consumo de energia, quantidade de unidades consumidoras por classe e correspondentes tarifas com aquelas aprovadas pelo órgão regulador; (v) o recálculo amostral dos montantes de receita não faturados na data base da auditoria; e (vi) análise de lançamentos manuais e eletrônicos que poderiam se sobrepor aos controles internos para o fluxo das transações de reconhecimento de receita de fornecimento de energia.

Nossos exames incluíram, ainda, a realização de testes por meio de amostragem para verificação da integridade das bases de dados e informações utilizadas no processo de reconhecimento de receita.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da Administração, consideramos aceitáveis as políticas e as estimativas utilizadas pela Administração para reconhecimento de suas receitas de fornecimento de energia, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 3 e 28, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

#### **Infraestrutura de concessão de distribuição de energia elétrica**

Os investimentos na infraestrutura da concessão de distribuição de energia elétrica da Companhia são registrados como ativo de contrato durante a fase de construção, conforme preconiza o Pronunciamento Técnico CPC 47 - Receita de Contratos com Clientes (IFRS 15) e, quando da entrada em operação, são bifurcados entre ativo financeiro, relativo a parcela da infraestrutura que não será amortizada até o final da concessão e para a qual há um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente, e ativo intangível, correspondente a parcela da infraestrutura que será recuperada através da tarifa definida pelo poder concedente durante a vigência do contrato de concessão. Em 31 de dezembro de 2020 os montantes de ativo de contrato, ativo financeiro e ativo intangível relativos à infraestrutura da concessão de distribuição de energia elétrica são, respectivamente, R\$17.116 mil, R\$101.425 mil, R\$832.052 mil.

O custo da infraestrutura é um componente relevante da fórmula para definição da tarifa a ser cobrada pela Companhia nos termos do contrato de concessão, cujas regras de elegibilidade seguem critérios regulatórios e envolvem julgamento, estando sujeitas à revisão e homologação pelo poder concedente a cada 5 anos. Por essa razão, e em função dos montantes envolvidos, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.

#### **Como nossa auditoria conduziu esse assunto**

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, i) a avaliação do desenho e implementação dos controles internos chave relacionados ao processo de capitalização de gastos com infraestrutura como ativo de contrato à bifurcação da infraestrutura em operação entre ativo financeiro e ativo intangível e à sua mensuração; ii) o exame, em base amostral, dos documentos comprobatórios das adições e baixas ocorridas no exercício; iii) Verificação dos índices utilizados e da acurácia matemática da mensuração do valor justo do ativo indenizável da concessão; iv) análise e correlação de lançamentos manuais e eletrônicos que poderiam se sobrepor aos controles internos para o fluxo das transações da Infraestrutura de concessão da Companhia; v) comparação dos custos com dados históricos, orçamentários e padrões observáveis da indústria; e vi) a avaliação dos resultados da última revisão tarifária periódica e de seus efeitos nos registros contábeis da Companhia. Avaliamos também a adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre a infraestrutura da concessão incluídas nas notas 14, 15 e 17.1 das demonstrações financeiras.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da Administração, consideramos que os saldos de Infraestrutura de concessão de distribuição de energia elétrica, bem como as respectivas divulgações nas notas explicativas 14, 15 e 17.1, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

### **Provisões para riscos fiscais**

Conforme divulgado na nota explicativa 24, a Companhia é parte em diversos processos de natureza fiscais, trabalhistas, cíveis e regulatórios cujo valor agregado totaliza R\$113.611 mil em 31 de dezembro de 2020, para os quais nenhuma provisão foi constituída considerando que a sua probabilidade de perda foi avaliada como possível. Desse montante, R\$ 47.666 mil se referem a ações de natureza tributária.

Consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos valores envolvidos nos processos, ao grau de julgamento envolvido na determinação se uma provisão deve ser constituída, sua estimativa de valor e a probabilidade de desembolso financeiro, bem como pela complexidade dos assuntos e do ambiente tributário no Brasil.

### **Como nossa auditoria conduziu esse assunto**

Nossos procedimentos incluíram, dentre outros, a utilização de especialistas para nos auxiliar na avaliação das opiniões legais obtidas pela Companhia para as causas tributárias, bem como na realização de reuniões periódicas com a Administração e revisão das atas do Conselho de Administração para discutir a evolução dos principais processos judiciais em aberto, assim como a leitura e avaliação das opiniões legais de especialistas externos quando aplicável. Também, obtivemos cartas de confirmação dos principais consultores jurídicos externos da Companhia, a fim de comparar suas avaliações acerca das causas em aberto com as posições consideradas pela Administração.

Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações sobre esses assuntos que estão mencionados na nota explicativa 24 às demonstrações financeiras e, especificamente sobre as contingências mais significativas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o andamento dos processos fiscais, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas de avaliação da probabilidade de perdas para fins de reconhecimento e dos julgamentos aplicados na mensuração do valor destas provisões adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 24, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

### **Outros assuntos**

#### **Demonstração do valor adicionado**

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a

sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração e o Balanço Social.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e o Balanço Social e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esses relatórios.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e o Balanço Social e, ao fazê-lo, considerar se esses relatórios estão, de forma relevante, inconsistentes com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentam estar distorcidos de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração e/ou no Balanço Social, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 11 de março de 2021.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S.  
CRC - 2SP015199/O-6

Roberto Cesar Andrade dos Santos  
Contador CRC - 1RJ093771/O-9

## **Declaração dos Diretores da Energisa Sul-Sudeste - Distribuidora de Energia S.A. (“Companhia”) sobre as Demonstrações Financeiras do exercício de 2020**

---

Os diretores da Companhia abaixo assinados declaram, nos termos do art. 25, § 1º, VI, da Instrução CVM nº 480/09, que, em reunião realizada nesta data, revisaram, discutiram e concordam, ressalvados os limites específicos das respectivas competências, com as Demonstrações Financeiras da Companhia, tendo aprovado o referido documento.

Presidente Prudente, 11 de março de 2021.

**Gabriel Alves Pereira Junior**

Diretor Presidente

**Maurício Perez Botelho**

Diretor Financeiro

**Rodrigo Brandão Fraiha**

Diretor Técnico e Comercial

**Fernando Cezar Maia**

Diretor de Assuntos Regulatórios e Estratégia

**Daniele Araújo Salomão Castelo**

Diretora de Gestão de Pessoas

**José Marcos Chaves de Melo**

Diretor de Suprimentos e Logística

**Gioreli de Sousa Filho**

Diretor sem designação específica

**Vicente Côrtes de Carvalho**

Diretor Contábil, Tributário e Patrimonial  
Contador CRC MG 042523/O-7 “S” SP

## Declaração dos Diretores da Energisa Sul-Sudeste - Distribuidora de Energia S.A. (“Companhia”) sobre o Parecer dos Auditores Independentes

---

Os diretores da Companhia abaixo assinados declaram, nos termos do art. 25, § 1º, V, da Instrução CVM nº 480/09, que, em reunião realizada nesta data, revisaram, discutiram e concordam, ressalvados os limites específicos das respectivas competências, com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes, tendo aprovado o referido documento.

Presidente Prudente, 11 de março de 2021.

Gabriel Alves Pereira Junior  
Diretor Presidente

Maurício Perez Botelho  
Diretor Financeiro

Rodrigo Brandão Fraiha  
Diretor Técnico e Comercial

Fernando Cezar Maia  
Diretor de Assuntos Regulatórios e Estratégia

Daniele Araújo Salomão Castelo  
Diretora de Gestão de Pessoas

José Marcos Chaves de Melo  
Diretor de Suprimentos e Logística

Gioreli de Sousa Filho  
Diretor sem designação específica

Vicente Côrtes de Carvalho  
Diretor Contábil, Tributário e Patrimonial  
Contador CRC MG 042523/O-7 “S” SP